

Frederico Celestino Barbosa

Geografia: ensino, desenvolvimento e sustentabilidade

6ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

6ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238G Geografia: ensino, desenvolvimento e sustentabilidade
/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2023

152 f.: il

DOI: 10.37423/2023.edcl795

ISBN: 978-65-5367-402-8

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. condições-climáticas 2. espaço 3. globalização I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 900

<https://doi.org/10.37423/2023.edcl795>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORIA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

MSc Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	5
A GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA ANTICAPITALISTA LOCAL NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA GLOBAL	
Edivan de O. Fulgencio	
DOI 10.37423/230908166	
CAPÍTULO 2	31
O ESTADO DO TOCANTINS: A REALIDADE APOCALÍPTICA DOS TRABALHADORES VÍTIMAS DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA.	
Alberto Pereira Lopes	
DOI 10.37423/230908172	
CAPÍTULO 3	41
QUEIMADAS URBANAS: DA (DES)CULTURALIZAÇÃO A PRÁXIS DE CRIMES AMBIENTAIS NO SETOR MORADA DO SOL II EM ARAGUAÍNA-TO	
Marivaldo Cavalcante da Silva	
Luciana Nunes dos Santos	
DOI 10.37423/230908186	
CAPÍTULO 4	55
A PEDAGOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO-FORMAL DO CAMPO: BREVES CONSIDERAÇÕES	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.37423/230908195	
CAPÍTULO 5	69
DISPUTAS/CONFLITOS TERRITORIAIS NO CAMPO E A CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES UMA QUESTÃO AGRÁRIA	
WILLIAM JAMES VENDRAMINI	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.37423/230908234	
CAPÍTULO 6	84
A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: UMESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ^a NAIR DUARTE EM ARAGUATINS-TOCANTINS	
ROBERTO DE SOUZA SANTOS	
Gildásia Pereira da Costa Borges	
DOI 10.37423/230908240	
CAPÍTULO 7	101
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	
Silvio Moises Negri	
DOI 10.37423/230908268	

CAPÍTULO 8 128

O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM MILTON SANTOS: DE UMA GEOGRAFIA VIÚVA DO ESPAÇO A
UMA CIÊNCIA ESPACIAL.

Marcel Ribeiro PADINHA

DOI 10.37423/231008272

Capítulo 1



10.37423/230908166

A GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA ANTICAPITALISTA LOCAL NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA GLOBAL

Edivan de O. Fulgencio

Universidade do Estado do Rio de Janeiro



INTRODUÇÃO

Resolver o problema de encontrar a melhor opção de caminho possível a se percorrer para escapar de um labirinto, com a escolha das melhores passagens por corredores aparentemente infinitos, os quais levem à saída definitiva em um menor espaço-tempo é uma questão facilitada hoje pelos algoritmos da ciência da computação em jogos de computador, causadores de fascínio a diferentes gerações. Talvez, em breve, mais facilmente resolvidos pelo uso de ferramentas de ultramoderna tecnologia, como o uso de Inteligência Artificial.

Na mítica Ilha de Creta de 3000 anos atrás, de um lado o terrível Minotauro e de outro o valoroso Teseu, por óbvio não contavam senão com a ferocidade monstruosa de um e a força e coragem heroica de outro, para resolver o problema de apenas um manter-se, enquanto o outro sairia vivo do lendário labirinto.

Pires (2001, p.153) argumenta que figuram entre as grandes “mentiras e mitos da globalização, [...] as argumentações ideológicas que colocam o processo atual de globalização da economia capitalista como um imperativo inevitável, para o qual não há alternativa ou saída”.

Na introdução à nossa Tese nos valemos do recurso à narrativa mitológica do Labirinto de Creta, em contraponto ao problema reportado por Lefebvre (2008) de o quão é difícil modificar um sistema de coisas, estando inserido neste sistema. Pensemos então na quase impossibilidade, ou mesmo possivelmente mítica, heroica e remota probabilidade de vencer ou substituir o sistema capitalista, quando na verdade, enquanto mão de obra e consumidores, fazemos parte e assim contribuímos para a manutenção deste mesmo sistema.

Proponho uma analogia entre o Labirinto de Creta e o capitalismo. Em sua face ultraliberal atual, este sistema econômico pode ser comparado a paredes e caminhos complexos de um labirinto onde nos encontramos encarcerados e fatidicamente expostos ao sacrifício, como outrora os jovens atenienses, para saciar o touro indomável preso pelo Rei Minos. O então rei, por analogia, como os atuais capitalistas, megainvestidores da Sociedade metropolitano-financeira, lucrando com os tributos pagos para manutenção e alimentação da fera. Ou no mínimo, divertindo-se com a morte daqueles os quais, desprovidos de forças ou ferramentas e armas necessárias, se arriscam em tal intento.

É impossível não comparar o touro de Minos ao imponente touro dourado de Wall Street, símbolo da ferocidade do mercado de capitais. Os 1% que segundo Harvey (2012) representam a parcela que dominam e mantêm vivo e ameaçador o Touro de Wall Street com seus recursos, são os Minos

impiedosos dos dias de hoje expondo à bestialidade da fera, sem pudor ou senso de culpa, a vida dos restantes 99% da população mundial, além dos escassos bens naturais utilizados desde a revolução industrial, e mormente a partir da revolução técnico-científica-informacional, como recursos e matéria prima do modelo cíclico de produção e acumulação capitalista.

Neste ponto interrompemos o exercício de analogia proposto, para propor uma possível solução para o problema, inspirada nas folhas de passatempos dos antigos jornais impressos, onde a nossa visão do labirinto é panorâmica. A partir dessa perspectiva, pelo fato de não estarmos enclausurados, o vemos como um todo e suas diversas opções corretas ou erradas de possíveis caminhos, as quais julgamos e experimentamos até encontrar a melhor saída.

Existe uma abordagem do discurso de treinamento neoliberal, na qual o senso comum recorre à máxima de que é preciso “sair da caixa” para encontrar as melhores, ou no mínimo as inusitadas decisões que levem à melhor solução de um determinado problema, com menos custos e em menor tempo. Porém, como “sair da caixa” para vencer um modelo cíclico multidimensional, como se apresenta o modelo de produção capitalista?

Propor um novo sistema, estando imerso no mesmo sistema dominante de mentes e corpos, o qual se almeja substituir, pode sim ser praticamente impossível. Seria necessário este olhar “fora da caixa”, fora do quadrado, fora do labirinto. Porém, a proposta da gestão da vida para o sucesso a partir do mérito, a meritocracia ultraliberal limita a organização social ao “cada um no seu quadrado”. Então como organizar a mobilização coletiva pelo comum, que possa romper este estado de coisas.

Esse ponto convida a uma visita à geometria. A perfeição da forma do quadrado, impele ao olhar pra dentro. Por outro lado, o mito do Minotauro do Labirinto de Creta, nos convida a pensar no que está fora. Porém com uma visão talvez reduzida na capacidade de decisão, pelo fato de a cabeça de touro estar no corpo de homem. A força, nessa metáfora, impera sobre a razão.

Na história mítica, a solução apresentada pela jovem Ariadne parece aliar emoções e criatividade à razão. A moça no intuito de apoiar o herói Teseu e sua força e ferramentas (espada) traz a solução de desenrolar um novelo durante seu percurso da entrada ao centro do labirinto, o que o proporciona a facilidade de reencontrar o caminho de volta. O novelo nos remete ao círculo. O círculo em si, também geometricamente perfeito, mas do ponto de vista de saídas, limitante. Haja vista os inúmeros ciclos e fases do capitalismo, os quais colapsaram, mas acabaram sendo suplantados por novos ciclos de acumulação capitalistas, com novos arranjos sociais e novas formas de apropriação da vida humana e dos comuns pelo capital

O novelo de lã ao desfiar-se parece apresentar uma possível solução. Voltar ao princípio. A que princípios a humanidade poderia retornar para vencer o atual estágio de risco para sua própria subsistência no planeta? Uma volta a uma modo de vida mais bucólico, de menos consumo? Um retorno ao campo como tantos vêm esboçando ao redor do mundo? São relatadas inúmeras experiências neste sentido em diferentes sociedades e locais do mundo pós-pandemia COVID 19. Novos arranjos sociais, econômicos. Como a vida em comunidades, ao invés da organização urbana em vilas e bairros? O retorno ao escambo, como forma de reduzir o consumismo? Estas propostas são factíveis de se aplicar no atual *modus vivendi* mundial, dominado pela técnica, pela praticidade e comodidade, proporcionadas pela sociedade capitalista de consumo.

A estas podem ser agregadas novas questões. É possível ser realmente anticapitalista vivendo no capitalismo. Ou seria possível uma experiência pós-capitalista, que transcendesse o modelo atual com novas relações e estruturas sociais, econômicas e políticas?

A sociedade pós capitalista do bem comum é uma utopia considerada possível nas últimas décadas. Principalmente após eventos sobretudo econômicos, mas também a desafiante crise climática, os quais demonstram uma certa claudicância do capitalismo. Haja vista as crises de seus principais modelos de subsistência como a interferência mínima do Estado, a liberdade total do capital privado e sua prevalência em detrimento aos empreendimentos e patrimônio públicos e sobre os bens comuns naturais.

Extrapolando os problemas da analogia para as possíveis soluções, uma provável forma de vencer a fera neoliberal seja associar criatividade, amor e coragem, a partir das novas gerações e suas imensas possibilidades de desenvolver novas formas de agir e pensar a partir de processos de arte e inovação.

No caso do Labirinto de Creta, o poder destas experiências humanas fica demonstrado pelo desenvolvimento da solução apresentada por Ariadne. Seu novelo de lã ao ser desfiado, vai marcando e registrando o caminho. Por outro lado, a tecnologia e conhecimento representados pela espada de Teseu afiada e bem manejada. Humanidade e sentimentos direcionados e utilizados no ponto correto para atingir mortalmente a fera do passado e a ameaça à experiência humana no planeta, representada pelo ultraliberalismo capitalista deste século XXI.

Fazemos esta reflexão como geógrafos militantes engajados na discussão da construção de um novo e reformado espaço mundial, a partir de estruturas mais justas e solidárias. Perguntamo-nos como a Geografia como ciência do Espaço pode e deve auxiliar na construção desta utopia possível Uma

sociedade pós capitalista, baseada em novas e mais qualificadas relações humanas que as estruturas de classe produzidas pelo capitalismo.

Partindo da premissa que o capitalismo atravessa uma crise grave, sem precedentes, podendo deixar como legado o risco de extinção da espécie humana. Partindo ainda, da premissa de que surgem ao redor do globo, movimentos de contestação a este modelo de organização socioeconômica os quais podem consolidar a derrocada do capitalismo como produtor do espaço.

Qual o papel do Geógrafo enquanto crítico deste modelo, na construção da utopia possível, de uma sociedade pós-capitalista?

Nossa Tese, a qual defendemos neste trabalho é de que é possível vencer a tirania dos líderes mundiais cooptados pelo capitalismo, bem como as consequências desta organização social atual, através da conjunção de forças mundiais representadas pelos diversos movimentos sociais e de contestação que se apresentam para esta tarefa ao redor do globo.

O capital e suas formas de apropriação e concentração são os principais agentes produtores do espaço na sociedade metropolitano-financeira. Em função da lógica do mercado – competição - , e no caso das relações pessoais – meritocracia - Relações sociais se dão de forma desagregadora em contraponto à agregação do espaço em regiões de produção no mundo pós-globalização.

A resistência não basta, pois o sistema capitalista é um sistema de morte. É necessário criar a re-existência em uma utópica, porém possível, sociedade pós-capitalista. A Geografia da resistência e a identificação ou construção de espaços de re-existência podem e devem ser papel do Geógrafo militante numa prática geográfica militante no espaço-tempo. Sobre os espaços constituídos e as resistências, passamos a refletir agora.

1 CIDADES AGREGADAS, SOCIEDADES SEGREGADAS.

Desde a primeira revolução humana, a agrária, a aglomeração urbana causada pela concentração em aldeias cercadas e protegidas pelos esboços da futura formação de Cidades-estados, nos livrou da condição de pobres coletores e caçadores da maior parte da história do Homo sapiens e nos levou à condição de sociedade urbana. Condição essa extremamente modificada pelo advento da sociedade industrial, onde os processos de reestruturação urbana a partir da revolução industrial sobrepuseram radicalmente a sociedade agrário-comercial, reformulando as áreas urbanas, cujo processo de implosão-explosão das cidades urbano-industriais, produziram as metrópoles modernas as quais evoluíram até as atuais pós-Metrópoles da sociedade metropolitano-financeira.

Neste capítulo propomos uma reflexão crítica sobre as evoluções das organizações sociais e espaciais geradas pelas diferentes revoluções urbanas. Culminamos na pós-metrópole de cidades agregadas e sociedades segregadas, às quais propomos resistência numa prática de Geografia militante.

Pesquisas recentes concernentes à evolução humana (Harari, 2014; Tofler, 1981), apontam que a cerca de 70 mil anos o homo sapiens teria, a partir da África, empreendido uma dinâmica de movimentação nômade e coletora, atingindo os destacados pontos do planeta. O fator impulsionador desta jornada foi a necessidade de sobrevivência. A recorrência à caça e exploração dos recursos vegetais e minerais, gerava mudanças locais toda vez que os recursos se findavam.

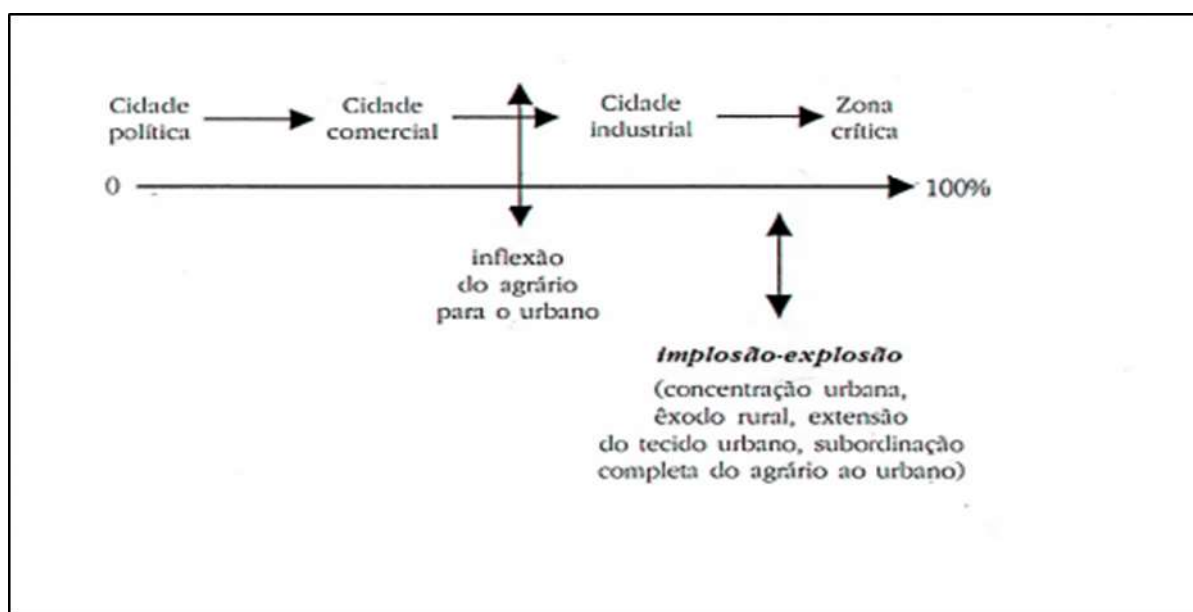
Ponto de ruptura desta dinâmica, a Revolução Agrária fixou os clãs nos lugares onde encontraram fartura de fauna para a caça e flora para exploração vegetal, bem como em proximidade aos cursos de água, vitais para a sobrevivência. Haja vista a dominação dos animais e o aprendizado da cultura vegetal, o manuseio do fogo e estocagem da água, além da adoção de materiais rochosos como ferramentas e armamento.

Estes ajuntamentos humanos de rápido crescimento demográfico, proporcionado pela facilidade da obtenção de alimento e melhoria de condições de vida, dariam início com a demarcação de territórios, à cidade política. Estas primeiras aglomerações humanas eram sociedades agrárias, cujo núcleo urbano viria a se desenvolver e expandir, dando origem às cidades comerciais. Posteriormente, numa inflexão do agrário para o urbano, seriam transformadas pela revolução industrial nas primeiras cidades industriais.

A este fenômeno, Lefebvre (2002, pp.26,27) vai chamar implosão-explosão, uma conjunção de fatores como: “concentração urbana, êxodo-rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano”. A fase crítica destas transformações espaciais causadas pelo fenômeno da urbanização, modifica a forma e o conteúdo das relações sociais, porém não as transforma em melhores relações humanas, a partir da realidade urbana.

Ao contrário o contato e a troca de experiências e afetos e mesmo da produção vai do sistema indivíduo-família-comunidade para grupos-cidades-Estados. A troca simples entre indivíduos evolui para processos maiores e complexos até chegar ao mercado das compras e vendas de excedentes de matéria prima e de produtos a níveis mundiais.

Quadro 3 - Evolução do "fenômeno urbano"



Lefebvre (2002, p.27. il.)

Extrapolando este processo histórico de modificação espacial para a observação de fenômenos atuais como a supremacia do capital financeiro sobre a produção industrial. Associando a explosão dos fluxos internacionais de bens, serviços, pessoas e do próprio capital proporcionada pela ultra velocidade das tecnologias de telecomunicações e dos transportes a níveis globais, vamos encontrar diferentes formas de organização do espaço urbano ultrapassando o perímetro urbano da cidade tradicional com um único núcleo central. Suplantam-se a conurbação e a metropolização para novos arranjos urbanos, os quais entendemos como formas urbanas contemporâneas, as quais nos impõem reflexão motivadora deste capítulo.

Estas novas configurações das cidades, mais que uma questão de amplitude da escala dos fenômenos urbanos, revelam um ajuste funcional do espaço urbano à atual forma de apropriação capitalista do espaço. Leopoldo (2016) reconhece nesta nova configuração espaço-temporal, a sociedade metropolitano-financeira do século XXI. Soja (2013) denomina a este arranjo socioeconômico, cultural e espacial, Pós-metrópole.

Uma problemática com a qual nos deparamos a partir da leitura de diferentes autores que abordam a pós-metrópole é: até que ponto as escalas espaciais impactam nos processos socioeconômicos e geopolíticos que implicam nas novas formas urbanas contemporâneas e qual sua relação com a dinâmica histórico-dialética da evolução capitalista e o risco para a existência humana, da crise global atual?

A partir das transformações espaciais impulsionadas pela globalização, vivemos hoje numa sociedade capitalista metropolitana e financeira, onde os fluxos de bens, serviços e sobretudo de capitais [principalmente digitais], sobrepõem-se a delimitações geográficas, culturais e mesmo éticas. O espaço é lócus propício para o capital e não para o convívio e a própria subsistência de determinados grupos de pessoas, bem como dos comuns naturais, os quais são excluídos deste processos.

Nas regionalizações urbanas contemporâneas, vamos encontrar cidades agregadas, porém estas transformações espaciais indicam modificações estruturais, mas não carregam e mesmo dificultam transformações equivalentes nas relações sociais. Por isso nossa proposta de contraposição dialética imposta pelo termo sociedades segregadas.

Ao trazer para o debate o termo cidades agregadas incidimos na mesma estratégia didática de diferentes autores no intento de uma definição ou entendimento do fenômeno urbano ora analisado. Porém, nos abstermos da pretensa ideia de alçar para a comunidade científica mais um entre mais de uma centena de termos que visam explicar ou entender a nova revolução urbana em curso, a passagem da sociedade urbana industrial para metropolitano-financeira. Nosso objetivo é demonstrar que as transformações na organização social e espacial geradas pelas diferentes revoluções urbanas, culminaram na contraditória pós-metrópole com cidades agregadas habitadas por sociedades segregadas, às quais propomos resistência numa prática de Geografia militante.

Entendemos a metropolização como um processo de transformação espacial resultado da dinâmica dialética capital x trabalho nas cidades, tendo como característica resultante, as desigualdades socioeconômicas das metrópoles. Resultado deste processo ao longo, não apenas da evolução capitalista em si, mas da evolução humana paralela às revoluções no espaço do rural ao urbano, desde as sociedades coletoras até a Sociedade Metropolitano-Financeira, a pós-metrópole.

A metrópole e suas regionalizações, se configuram como resultado da construção e apropriação capitalista do espaço e produto do embate histórico entre as forças envolvidas neste processo e seus arranjos espaciais: urbano x rural; centro x periferia; propriedade x exclusão. A cada nova etapa da evolução humana, a qual segundo Santos (2006), representa uma revolução da técnica empregada pelas sociedades humanas na transformação do espaço.

A partir da segunda revolução industrial, a ampliação da produção e das capacidades de distribuição em larga escala pela evolução tecnológica dos combustíveis gerados por novas fontes de energia, dos novos meios de transporte, propiciam o surgimento da sociedade de consumo e a consequente explosão da demanda por bens e serviços.

A compreensão da estruturação paulatina do espaço urbano característica da sociedade urbano-industrial, até chegarmos ao ponto de diferentes formas de hierarquia de espaços, aglomeração, enfim ao agregado de cidades e metrópoles: a sociedade metropolitano-financeira. A qual produz e reproduz no espaço a segregação social a partir da separação espacial, para enfrentar esta realidade de exclusão social e racismo territorial contra corpos e espaços colocados à margem desta construção, propomos uma Geografia da resistência, ou melhor da re-existência: Espaço, corpos e novas e transformadas estruturas de poder na construção da utopia possível de uma sociedade pós-capitalista.

1. POR UMA GEOGRAFIA DA RE-EXISTÊNCIA.

Estamos assistindo neste primeiro quarto de século, a concretização das ameaças à continuidade da experiência humana no planeta, como a degradação social, ambiental e das relações humanas, evidenciando indícios do desmoronamento da sociedade de consumo capitalista como projeto de organização social. Segundo Frei Betto,

Absolutamente tudo o que temos feito nos últimos 200 anos, a busca do lucro e do aproveitamento máximo dos recursos da natureza sem nenhum cuidado com a preservação do meio ambiente, resulta no descontrole da cadeia da natureza, que é totalmente desarticulada pela intervenção humana. Muitos falam em “antropoceno”, ou seja, a era da intervenção total do ser humano na natureza; mas prefiro chamar essa situação de "capitaloceno". Ou seja, a hegemonia total do capital, da busca do lucro, do lucro; tudo isso que causa um desequilíbrio total do ambiente natural. (SCHIJMAN, 2020)¹

Atualmente, o enfrentamento mundial à destruição do planeta e das condições mínimas e dignas de subsistência humana provocadas pela onda neoliberal do final do século XX tem sido feito por setores e movimentos sociais que apresentam resistências a esse modelo socioeconômico em diversos países.

Fatores geradores de pressão popular surgem não só das ameaças climáticas e da desestruturação da sociedade do bem viver em comum, mas também da imposição de políticas ao redor do mundo contrárias ao bem-estar social e aos serviços do estado e de organizações para esta finalidade.

Movimentos populares contrários à concentração fundiária e ao império do agronegócio no campo, a políticas privatistas e de sobreposição do financeiro sobre o humano nas cidades.

Estes movimentos populares vão se manifestar com revoltas contra as modificações nas aposentadorias, pela defesa da educação e saúde públicas gratuitas e de qualidade, as lutas pelos direitos humanos, a defesa do meio ambiente e de minorias, entre outras e inúmeras pautas, vêm animando grupos a se mobilizarem coletivamente ao redor do mundo.

Fulgencio (2020) acredita que, uma vez que estas iniciativas evoluam para estruturas interseccionais e interescares, evoluindo na escala espacial de lutas locais, saltando para regionais e possivelmente inclusive pautas globais. Valendo-se entre outras ferramentas de organização, das modernas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), entendemos que, os coletivos urbanos, uma vez organizados e bem estruturados podem atender à esperança de Harvey (2016, p. 246) de que a partir das iniciativas coletivas locais “surjam movimentos sociais e políticos que digam “Já basta!” e mudem nosso modo de viver e amar, sobreviver e nos reproduzir”. Tendo potência assim, para impactar o ciclo atual do modelo de acumulação capitalista.

Como vimos anteriormente, a sociedade atual, antecipadamente entendida por Harvey (2008) como uma compressão espaço-tempo, parece extrapolar a tríade geo-histórica de Santos (2006) meio-natural, meio-técnico, meio-técnico-científico-informacional. Vai ser percebida por Leopoldo (2016), como uma sociedade neoliberal, globalizada e sua característica de organização em rede, propiciada pelo enorme avanço tecnológico das telecomunicações e meios de transporte.

Esta nova estruturação espacial global e, ao mesmo tempo, regional vai configurar a sociedade metropolitano-financeira, como modelo substituto do modelo urbano-industrial.

A economia metropolitano-financeira é uma nova fronteira capitalista, um novo momento articulado e convergente à economia agrário-comercial e economia urbano-industrial. Ela domina, mas mantém traços, processos e contradições vinculadas às economias precedentes. Cada uma dessas economias determina meios para suas respectivas sociedades e mobiliza espaços e tempos de seu presente histórico e geográfico (LEOPOLDO, 2016, p.9).

Porém, esta nova organização social e econômica, como fruto de mais uma evolução do processo histórico capitalista, se revela como mais um aprofundamento da crise que afasta as pessoas espacialmente, ao mesmo tempo, em que, Segundo Lefebvre, as segrega socialmente.

Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte; mas essa ação virtual da classe operária representa também os interesses gerais da civilização e os interesses particulares de todas as camadas sociais de "habitantes", para os quais a integração e a participação se tornam obsessivas sem que cheguem a tomar eficazes essas obsessões [...] Só o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem, portanto, a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tomam obra, apropriação, valor de uso

(e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material. (LEFEBVRE, 2008. p.139, 140).

Busca-se, então, organizar a resistência ao sistema capitalista e sua apropriação do espaço. Bem como, propor e construir uma nova forma de vida, em um novo meio social transformado e renovado por novas e mais humanas relações sociais.

Nossa utopia, apreendida no contato com os coletivos populares, espaços de luta pelo direito à cidade, contrapondo-se ao cenário de unificação global do pensamento e do modo de vida afetado pelas contradições próprias da sociedade capitalista neoliberal, é de que estas mobilizações locais sejam os agentes mobilizadores e motivadores da estruturação e organização de contestações sociais, com a potência da identidade de cada um, porém reconfiguradas na possibilidade de mobilização e execução da mudança a partir das ações de muitos. Ou seja, a coletividade, de onde pode surgir um movimento anticapitalista global, estruturado e único, conforme Harvey (2016)

Imagine ainda, se a alienação da experiência contemporânea do trabalho, do consumo compensatório que nunca satisfaz, dos níveis incalculáveis de desigualdade econômica e discordância na relação com a natureza diminuísse por conta de uma onda de descontentamento popular com os excessos do capital. [...] os movimentos de oposição – altamente fragmentados, mas numerosos – podem convergir e se juntar num movimento solidário mais unificado contra o domínio do capital. (HARVEY, 2016, p.247)

Para nós, esta utopia é uma construção possível. Desde que, os coletivos e mobilizações em andamento, construídas e articuladas sob as mais diversas pautas: direitos humanos, questões étnico-raciais, direito das mulheres, LGBTQIA+, indígenas, justiça socioambiental e tantas outras, possam se organizar em um único movimento revolucionário planetário, conforme proposto por Harvey (2016). Haja vista, a ocorrência de mudanças importantes na economia mundial a partir do início do século XXI, tornadas possíveis por governos de origem popular formados a partir de partidos oriundos dos movimentos sociais.

Principalmente, no nosso entendimento o qual pretendemos demonstrar em nossa Tese de Doutorado, o Geógrafo pode e deve mover-se pelo espaço-tempo auxiliando com sua práxis nesta construção, no que vamos defender como uma Geografia militante.

Sobre estes pontos convidamos a refletir neste capítulo.

1.1 A DISPUTA PELA VIDA NO CAPITALISMO DA MERITOCRACIA.

Diferentemente do espaço e dos meios e técnicas de reprodução do capital, as forças e fatores de produção não se alteraram ao longo da evolução histórica do Sistema capitalista. Subsiste por mais de

dois séculos a lógica de produção escalar de capital a partir da exploração da força de trabalho e apropriação dos bens comuns naturais, tratados como recursos.

Porém, uma nova lógica de alienação advinda pós-sociedade de consumo dirigido², se faz necessária. Mais do que a mera subsistência, a força de trabalho precisa ser levada a crer em uma certa felicidade, ainda que momentânea, propiciada pelo novo modo de vida. Esta lógica consiste em proporcionar desejos, os quais serão atendidos ou saciados pela dedicação maior e eficaz na entrega de esforço para produção de mais mercadorias, bens e serviços, os quais nem sempre se podem alcançar, mas nada impede de serem almejados. Ao contrário, a submissão da necessidade ao desejo estimula e faz circular o ciclo capitalista de produção. Eixo motor da moderna economia de mercado.

Esta relação, que ao longo da consolidação da sociedade de consumo típica do século XX vai se aprimorando, culmina com a superação da percepção de mais valia pelo trabalhador. Passa a predominar um senso comum, produzido pela classe dominante, de que a competência gera resultados e sucesso, destinado aos poucos obstinados que mais e melhor se dedicam em suas tarefas. Subordinam-se assim os que não detêm capital, ou não o possuem a certo montante que garanta status de maior escala na pirâmide social, entregando seus corpos e mentes à formulação conhecida como Teoria da Meritocracia. Esta nova proposição leva a uma disputa intraclasse, superando no consciente coletivo a dialética e histórica disputa entre classes predominante e característica do capitalismo clássico.

Segundo Althusser (1980), vai colaborar para esta nova visão, a massificação proporcionada pelos meios dispersores de ideologia, como artes, esportes e a educação. Meios estes que reproduzem o discurso da possibilidade de ascensão social pela meritocracia. Complementando o discurso formulador, aplicam-se a força e a ação de aparelhos repressivos e ideológicos do pós-moderno Estado capitalista neoliberal, que não disfarça em acomodar-se ao lado dos capitalistas, em detrimento da função de mediador social, que pensadores desde a Grécia Antiga lhe atribuíram ao longo da história. Cabe aqui uma reflexão do que seja ideologia, pois ao contrário do senso comum que atribui à ideologia o sentido de coletânea de ideários deste ou aquele pensamento formador, ou desta ou daquela tendência de comportamento, como reformista ou conservadora, liberal ou restritiva, social ou de mercado, de esquerda ou de direita, entre tantas outras contradições dicotômicas.

Para Chauí (2008, p.7) ideologia é “um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma se assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” por parte da classe dominante. Assim, a ideologia não é de fato um ato

intelectual, metafísico. É uma prática social que constrói imagens e valores que ocultam a realidade social da classe dominada.

Ou seja, a ideologia se manifesta como um corpo de ideias, valores prescritivos e regulados para funcionarem como uma explicação racional que justifique a aceitação, principalmente pelas classes subalternas, das divisões da sociedade em classes, ocultando a origem desta divisão na organização econômica da sociedade capitalista.

Na sociedade neoliberal, a organização social, mais do que a pirâmide de classes, segue uma configuração similar ao modelo organizacional empresarial de hierarquias de corpos em esquemas sistêmicos de comando e poder. Essa estrutura vai se repetir nos governos, igreja, escola, família e demais grupos sociais. Ora, se é aceita a organização social de camadas subjugadas pela sobreposição de outras, aceita-se também a organização econômica, favorecendo os imperativos modelos criados a partir do norte planetário, como por exemplo, a imposição do estado mínimo, proporcionado pela privatização dos serviços.

Privatizam-se desde os serviços sociais entregues à lógica de mercado (mundo real) até as relações interpessoais (mundo dos sentimentos, do afeto). Entrega-se à igreja, à escola, aos analistas, à mídia social, o entendimento e a concretização das relações humanas. As quais devem ser, como o mercado, as mais padronizadas possíveis. Segundo Chauí (2008) advém daí o ódio ao diferente e ao fora do padrão aceito como “normal” pela sociedade de consumo capitalista.

Os corpos e grupos que não se adequam a esta ideologia, são excluídos e podem [ou até devem] ser vistos como ameaça ao *modus vivendi*. Está dado o panorama para a cultura de ódio ao diferente: LGBTQIA+, negros, indígenas, mulheres e tantos outros corpos, famílias e grupos sociais que não se adequem à ideologia dominante.

Para o pensamento hegemônico atual, o neoliberalismo, não importa tanto mais se o Estado é público ou privado (embora esta seja sua preferência, devido aos níveis de submissão da classe política aos detentores do capital), dado o estágio atual do capitalismo global sem fronteiras. Apesar disso, o Estado vai funcionar sobretudo a partir de seus meios de repressão. Principalmente, mas não exclusivamente, o aparato policial, como instrumento de docilização dos corpos (Foucault, 1987).

A partir de Foucault (1987) podemos entender esta docilização dos corpos como um adestramento para a percepção de que é bom, ou no mínimo mais prático e garantidor de sucesso neste tempo-espço. Ser um cidadão do bem, pacato, dócil e principalmente conservador, pois estes corpos não

incomodam o sistema e o status quo estabelecido, ao qual por meio de regras e comandos bem recebidos e aceitos são condicionados a obedecer, sem qualquer questionamento. Ao contrário até sublimam os poderes estabelecidos e os referendam a partir da aceitação e encampação de suas práticas e crenças baseadas em valores como moral e bons costumes.

Foucault (1988) define como biopoder, o manejo da disciplina e a administração das possibilidades de viver e viver bem, como educação, habitação, saúde, como o fundamento do Estado moderno, baseado na máxima fazer viver, deixar morrer. Aplicar a disciplina como condicionante à ideologia dominante (no caso do liberalismo, a supremacia do mercado) é função do Estado moderno, e seus aparatos coercitivos e disciplinadores como, por exemplo a polícia e seus métodos.

A extrapolação máxima dessa função do Estado, aliado e ao mesmo tempo cooptado pelos entes dominantes do mercado, se manifesta na perceptível dialética decisão necropolítica de quem merece viver e quem pode morrer (Mbembé, 2016). Ou, nos casos dos espaços negligenciados onde foram negadas as mínimas condições de higiene, sociabilidade e adequação às regras do mercado.

Quando nestes espaços distópicos³, os corpos considerados fora dos padrões estabelecidos são identificados, e mais grave ainda, se ousam questionar os processos pelos quais foram destinados e instados a transitar e coabitar apenas estes espaços e negados a outros tantos, tornam-se alvo da necropolítica (Mbembé, 2016). Ou seja, são elegíveis ao poder morrer, decidido pelo Estado. Principalmente, quando questionam e reclamam acesso aos espaços, não só para convívio, mas disputando as esferas de decisão e participação não só social, mas também cultural e política, mulheres, negros, LGBTQIA+, indígenas, PCDs e tantas outros corpos diferentes do estereótipo macho, branco, hetero, capitalista.

Mais que associando estas proposições de Foucault (1987,1988) e Mbembé (2016), relendo-as de forma crítica sob a égide de estudos sobre a formação do Estado Brasileiro e seus agentes e processos formadores, Berenice Bento (2018) propõe o termo necrobiopoder, que

unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida. Dessa forma, proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (BENTO, 2018, p. 7).

É possível deduzir a partir de Berenice Bento (2018) que o Estado é um agente distribuidor de forma não igualitária do reconhecimento de humanidade. Valendo-se de seus diferentes dispositivos de poder, efetiva uma desigual distribuição do Direito à vida.

Configura-se assim uma Necrobiopolítica, a qual é identificada como matriz da formação do Estado brasileiro. Tendo como expressões desta, a negação do outro em função do eu, num necrobiopoder herdado da colonização europeia. Sociedade em que corpos que não atendam ao conjunto de formulação branca, racional, cristã e heterossexual, são considerados abjetos e sua pilhagem e assassinato constituem a formação do povo brasileiro.

São exemplos desse nefasto modus constitutivo do povo brasileiro, rituais e ritos de eliminação do outro, como por exemplo a escravização dos negros, a negação de vida e marginalização redundante da população carcerária, os autos de resistência praticados indiscriminadamente pelas polícias e órgãos repressores. Além do extermínio e subjugação dos povos originários e suas terras e culturas.

Esse necrobiopoder para além de ser uma forma estruturante do Estado brasileiro, extrapola os limites do Estado e vai ser absorvido por diferentes camadas da população, a qual a partir de diferentes modos de discurso de alienação, o reproduzem e assumem como modus operandi. A ponto de chegarmos ao ponto de aceitação e valorização da violência estatal e assumir-se muitas vezes o lugar deste Estado senhor da vida e da morte, produzindo próprio cidadão a sua violência particular, segundo Berenice Bento (2016) a violência difusa, a qual retira do Estado a responsabilidade plena pela consolidação de violência institucionalizada na sociedade brasileira.

1.2 PSICOPOLÍTICA, LIBERDADE NEM DENTRO DA CABEÇA.

Os três conceitos até aqui discutidos e atravessados por nossa discussão: biopoder, necropolítica e necrobiopolítica sustentam uma boa base teórica para entendimento do espaço-tempo em que vivemos. Sob a égide do neoliberalismo, por quem vai ser amparado e cooptado de um Estado subserviente em excesso ao deus mercado e extremamente agressivo e agressor com os cidadãos, principalmente os corpos considerados abjetos (Bento, 2018).

Para ilustrar, o Estado brasileiro durante o mandato do presidente Bolsonaro, ganhou a pecha de ser “Tigrão” com o povo e “Tchutchuca” com o mercado. Alcinhas lançadas contra o ministro da Economia, Paulo Guedes⁴ e do próprio presidente Jair Bolsonaro⁵ com o “Centrão”, grupo político historicamente adepto do fisiologismo e do alinhamento ao governo em troca de favores, como cargos públicos e orçamentos milionários.

Por questões já discutidas aqui referentes à própria história e processos de formação do povo e da sociedade brasileira, as identidades abjetas vão ser encontradas principalmente nos extratos populares e nas classes trabalhadoras, as quais, segundo Fulgencio (2020)

[...] nos processos de produção capitalista, operada no meio urbano a partir da industrialização, estabelecem contratos (formais ou não) com as classes dominantes. O Estado deveria funcionar como um justo mediador destes contratos. Isso não ocorre, pois o Estado capitalista, cooptado pelas classes dominantes, toma posição a seu lado, com elas estabelecendo uma relação de consenso. Os cidadãos tornados consumidores (Lefebvre, 2008; Harvey, 2014; Dardot, Laval, 2017) na cidade que deixa de ser obra e passa a ser produto e, ao mesmo tempo, produtora do urbano, neste cenário vão reclamar (ou, caso não atendidas, reivindicar) demandas diversas. As quais, não atendidas, devido à apropriação dos bens comuns pelos capitalistas de forma desigual, vão se tornar bandeiras de lutas, com as mais diversas identidades e pautas. (FULGENCIO, 2020, p.92)

O neoliberalismo produz então fórmulas e formas de minimizar a capacidade dos indivíduos se tornarem cidadãos capazes de proporem pautas de disputas de classes em forma de pautas. Ao contrário, interessa cada vez mais torná-los consumidores. De forma sutil e subliminar, num mundo pós-moderno das ~velozes redes de comunicação e transporte, torna-se uma estratégia de mercado produzir formas de aceitação e alinhamento ao *modus vivendi* neoliberal.

A política mais que institucional, deixa de ser localizada em palanques e discursos e atinge a intelectualidade e a produção de pensamento das pessoas. Han (2018) nomeia a esta construção de psicopoder pelo neoliberalismo, Psicopolítica.

Uma espécie de controle do Estado capitalista não só sobre corpos, mas sobre as mentes, gestado a partir da emoção. Tendo como referências Heidegger, Foucault e Deleuze, o autor vai questionar o princípio liberal da extrema liberdade, ao apontar as crises do sujeito causadas por este modelo mais que econômico, um paradigma político e social.

Han identifica como uma técnica do neoliberalismo a apropriação da emoção nos tempos atuais como motor de produção capitalista pelo viés do consumo. O capitalismo da emoção vai identificar a sensação de liberdade como fator explorador de possibilidades pessoais de realizações a partir de conquistas propiciadas não por realizações humanas (afetos), mas por estados de espírito (sentimentos). Ser livre então é deixar as emoções correrem soltas e traduzir esta liberdade em mais consumo. Ainda que, com prejuízos financeiros ou pessoais aos indivíduos.

Podemos citar como exemplos desta técnica neoliberal de explorar a subjetividade do “ser livre” que leva ao agir por impulso, tão necessário à efetivação do consumo, que faz girar a “roda do capitalismo”,

ou seja, o ciclo de produção capitalista. Em contraponto à Objetividade que leva à racionalidade, ao pensar se o valor de uso daquele bem ou serviço supera o valor emotivo que gera o impulso da compra.

Sob estas perspectivas, Han (2018, p.66) vai analisar a aceleração da comunicação como fator de favorecimento à transformação das tomadas de decisão de objetivas para subjetivas. De racionais para emotivas, a aceleração dos nossos dias leva a uma ditadura da emoção. O Capitalismo da emoção é uma extrapolação do modelo anterior da sociedade de consumo pautada na necessidade, para uma sociedade consumo dirigida pelo desejo, pela vontade⁶, que quando não atendida se torna em angústia.

Podemos apontar como consequências desta ditadura a que todos somos expostos agressiva e ininterruptamente ao nível de endividamento e os problemas pessoais e sociais causados por este modelo de sociedade, alcoolismo, drogas, crises de stress e ansiedade.

Aí se dá outro aspecto profundamente cruel e anti-humano do capitalismo.

Han (2018, pp. 67, 68) identifica então o manejo das emoções pelo mercado e pelo Estado, como um controle psicopolítico do indivíduo. Num ambiente de meritocracia, em que o indivíduo obtém sucesso e crescimento pela capacidade de se adaptar emocionalmente e traduzir isso em produção por um lado e consumo por outro no ciclo capitalista, não obter o que se quer consumir é sinal de fraqueza e incompetência não mais técnica ou física, e sim emocional.

Surgem no ambiente empresarial e rapidamente chegam às outras esferas da organização social, termos como competência (ou inteligência) emocional. Os Departamentos de Recursos Humanos das empresas, os quais paradoxalmente deveriam cuidar dos indivíduos tornam-se catequizadores (em algumas empresas surge o termo evangelistas) das normas e procedimentos voltados para a maximização de produção e garantia da disciplina na organização e na sociedade.

Aceitar e se enquadrar o mais rapidamente às normas e lucrar com elas com energia e ações que demonstrem este engajamento é visto como “positividade” e os indivíduos que assim respondem são mais bem recompensados.

Os contrários ou que não se enquadram a este modelo são excluídos dos círculos sociais e empresariais e tidos como ineficientes, inoperantes, e não aderentes ao modelo, podendo ser dispensados. Surgem então o “Management” emotivo, os treinamentos motivacionais, o coach e toda sorte de ferramentas para controle psicopolítico do indivíduo.

1.3 COMO RESISTÊNCIA, PROPOMOS A RE-EXISTÊNCIA

Como resistir a esse estado de coisas, uma vez imersos sem opções de outra vida, neste momento, diferente da conectada, inserida e subjugada, uma vez que absorpta pelo imperativo sistema mundo atual, num completo abuso da vida (Rolnik, 2019)? Segundo Rolnik,

Em sua nova versão, é da própria vida que o capital se apropria; mais precisamente, de sua potência de criação e transformação na emergência mesma de seu impulso, ou seja, sua essência germinativa -, bem como da cooperação da qual tal potência depende para que se efetue em sua singularidade. A força vital de criação e cooperação é assim canalizada pelo regime para que construa um mundo segundo seus desígnios. Em outras palavras, em sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor. Disso decorre que a fonte da qual o regime extrai sua força não é mais apenas econômica, mas também intrínseca e indissociavelmente cultural e subjetiva - para não dizer ontológica -, o que lhe confere um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater. (ROLNIK, 2019, pp. 32-33)

Complementa ainda a filósofa, que nesta nova realidade da exploração capitalista,

Não basta agir na esfera macropolítica, onde atuam tradicionalmente as esquerdas, sobretudo as institucionais - isso explicaria inclusive sua impotência face aos rumos atuais do regime colonial-capitalístico. Segundo a visão introduzida por autores que pensaram a nova relação entre capital e trabalho colocando seu foco na apropriação pelo capital da potência de criação [...] - especialmente Tom Negri e Michael Hardt, que designaram a nova dobra do regime por "capitalismo cognitivo" -, a resistência hoje passaria por um esforço de reapropriação coletiva dessa potência para com ela construir o que tais autores chamam de "o comum" (ROLNIK, 2019, p.33).

Aqui, concordamos com a própria autora e com os autores citados em seu ensaio, e acrescentamos que Dardot e Laval (2017) ponderam que a reapropriação, distribuição e uso coletivo dos Comuns, sejam eles naturais, econômicos, urbanos é a grande revolução do século XXI. Aqui concordamos ainda e percebemos a convergência dos autores no ponto de esta revolução se dar no campo da Micropolítica.

Rolnik (2019) entende que o abuso da vida gerado pelo poder capitalista neoliberal sobre os corpos dos indivíduos produz um inconsciente colonial-capitalístico. Na subjetividade o indivíduo recria os embates de forças e formas do mundo social. A essa tensão de forças, a autora chama de inconsciente pulsional. A política do desejo seria então o ajustamento cognitivo das experiências do sujeito frente às experiências fora do sujeito. As repostas geradas a estes impulsos pelo motor do desejo orientam nossas ações no regime inconsciente colonial-capitalístico de forma submissa ou estruturante.

A forma submissa, guiada pelo instinto de conservação da vida, leva a uma negociação com os outros corpos vivos, proporcionando no mais das vezes uma entrega total à expropriação da própria força de criação, contraditória com a capacidade de libertar o próprio corpo para garantir-lhe seu destino de uma vida nobre, prolífera, singular... uma vida. A esta forma denomina-se Micropolítica reativa.

A Micropolítica reativa, guiada pela bússola moral, posiciona o sujeito de forma submissa ao inconsciente (individual ou coletivo) colonial-capitalístico, ao expropriar sua força de criação. No próprio sujeito se inicia e termina seu horizonte. Nesse contexto o sinônimo para sujeito é indivíduo, ou seja: indivisível.

Surdo aos efeitos de forças externas, esse sujeito, ao invés de representar um gérmen do mundo que habita, pela moral é tornado um corpo estranho, aterrorizado que deve ser calado a qualquer custo e rapidamente. Sua visão de mundo é comparável a uma repartição estável de elementos fixos e imutáveis, cada corpo em seu suposto “devido” lugar, igualmente fixo. O teor alucinatório desta imagem proporciona uma manutenção do status quo. O mundo precisa ser mantido como é, ou como foi estabelecido, ainda que por outros. No capitalismo liberal, a classe dominante. Se o mundo se dissolve, o indivíduo se dissolve junto. É a angústia do sujeito provocada pelo mal-estar da dicotomia, fim do mundo=fim do eu.

Nesse momento se dá a dificuldade, ou desconforto em sustentar-se na tensão corpo sujeito x indivíduo fora do sujeito, ao que a autora vai chamar “estranho-familiar”(ROLNIK, 2019, p.56)

Na outra forma, de Micropolítica na qual nos embatemos, a bússola ética guia para as demandas da vida, gerando o ímpeto de ação individual ou coletiva. Reapropriando-se de sua potência e reavivando o poder do inconsciente colonial-capitalístico que expropria esse corpo, ele responde numa ação de Micropolítica ativa.

Conforme Rolnik,

Insurgir-se nesse terreno implica que se diagnostique o modo de subjetivação vigente e o regime de inconsciente que lhe é próprio, e que se investigue como e por onde se viabiliza um deslocamento qualitativo do princípio que o rege. Sem isso, a tão aclamada proposta de reapropriação coletiva da força criadora como profilaxia para a patologia do presente não sairá do laboratório das ideias, correndo o risco de permanecer confinada no plano imaginário e suas belas ilusões alentadoras elas mesmas dispositivos de captura. Proponho designar por "inconsciente colonial-capitalístico" a política de inconsciente dominante nesse regime, a qual atravessa toda sua história, variando apenas suas modalidades junto com suas transmutações e suas formas de abuso da força vital de criação e cooperação. Nesse sentido, podemos também designá-lo por

"inconsciente colonial-cafetinístico", pelas razões acima evocadas. (ROLNIK, 2019, pp. 36,37)

Embora estes paradoxos políticos sejam interiores a cada um, segundo Rolnik (2019) eles na esfera social compõem com encontro com outros sujeitos que experimentam a mesma política perversa imposta pelo regime, o encontro de formas e forças estabelece uma superfície topológica relacional onde se desenvolvem os encontros que podem gerar insatisfações coletivas.

Para Butler (2018), quando esta Micropolítica ativa subjetiva, no espaço do convívio e das disputas sociais, encontra outros corpos,

[...] uma reunião é realizada em nome do corpo vivo, um corpo com direito a viver e a persistir, até mesmo a florescer. Ao mesmo tempo, não importa sobre o que seja o protesto, ele também é, implicitamente, uma reivindicação por poder se unir, se reunir em assembleia, e de fazê-lo livremente, sem medo da violência policial ou da censura política. Então, embora o corpo em sua luta contra a precariedade e a persistência esteja no coração de tantas manifestações, ele também é o corpo que está exposto, exibindo o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando, pela forma corpórea da reunião, um apelo ao político. Afirmar que um grupo de pessoas continua existindo, ocupando espaço e vivendo obstinadamente já é uma ação expressiva, um evento politicamente significativo, e isso pode acontecer sem palavras no curso de uma reunião imprevisível e transitória. Outro resultado “efetivo” dessas representações plurais é que elas deixam claro o entendimento de que uma situação é compartilhada, contestando a moralidade individualizante que faz da autossuficiência econômica uma norma moral precisamente sob condições nas quais a autossuficiência está se tornando cada vez mais irrealizável. (BUTLER, 2018, pp.

Neste contexto, os problemas sociais se avolumam e as formas tradicionais de organização política destas assembleias, dados os acontecimentos fartamente noticiados e alardeados, muitas vezes sem critérios, pela mídia, se mostram incapazes de motivar o povo para a luta por seus direitos básicos.

Percebe-se no cenário do embate político institucional, o surgimento dos coletivos populares, os quais representam estas assembleias de corpos lutando em conjunto pela defesa de suas vidas contra o abuso das classes dominantes frente às suas singularidades: corpos pretos, favelados, periféricos, mulheres, indígenas, LGBTQIA+, movimentos por moradia e por direito à cidade.

Aparentando tratar-se de uma nova forma de mobilização popular, vão atrair principalmente as camadas mais jovens da população. Camadas estas, desencantadas em seus estratos sociais, com as formas tradicionais de organização social e política: igrejas, partidos, associações de moradores, sindicatos, ONGs e movimentos sociais tradicionais.

Os coletivos apresentam-se para estes estratos sociais como alternativa de mobilização e resistência popular, atuando e lutando em espaços muitas vezes negligenciados pelo poder público. Apresentam-se ainda como resposta à falta de políticas públicas voltadas para os problemas acarretados pela transformação espacial e ocupação territorial desordenada e geradora de conflitos: mobilidade urbana, saúde, educação, cultura, lazer, etc.

Harvey (2014) enxerga estes grupos organizados e conscientes de seus direitos se apresentando para a disputa pelos comuns urbanos, já que é nisto que o espaço rural de outrora se transformou, cidade com seus equipamentos e serviços os quais devem ser, por princípio, de posse e uso de todos os cidadãos, ou seja, Comum. Palavra, a qual deve ser apropriada para a disputa pelos bens e direitos urbanos pelos coletivos, uma vez que para Dardot e Laval (2017) precisa ser entendida como o princípio originador e orientador das lutas e mobilizações no contexto pós-globalizado do século XXI.

Atualmente, o enfrentamento mundial à onda capitalista neoliberal, com resistências de diferentes formas e grupos em diversos países às inflexões ultraliberais, como as modificações nos direitos a aposentadorias, a privatização da educação e saúde, além de outros direitos básicos, as questões étnico-raciais, direitos das mulheres, a defesa do meio ambiente e de minorias, entre outros, vêm animando grupos a se mobilizarem coletivamente.

Nossa hipótese é que estas iniciativas apresentam uma potencialidade com dimensão multiescalar capaz de canalizar diversas demandas não atendidas pelo capitalismo e integrar em rede o movimento revolucionário global pensado por Harvey (2016).

A partir da dinâmica proposta por nossa pesquisa de uma prática geográfica militante, de analisar e contribuir com a resistência local, relacionadas à utopia de um movimento anticapitalista global, analisamos os coletivos que se mobilizam na região periférica da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A ideia foi interpretá-los exercitando a análise geográfica contributiva, enquanto acompanhamos sua luta nos espaços em que se manifestam os riscos à própria existência humana, uma vez que sejam considerados corpos abjetos aos territórios em que se dá a disputa histórica pelos comuns urbanos. Caso do bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro.

Nesse ponto, nossa Tese ratifica e amplia a pesquisa empreendida por Fulgencio (2020) entendendo os coletivos populares como espaços de esperança. Os coletivos estão transformando os movimentos sociais e outras formas tradicionais de organização política, com rejuvenescimento de ações e práticas, inserção de novas pautas e bandeiras, além dos novos modos de se organizar e agir local, estruturando-se em redes capazes de gestar o movimento revolucionário anticapitalista global.

Trafegando assim, entre distintas escalas políticas e geográficas, as quais proporcionam a dimensão espacial das diferentes desigualdades provocadas pela dinâmica de acumulação capitalista.

A metropolização do Rio de Janeiro e os projetos de desenvolvimento brasileiros reconfiguraram espacialmente Campo Grande. Esta nova configuração espacial propiciou o surgimento de manifestações políticas de resistência, como os movimentos sociais e coletivos populares. Bem como, grupos de interesses paralelos disputando os comuns urbanos. Porém, se configuram resistências, na forma de movimentos de re-existência. A esta configuração denominamos Territórios de resistência.

Entendemos a partir desta pesquisa em andamento que cabe a nós Geógrafos, de forma crítica e atuante auxiliarmos com ferramentas de análise espacial a construção do Movimento Revolucionário Global por novas formas de vida que salvem o planeta e os seres vivos, para uma nova forma de organização socioeconômica mais justa para todos os corpos e formas de vida. A esta forma de realizar a pesquisa geográfica, denominamos análise geográfica contributiva, numa prática geográfica militante.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado aparelhos. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALVES, Flamarion D. Notas Teórico-Metodológicas entre Geografia Econômica e Desenvolvimento Regional. V Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional, Brasil. CEPAL, Santa Cruz do Sul, RS, 2011. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/unisc.pdf>, acesso em 27.nov.2021
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? Debate Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os Direitos Humanos, no Brasil. Cadernos Pagu (53), 16p. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005> , acesso em 05.out.2022
- BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda S. Miguens 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAMPOLONGO et al. GEOGRAFIA 8º ano Cad. 04 – Caderno do Professor. Apostila. Sistema Objetivo de Ensino. São Paulo, 2018.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. Coleção primeiros passos, n.13. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2008
- CHRISTALLER, Walter. Central places in Southern Germany. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo, Boitempo. 2017. <Edição Kindle>
- DAVIDOVICH, Fany. Diferenciação da espacialidade da metrópole no Brasil: referências para a gestão. In: CADERNOS METRÓPOLE, N. 9, pp. 135-163, 1º sem. 2003
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FULGENCIO, Edivan de O. Mobilizações coletivas de Campo Grande, RJ, do direito à cidade à utopia anticapitalista global. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UERJ. 176f, 2020.
- FULGENCIO, Edivan de O. Mobilizações coletivas de Campo Grande, RJ, do direito à cidade à utopia anticapitalista global. Rio de Janeiro, 2020. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2020.
- FULGENCIO, Edivan de O., “O que as paredes pichadas têm pra me dizer? O que os muros sociais têm pra me contar”? Uma análise da paisagem metropolitana do Rio de Janeiro retratada nas músicas do grupo O Rappa no período de 1993 a 2003. Revista Cerrados, [S. l.], v. 17, n. 01, p. 192–221, 2019. DOI: 10.22238/rc2448269220191701192221. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1032>. Acesso em: 23.dez.2021.

HAN, Byung-Chul *Psicopolítica – O Neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. 4.ed. Rio Grande do Sul: Editora L&PM, 2014.

HARVEY, D.; TELES, E.; SADER, E.; *et al.* *Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 88p

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo, Boitempo. 2016.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola. 2004.

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity: an inquiry into the origins of cultural change*. New York: Blackwell, 1989

JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities* (1961). Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3843818/course/section/923498/JACOBS-Jane-1961-Morte-e-Vida-de-Grandes-Cidades%20%281%29.pdf>, acesso em 21.dez.2021

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Tradução Margarida Maria de Andrade, Sérgio Martins. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, S. *Concepções da metamorfose metropolitana*. In *Metropolização, governança e direito à cidade: dinâmicas, escalas e estratégias*. Lucia Bógus, Suzana Pasternak, Luís Felipe Aires Magalhães (orgs). EDUC: PIPEq, São Paulo, 2020, pp.31-50.

LEOPOLDO, E. *Da Economia Urbano-industrial à Economia Metropolitano-financeira*. In: *Mercator*, Fortaleza, v. 15, n.4, p.7-14, out. /dez. 2016.

LEOPOLDO, Eudes. *Da Economia Urbano-Industrial à Economia Metropolitano-Financeira*, 2016

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. In: *Arte & Ensaios*, n.32, pp.122,151, 2016. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> , acesso em 05.out.2022

PIRES, Hindenburgo F. *“Ethos” e mitos do pensamento único globaltotalitário*. In *Terra Livre*. n. 16, p. 153-168. São Paulo, 2001

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição. Notas para uma vida não cafetinada. N1 edições, 2ª ed. 2019. (ebook, n1-edicoes.org)

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4a. ed. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2006.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2006.

SASSEN, Saskia. The Global City. New York, London, Tokyo. Political Science Quarterly. Vol. 107, No. 2. Oxford University Press (Summer, 1992), pp. 370-371 (2 pages). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/30529997_The_global_City_New_York_London_Tokyo, acesso em 29.mai.2023

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

SOJA, E. W. Para além de Postmetropolis. In Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013

TOFFLER, Alvim. The third wave. Londres: Pan Books, 1981.

TORO, Martínez. La Urbanizacion como inflexion de la globalizacion. In CUADERNOS DE GEOGRAFÍA | REVISTA COLOMBIANA DE GEOGRAFÍA | Vol. 25, n. º 2 jul.-dic. del 2016 BOGOTÁ, COLOMBIA. pp. 77-105, 2016.

NOTAS

Nota 1

SCHIJMAN, Barbara. Frei Betto: “Es una ingenuidad total querer humanizar el capitalismo”. Dialogos, Página 12. Argentina. 13.out.2020. Tradução do autor. Disponível em

<https://www.pagina12.com.ar/298534-frei-betto-es-una-ingenuidad-total-querer-humanizar-el-capit>

Nota 2

Sociedade burocrática de consumo dirigido é um termo utilizado por Lefebvre (2008) para designar a Sociedade surgida a partir da segunda revolução industrial, com a introdução do fator consumo, como indutor da maximização de produção capitalista.

Nota 3

Cabe salientar aqui que neste caso a distopia é dialética. Não se refere à contradição destes espaços degradados pela produção capitalista, em relação a possíveis espaços destinados a estes corpos em uma sociedade socialista, anarquista ou igualitária. Mesmo o capitalismo liberal em sua utopia de vocação natural ao desenvolvimento não consegue chegar, (sequer se interessa por isso) a ser realidade nestes espaços tão marcantes de exclusão encontrados sobretudo nos guetos e periferias urbanas dos países em desenvolvimento. Além disso, manifestam-se estes espaços distópicos de total exclusão, devido à crise capitalista atual, cada vez mais presentes nas passagens urbanas dos países altamente industrializados.

Nota 4

Gazeta do Povo, 03.abr.2019: **Paulo Guedes é chamado de ‘tchutchuca com ricos e tigrão com pobres’**. Sessão **termina em confusão**. Por Jéssica Sant'Ana e Giorgio Dal Molin. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/paulo-guedes-e-chamado-de-tchuchuca-com-ricos-e-tigrao-com-pobres-sessao-termina-em-agressao/>, acesso em 10.out.2022

Nota 5

Folha de São Paulo, 18.ago.2022 : **Wilker Leão chama Bolsonaro de 'tchutchuca do centrão**. Por Marianna Holanda. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/bolsonaro-e-chamado-de-tchutchuca-do-centrao-e-se-envolve-em-confusao-no-alvorada.shtml>, acesso em 10.out.2022.

Nota 6

Impossível não remeter aqui à reflexão proposta por Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto em “Comida”, 2ª faixa do Álbum Jesus não tem dentes no país dos banguelas (Titãs, 1987), onde os artistas questionam: “Você tem sede de que? Você tem fome de que? [...] Desejo, necessidade, vontade...”

Capítulo 2



10.37423/230908172

O ESTADO DO TOCANTINS: A REALIDADE APOCALÍPTICA DOS TRABALHADORES VÍTIMAS DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA.

Alberto Pereira Lopes

*Universidade Federal do Norte do Tocantins -
UFNT*



INTRODUÇÃO

A abordagem geográfica que faremos da área de estudo demonstra a espacialidade da condição em que os trabalhadores se encontram, os quais podemos chamá-los de deserdados da terra, já que são submissos aos fazendeiros da região que têm suas propriedades extensivas principalmente à base da pecuária. A realidade apocalíptica se constitui a partir das condições precárias dos trabalhadores aliciados

A modalidade do trabalho escravo está incluída no processo em que “a peonagem é encontrada em diferentes atividades econômicas, organizadas segundo extremos e opostos de modernização econômica e técnica” (MARTINS, 1997, p.81). O trabalho por coação é um reflexo da modernidade, com a apropriação da terra por interesses acumulativos, o que faz renascer essa forma de degradação humana no campo. O Tocantins, como o mais novo estado da federação, tem um dos maiores índices no contexto do trabalho escravo contemporâneo. Assim, a fiscalização do Ministério Público e da Polícia Federal tem autuado várias fazendas, libertando os trabalhadores rurais.

É na diversidade dos sujeitos que vivem e sobrevivem na fronteira, como o camponês, os fazendeiros, os posseiros, os grileiros, que encontramos o trabalhador temporário vindo de várias regiões do país. Tal trabalhador acaba tornando-se vítima do trabalho escravo por dívida imposto pelos donos dos meios de produção, sobretudo os proprietários de terras.

As relações de poder que se instalam nesta região ultrapassam as fronteiras do latifúndio. Muitas vezes, o Estado dá apoio ao grande proprietário quando existem ameaças à sua propriedade, beneficiando-o por meio da desapropriação de sua propriedade, indenizando-o com valores superiores aos do mercado. É diante da proteção feita pelo Estado aos latifundiários, grileiros, grandes empresas agropecuárias, que a terra, nesta região, se torna cada vez mais privada e concentrada nas mãos de poucos, ocasionando os conflitos fundiários, a segregação e a exclusão. Explica Martins (1997) que a classe desprovida de capital vai servir, no entanto, aos interesses da acumulação capitalista, por meio de relações não-capitalistas de produção, diante do trabalho não remunerado a que estão submetidos os trabalhadores nas propriedades onde trabalham.

O OBJETIVO desse trabalho é mostrar a situação dos trabalhadores vítima da escravidão e a política de erradicação do trabalho escravo contemporâneo no Tocantins e suas ações para conter o crescimento da mão-de-obra precária e da impunidade da violência. De tal forma, que os Planos de Erradicação do trabalho escravo existem, mas que ainda não são suficientes para conter a degradação

do ser humano que serve como mão-de-obra barata para a acumulação primitiva do capital daqueles que se dizem donos da terra – os grandes proprietários.

OS INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS: As fontes bibliográficas utilizadas - os documentos disponíveis no Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho, Ministério Público Federal, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os números das vítimas do trabalho escravo por dívida no Brasil, na região norte e extremo norte do Tocantins num recorte espacial entre 2009, á 2013 a fim de buscar as respostas do problema levantado. Como também trabalhamos com as entrevistas feitas aos trabalhadores vítimas da escravidão na região do Bico do Papagaio.

O trabalho escravo no Tocantins, como forma de expansão das forças produtivas, é uma realidade de grande expressão, pois, segundo a OIT , o estado é o terceiro em termos de denúncias e resgate, perdendo apenas para os estados do Pará e Maranhão. Existe variação nesses índices a cada ano em relação aos estados. Às vezes, o Tocantins aparece como segundo, terceiro ou quarto – com exceção do Pará, que sempre aparece em primeiro –, a depender dos resultados das denúncias aos órgãos competentes.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Portanto, pensar o trabalho escravo por dívida, no norte do estado do Tocantins, é entender o processo da barbárie no contexto do tráfico de pessoas que, por meio da esperança de um trabalho, são aliciados por estranhos – os aliciadores. Estes não cumprem as promessas e cerceiam a liberdade dos trabalhadores. A categoria trabalho escravo tem algumas denominações, conforme atesta Figueira (2004):

A categoria trabalho escravo por dívida também tem sido utilizada para formas parecidas de trabalho sob coerção em outras regiões urbanas e rurais em diversas atividades produtivas. (...) em geral o termo escravidão veio acrescido de alguma complementação: ‘semi’, ‘branca’, ‘contemporânea’, ‘por dívida’, ou, no meio jurídico e governamental, com certa regularidade se utilizou o termo ‘análoga’, que é a forma como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) designa a relação. Também têm sido utilizadas outras categorias para designar o mesmo fenômeno, como ‘trabalho forçado’, que é uma categoria mais ampla e envolve diversas modalidades de trabalhos involuntários, inclusive o escravo (FIGUEIRA, 2004, p. 35).

O trabalho forçado, ou trabalho escravo, não é distante do que aconteceu na Amazônia brasileira. Pelo contrário, ele é resultado das políticas que foram instauradas para favorecer o grande latifúndio, que, com o processo de integração da Amazônia, passou a predominar por sua força econômica e política

na sociedade. O trabalho escravo contemporâneo por dívida está relacionado principalmente à forma expansiva da propriedade. Essa modalidade de trabalho escreve Figueira (2004, p.34), “em geral se manifesta quando as fazendas estão derrubando as árvores para plantar capim e erguendo, recuperando ou protegendo cercas e pastos ou executando diversas dessas atividades simultaneamente”.

Consequentemente, o trabalho escravo contemporâneo está imbricado com o processo degenerativo do homem, aguçado pela falta de uma política agrária eficaz que incorpore uma reforma agrária capaz de garantir seguridade social e econômica para este trabalhador que, na sua trajetória de vida, sempre viveu do trabalho na terra.

É importante ter em vista que as categorias aliciados, aliciadores, trabalhadores escravizados e camponeses estão inseridas no mesmo contexto do problema da questão agrária brasileira. Resultam de um processo histórico que continua presente, na contínua violação dos direitos dos trabalhadores pelos latifundiários. Os grandes proprietários de terras recrutam trabalhadores de outras regiões do país para trabalharem em suas propriedades, explorando a mão-de-obra alheia, por meio do trabalho não pago. Diante da falta de trabalho em áreas onde residem os trabalhadores, estes se sujeitam a enfrentar o desconhecido. Trata-se de um dos fatores impulsionando a migração em direção a outras localidades, o que se alia à falta de mão-de-obra nas áreas onde estes irão trabalhar. Como afirma Martins (1997):

A escassez de mão-de-obra nas áreas em que tem sido empregado o regime de peonagem é certamente um de seus fatores. Mas não é o único nem necessariamente o que predomina do ponto de vista dos próprios trabalhadores. Basicamente, o que os traficantes fazem é transferir trabalhadores de áreas em que há excesso deles e há desemprego ou subemprego para as áreas que deles necessitam. (MARTINS, 1997, p.106).

Esta característica da questão fundiária demonstra que as classes menos favorecidas sofrem com os desmandos dos fazendeiros, os quais, muitas vezes, burlam a lei para tirar proveito próprio, como aconteceu no Tocantins com uma reforma agrária negociada entre o INCRA da região com os próprios fazendeiros. Barbosa mostra esse exemplo em seu trabalho sobre a questão da reforma agrária no Tocantins:

Tem-se exemplo de renda da terra por meio de fraudes, uma acumulação primitiva do capital, em que o INCRA acabou sendo um instrumento encontrado por fazendeiros no estado do Tocantins para o enriquecimento ilícito. Segundo levantamentos feitos pela Procuradoria da República no estado, a desapropriação de fazendas para fins da reforma agrária – não reivindicada pelos sem terras – foi, em grande parte, superfaturada. (...) Em algumas

fazendas, o metro quadrado de um galinheiro teve o mesmo custo do metro quadrado de uma casa na cidade. Esse tipo de fraude caracteriza o enriquecimento ilícito, com prejuízo ao patrimônio público, num estado onde quase todas as terras foram ocupadas de forma ilegal, por meio da grilagem. (BARBOSA, 1999, p.129)

De acordo com Barbosa (1999), esse estado que faz parte da nova fronteira prevalece com uma estrutura fundiária concentrada nas mãos dos capitalistas graças aos representantes que o construíram e fizeram permanecer a identidade dos fazendeiros, demonstrando a sua força e capacidade de reproduzir o capital. Os capitalistas no Tocantins sempre tiveram força uma vez que já nasceram agregados à UDR, preservando a unidade do latifúndio. O mais novo estado da federação nasceu dessa unidade; foi criado para beneficiar a classe latifundiária. Como aponta Barbosa:

A importância do domínio político-administrativo do território surge em decorrência da tentativa de preservação da grande propriedade fundiária, com suas formas tradicionais de produção e de reprodução do capital ali inseridas e, conseqüentemente, com a renda da terra. É o momento em que a pecuária se transforma em poder político e passa a ter então ao seu alcance o controle das formas de repressão policial e mesmo de âmbito jurídico, agora legalizadas. (BARBOSA, 1999, p.96).

O território construído foi e é na verdade um espaço para manter as relações de poder já existentes antes da consolidação do estado. Ou melhor, para expandir tais relações nos contextos político, social e econômico, já que todo o controle administrativo estava nas mãos da classe dominante. Essa discussão se faz pertinente diante da posição que o Tocantins ocupa em relação ao trabalho degradante, ficando entre os primeiros colocados, uma prática definitivamente preocupante para o país. A sua localização geográfica, além de sua história baseada na consolidação das forças propulsoras de poder e dominação, compõem ingredientes necessários para a exploração dos trabalhadores vulneráveis a essa condição. Mediante as dificuldades de trabalho e sobrevivência, tornam-se vítimas das atrocidades dos fazendeiros.

A maior parte das pessoas escravizadas no estado do Tocantins vem da própria região, mas existe também migração para trabalhar na agropecuária de outras localidades regionais, já que o estado faz divisa ao Norte com o Maranhão e Pará, ao Sul com Goiás, ao Leste com o Maranhão e Piauí, e ao Oeste com os estados do Pará e Mato Grosso. Estes contingentes são trabalhadores que vivem em certo grau de pobreza ou extrema pobreza e são captados pelos aliciadores para trabalharem em fazendas na retirada da mata para uso da pecuária ou da agricultura.

Assim, o trabalho escravo forçado, segundo estudos da OIT, se inicia a partir do momento em que o indivíduo tenha sido cassado dos seus direitos por meio do empregador. Na convenção de 1930 de número 29 no seu artigo segundo, isto já estava explícito. Da mesma forma, na convenção do trabalho forçado de 1957, a OIT prevê que o trabalho forçado jamais pode ser usado para o desenvolvimento econômico, político ou quaisquer outros fins. (OIT, 2007).

Com a expansão capitalista em direção à fronteira, a concentração da terra foi mais acentuada a favor dos capitalistas, relegando os trabalhadores à condição dos explorados, expropriados e desvalidos. Explorados pela forma como se dá a natureza do trabalho, imposto pelos senhores que na fronteira se tornam donos da terra e da consciência das pessoas que irão lhes servir. A expropriação é denominada pela expulsão dos trabalhadores no campo, de forma que a propriedade se expande para acumulação do capital. Os camponeses e trabalhadores tornam-se desvalidos pela ausência de uma vida digna, sem acesso aos direitos necessários de uma sociedade justa da qual ele seria instrumento formador. Ao contrário, torna-se apenas um objeto a ser utilizado como manobra por seus dominadores, cujos arbítrios visam adquirir força de trabalho de forma ilegal.

O Tocantins tem se destacado no cenário do desenvolvimento da agropecuária devido ao trabalho forçado dos que buscam na fronteira nova oportunidade, e nela acabam encontrando a repressão e a violência – formas de trabalho que condizem com a acumulação primitiva que compromete a própria vida do trabalhador. Para compreender o trabalho forçado ou escravo que tem atravessado as temporalidades históricas, Martins considera que

na frente pioneira, o trabalho escravo está sendo utilizado sobretudo fora do processo de trabalho propriamente dito, isto é, fora do processo normal e permanente de produção propriamente capitalista. Nesse sentido, é uso de trabalho em tarefas próprias de uma situação de acumulação primitiva. Conceito que, aliás, ganha melhor definição se além de considerarmos a expropriação que força a entrada do trabalhador no mercado de trabalho, considerarmos, também, que esse momento de expropriação dos meios de vida se prolonga na superexploração da força de trabalho. (MARTINS, 1997, p.95)

Nos termos de Martins, portanto, a riqueza no capitalismo é criada em cima do próprio trabalho, embora existam outros valores que são condicionados ao capitalista por meio de sua apropriação. No entanto, na fronteira agrícola – lugar em que a superexploração é um fenômeno comum –, em vista de uma série de fatores integrados, os trabalhadores encontram-se dentro de um processo de acumulação primitiva, segundo o qual as relações de trabalho se associam à dominação do proprietário, exigindo assim os deveres a serem cumpridos. No capitalismo, a ação do capital sobre a propriedade da terra cria e desenvolve o trabalho assalariado. Isso, entretanto, não se aplica aos

parâmetros do trabalho forçado nos dias atuais, porque nele está implícita a condição do trabalhador subordinado e muitas vezes alienado às formas impostas pelo proprietário da terra com relações de produção não-capitalistas.

A prática do trabalho forçado não se situa no contexto do sistema capitalista, pelo fato de não haver uma relação de assalariamento. Existe, pelo contrário, uma relação de superexploração da força de trabalho do trabalhador, resultante da coação e da negação da liberdade. É isso que caracteriza o trabalho escravo contemporâneo. Trata-se das condições de trabalho degradantes que implicam impossibilidade de saída ou fuga, uma vez que dívidas são contraídas no decorrer da estadia na fazenda e guardas ou capangas armados estão presentes.

A questão do trabalho escravo não existe como forma de relação do capitalismo, uma vez que este se define por uma relação assalariada baseada na força de trabalho dos trabalhadores que servem aos proprietários dos meios de produção. No entanto, a produção ampliada do capital envolve meios e situações não-capitalistas, como é o caso do trabalho escravo contemporâneo por dívida. Martins esclarece:

O que a peonagem tem promovido na frente pioneira, desde pelo menos a expansão dos cafezais brasileiros para o oeste de São Paulo, no século 19, é a produção de fazendas e não, fundamentalmente, a produção de mercadorias, nas fazendas, para o mercado de consumo; isto **é, a peonagem tem produzido, sobretudo nos casos recentes, os meios de produção a serem utilizados pelo sistema capitalista na produção de mercadorias.** E não principalmente nem diretamente as próprias mercadorias. (MARTINS, 1997, p. 97). (Grifo do original).

A expansão da agropecuária no estado do Tocantins demonstra esse processo extensivo dos capitais por meio dos incentivos fiscais e subsídios governamentais para a reprodução ampliada do capital. Some-se a isso a produção não-capitalista de produção, como é o caso da peonagem para a formação das fazendas, numa forma exaustiva do trabalho. Isto é, tem-se uma forma predominante de exploração dos trabalhadores, que são aliciados e têm sua própria sobrevivência comprometida.

No Tocantins, a relação da peonagem com as forças produtivas se define pelo processo degradante da condição, da submissão de um para o outro, devido à falta de emprego, de educação e de uma reforma agrária que inclua o trabalhador na sociedade por meio de políticas públicas, destinadas à melhoria das famílias assentadas, para que estas não se tornem os migrantes sem destino e sem direção, criando a condição do trabalho escravo por dívida.

No Tocantins, os maiores índices de trabalhadores envolvidos em situação análoga ao trabalho escravo, conforme a CPT, são as regiões do Extremo Norte e Centro Norte, Nordeste, Centro-Oeste, que estão na fronteira com o estado do Pará, um dos Estados da Federação com índices elevados da concentração de terra, resultando em inúmeros casos de violência por conflitos agrários.

O número de trabalhadores que são submetidos às práticas de trabalho escravo tem se expandido no Tocantins devido à formação de novas fazendas. Estas têm deteriorado o meio ambiente com o desmatamento e desarticulado a economia de subsistência. Marginalizam, assim, grandes contingentes de trabalhadores e camponeses e redefinem sua posição na estrutura da sociedade como os expropriados que procuram núcleos urbanos para se instalarem em locais ilegais e periféricos.

A questão social tem sido afetada pela dinâmica capitalista no campo, a qual, desde a criação do estado na década de 1980, tem se propagado, estabelecendo novas formas de exploração da força de trabalho. Assim os fazendeiros expandem a produção do capital. Graças aos incentivos fiscais do governo federal na década de 1970, tais fazendeiros vêm se estabelecer nessa região, especulando a terra, e objetivando formas ilegais de apropriação.

O isolamento geográfico constitui-se assim como fator primordial no contexto do trabalho degradante, em virtude das dificuldades que as instituições enfrentam para designá-lo e autuá-lo. Tal isolamento, apesar de não ser o fator principal do trabalho escravo, é uma das características que mais contribuem para a precarização do trabalho. No Tocantins, quanto mais a expansão do capital segue em direção à fronteira (tanto para o Norte quanto para as regiões Centro-Oeste e Sudoeste), maiores serão os índices de vítimas do trabalho escravo. Estas regiões são propícias ao isolamento geográfico devido à falta de rodovias e outros meios de comunicação, o que dificulta a atuação das instituições que lidam com a erradicação do trabalho escravo.

Estas regiões no Tocantins com maior índice de trabalho escravo – o Extremo Norte e Centro-Norte – são áreas que correspondem a uma transição do cerrado para a mata equatorial, isto é, são áreas que fazem parte da expansão de desmatamento para dar lugar às pastagens, às lavouras de soja e ao carvão. Tais regiões também foram locais de conflitos pela posse da terra no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando vários trabalhadores rurais foram vítimas da violência e da barbárie que aconteceu na Guerrilha do Araguaia.

Portanto, estes conflitos se constituíram no decorrer da história desse país, evidentemente nas regiões de fronteiras que se configuram como locais isolados. Todos aqueles que são contrários à reprodução capitalista – representada pelos grandes fazendeiros que exterminam a população nativa

e expropriam os trabalhadores rurais – são legados à morte. Entre tais opositores estão religiosos, advogados, representantes de entidades e representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais, os quais colocam suas vidas a favor de uma política eficaz em relação à questão agrária do país. São estes representantes que também fazem parte das estatísticas de morte, juntamente com os trabalhadores rurais principalmente na Amazônia brasileira.

Dessa forma, o trabalho escravo por dívida nas regiões de fronteira, especialmente no norte do estado do Tocantins, tem se comprometido com a implementação dos meios de produção para os donos de propriedade, que posteriormente, à custa do trabalho não pago, produzem mercadoria, seja pecuária, seja agricultura. Estes fatores de expansão do capital se desenvolvem a partir dos incentivos do Estado em desenvolver a região, além das relações não-capitalistas de produção para a reprodução ampliada do capital, conforme apontado por Martins. Tais medidas implementadas pelo Estado vieram favorecer aos capitalistas que criaram condições para acumulação ampliada do capital, enquanto os trabalhadores ficaram expropriados e explorados em sua força de trabalho.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Y. M. As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins. 1999. 158p. Tese, (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BRASIL. Código Penal; Código de Processo Penal; Constituição Federal. São Paulo: RIDEEZ, 2003.

BRASIL. Plano do MDA/INCRA para a erradicação do trabalho escravo.2. ed. (Rev.). Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. II Plano Nacional para Erradicação do trabalho Escravo. Brasília, SEDH, 2008.

FIGUEIRA, R. R. Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARTIN, A. R. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a geografia).

MARTINS, J. de S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. O cativo da terra. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

Ministério do Trabalho e Emprego. Agência Regional do Trabalho no Tocantins. Agência de Atendimento do Trabalho em Araguaína. Araguaína: Reclamações trabalhistas, 2007.

OIT. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, 93ª REUNIÃO. aliança global contra trabalho escravo: relatório global de seguimento da declaração da OIT sobre princípios e fundamentos no trabalho 2005. Secretaria Internacional de Genebra, 2005. Disponível: www.oitbrasil.org.br Acesso: Setembro de 2007.

OIT. TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL XXI. Coord. do estudo, Leonardo Sakamoto. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. Disponível: www.oitbrasil.org.br. Acesso: Agosto 2007. (Relatório 2)

PLANO ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO TOCANTINS. Palmas, 2007.

Capítulo 3



10.37423/230908186

QUEIMADAS URBANAS: DA (DES)CULTURALIZAÇÃO A PRÁXIS DE CRIMES AMBIENTAIS NO SETOR MORADA DO SOL II EM ARAGUAÍNA-TO

Marivaldo Cavalcante da Silva

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Luciana Nunes dos Santos

Colégio Estadual Guilherme Dourado



INTRODUÇÃO

No mês de agosto de 2023, nos EUA, mais precisamente em Maui e Lahaina na ilha do Havaí, ocorreu um grande incêndio que resultou na morte de mais de 100 pessoas. Segundo um grupo de pesquisa sem fins lucrativos, a Associação Nacional de Proteção contra Incêndios (ANPI), este incêndio foi o mais mortal dos EUA desde 1918, quando morreram 453 pessoas em Minnesota e Wisconsin¹.

Em termos de saúde pública, foi publicado o resultado de um estudo que estimou o impacto dos incêndios florestais e queimadas que ocorrem na América do Sul entre 2014 e 2019 na revista *Environmental Research Health*. Na ocasião, o estudo apontou 12 mil mortes prematuras anuais registradas no período, podem está diretamente associadas aos poluentes liberados pela queima de vegetação, dos quais, 55% delas ocorreram no Brasil (BONILLA, et. al, 2023).

Com a relação à má qualidade do ar, a exposição das pessoas pode ser por contato com a pele, ingestão ou inalação, que é uma das formas mais susceptível conforme aponta o Relatório da Organização Mundial da Saúde. Desde os anos 70, estudos sobre os efeitos da poluição do ar na saúde foram realizados em metrópoles como, cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e cidade do México. (RIBEIRO E ASSUÇÃO, 2002).

Situado na região norte do Brasil, o estado do Tocantins possui o cerrado como vegetação predominante, limita-se ao sul com os estados de Goiás; a leste com Piauí; a Nordeste com Maranhão, a Sudeste com Bahia, a Noroeste com Pará e a Sudoeste com Mato Grosso.

Anualmente, nas áreas urbanas de várias cidades no Estado do Tocantins, são constatados alto percentual de queimadas, seja nos quintais, lotes abandonados ou que servem de depósito de lixo pela população, assim como nas vias e áreas públicas, praças e áreas destinadas a construção de calçadas.

O texto vigente não traz uma discussão pautada nos elementos culturais e simbólicos do uso do fogo, a citar em rituais e práticas religiosas. Enquanto cultura, o fogo é utilizado para contemplação de povos indígenas, roda de conversa, dança em círculos, abertura de faixas em áreas para plantio entre outras utilidades por exemplo.

Na perspectiva de Geertz (2008), ao retratar sobre a dimensão cultural em determinada vertente, compreende cultura como um “padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio dos quais os

homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 2008, p. 66).

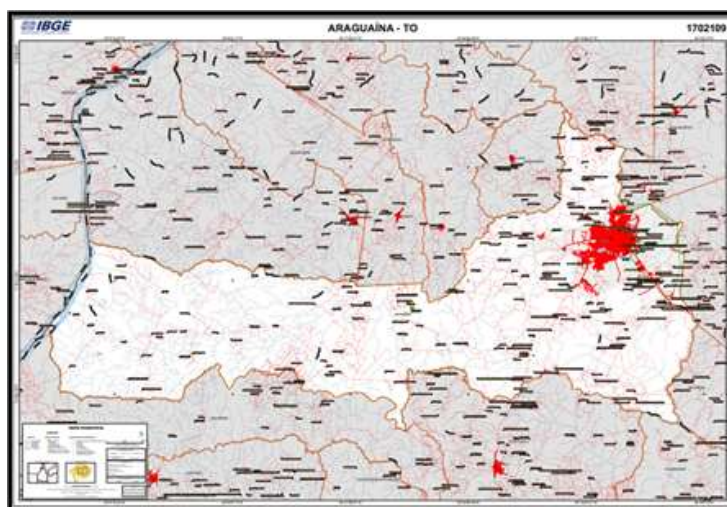
Então, em contraponto a questão cultural da prática de queimadas, temos a legislação brasileira, que caracteriza queimada como crime, previsto na constituição Federal de 1988, por causar danos à saúde e ao meio ambiente. Os gases produzidos pelas queimadas são nocivos, causando dentre outras consequências, doenças respiratórias na população, asma, rinite, vermelhidão na pele, irritação nos olhos e pode contribuir até para doenças cardiovasculares por exemplo. (SILVA & SILVA, 2006).

A cidade de Araguaína apresenta alterações periódicas no ar atmosférico, devido à poluição causada pela fumaça e a fuligem resultante dos incêndios florestais, queimadas urbanas e partículas em suspensão proveniente da poeira. Cabe ressaltar, que ocorrem práticas de queimadas também na cidade em períodos de inverno.

O objetivo deste trabalho foi tratar a prática de queimadas urbanas no setor morada do sol II na cidade de Araguaína – TO enquanto processo de (des)culturalização. O estudo mostra alguns agravantes sociais e ambientais relacionados com a pratica de queimadas na área estudada as quais devem ser consideradas crime em função da legislação vigente.

Araguaína é um município do estado do Tocantins, região norte do Brasil. Segundo o IBGE(2022) possui população de 171.301², possui área de 4.000,416 km², 42,78 hab/km², latitudes 7º 11' 28" sul e longitude 48º 12' 26" a oeste, divisa com as cidades de Babaçulândia, Nova Olinda, Piraquê, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia, como mostra a figura 1.

Figura 1. MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE ARAGUAÍNA – TO



Fonte: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2020/TO/araguaina/1702109_MM.pdf. Acessado em 18/09/2023

METODOLOGIA

O estudo tem caráter qualitativo e foi realizado com embasamento teórico metodológico de textos publicados em revistas científicas. Foram utilizadas informações de sites de notícias locais e em nível estadual. A imagem para localização/identificação dos bairros em estudo foi capturada do Google Maps.

Os registros fotográficos utilizados servem como comprovação dos focos de queimadas e possibilidade para ampliar o debate uma vez que, no instante do “click” para o registro, a imagem capturada contribuirá para a discussão. Essa metodologia foi adotada por Monteiro e Silva, 2018 na mesma cidade. A escolha por vias pública se justifica, uma vez que, para registrar demais focos, seria necessário adentrar residências até os focos que se localizam principalmente nos quintais.

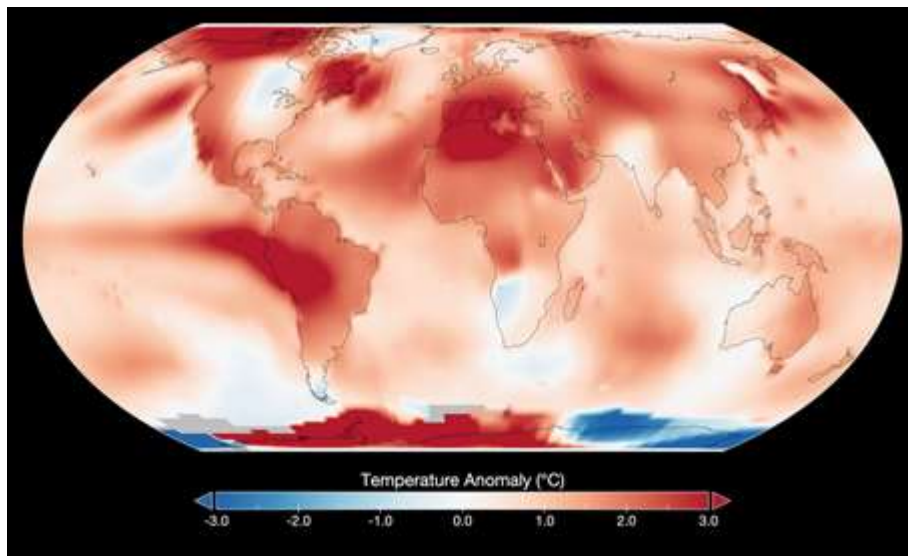
Os registros fotográficos têm sido largamente utilizados por (SILVA & SILVA, 2006; SILVA & SILVA, 2017; MONTEIRO & SILVA, 2018).

Os registros fotográficos dos focos de queimadas no setor morada do sol II, que constam no trabalho desenvolvido, foram realizados na rua 8, 9 e uma quadra que foi completamente queimada nas proximidades da divisa com o setor denominado conjunto residencial Patrocínio. Cabe enfatizar que existe registros de focos de queimadas em várias ruas na área de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em várias partes do globo terrestre as populações perceberam o aumento das temperaturas conforme figura (2). Estudo revelado pela NASA aponta que julho de 2023 foi o mês que registrou as temperaturas mais altas da série. É fundamental a contribuição da ciência para minorar os impactos das altas temperaturas que contribuem para aumento de doenças diversas levando em alguns casos a morte.

Figura 2 - Mapa das anomalias de temperatura refletem a comparação de julho de 2023 com a temperatura média de julho de 1951-1980



Fonte: NASA's Goddard Institute for Space Studies

As altas temperaturas, baixa umidade do ar e ventos fortes também se fazem presentes na cidade de Araguaína-TO. O noticiário local possui uma série de reportagens sobre o tema em discussão. Segundo o site de notícias Surgiu³, edição de 31 de maio de 2017, pela primeira vez, Araguaína aderiu ao Programa Protocolo do Fogo, criado em 2005, com objetivo de desenvolver ações de combate aos focos de incêndio na área urbana e rural.

O Poder Público desenvolve ações de controle e combate ao fogo. O Protocolo Municipal de Controle e Prevenção de Uso do Fogo, juntamente com órgãos ambientais e a sociedade civil organizada, tem como objetivo a prevenção e combate às queimadas na cidade e região (Monteiro & Silva, 2018). A ideia é a mobilização e conscientização da sociedade de que o meio ambiente é um bem comum, de responsabilidade não somente do poder público. O Protocolo é do Naturatins, mas a partir da adesão, ele passa a pertencer ao município.

Na cidade de Araguaína (TO), as queimadas urbanas nos períodos de estiagens, são rotineiras por parte da população residente na cidade. Com a poluição do ar o resfriamento se torna lento, mesmo no período noturno principalmente nos períodos de estiagem. Segundo AYOADE (1991) o clima das áreas urbanas sofre maior impacto pela ação humana, causando alteração da composição químicas da atmosfera, não permitindo o resfriamento da superfície da terra, mesmo com a diminuição da insolação.

Fotografias 1, 2 e 3. Vista panorâmica do Bairro São João para o centro da cidade parcialmente encoberta por fumaça de queimadas diversas



Fonte: Marivaldo Cavalcante da Silva, 2023

As fotografias 1 e 2 foram realizadas do alto do Bairro São João na rua 1ª de Janeiro com intuito de demonstrar a diferença da poluição do ar - tem finalidade de mostrar as mudanças visíveis a olho nu da “nuvem” de fumaça espalhando as partículas em suspensão na cidade de Araguaína-TO. Cabe ressaltar, que o uso do celular para realizar as fotografias, acaba filtrando um pouco e melhorando a visibilidade. A pode contribuir para acidentes de trânsito, dificulta a visibilidade dos prédios e residências logo no início da manhã.

A dispersão da nuvem de fumaça que encobre a cidade, depende dos ventos e outros elementos das variáveis meteorológicas. A fotografia 3 foi realizada as 18:12 do dia 08/08/23 também no bairro São João na Rua Gonçalves Ledo. O odor que as queimadas proporcionam é intenso, os olhos ardem, a garganta seca, causa tonturas, ocasiona dificuldades para uma melhor respiração entre outros problemas inclusive pulmonares. É salutar mencionar que a situação ilustrada não é oriunda apenas de queimadas urbanas.

Em se tratando de saúde, com a queima de biomassa e expansão de partículas de fumaça (Bonilla, et. al 2023) afirma que:

Air pollution from fires is detrimental to public health. Smoke particulate matter from biomass burning in the Amazon Basin can travel great distances, affecting air quality across several countries in South America. (Bonilla, et.at. pg. 2)

A queima de lixo e materiais orgânicos e inorgânicos expõe na atmosfera fumaça e fuligem. Nesse local é comum o descarte de galhadas e lixo residencial por parte de moradores das proximidades ou até mesmo carroceiros. Fica evidente a intencionalidade da queimada realizada para limpeza da área

e eliminação do acúmulo de material descartado. É uma forma rápida e econômica de se “livrar” do lixo acumulado e depositado pela própria população, mostrado na imagem 1 e fotografia 4.

Imagem 1 e fotografia 4. Mostra uma área que foi totalmente queimada no setor morada do sol II em Araguaína TO



Fonte da: Marivaldo Cavalcante Silva, 07/07/2023 às 11:37

Na fotografia 4 é possível verificar a queima de toda vegetação da área loteada sem nenhuma habitação. A priori, esta área teria finalidade de utilização pública. Existem várias residências nas ruas em volta da quadra totalmente queimada. Foi possível perceber que parte de alguns telhados de várias residências ficaram completamente pretos com o acúmulo de fuligens. Com isto, pode-se inferir que fumaça e fuligem também adentram nas residências, pontos comerciais, dificulta a visibilidade de pedestres, motoristas de carros, motociclistas, veículos pesados, podendo, inclusive, contribuir para a ocorrência de acidentes. Esta prática criminosa de atear fogo em áreas urbanas, também modifica a paisagem e “expulsa” os pequenos animais silvestres e aves e, em alguns casos, os ninhos e filhotes podem ser queimados.

Em entrevista concedida para a Conexão TO⁴, publicada na edição do dia 28 de agosto de 2017, o clínico-geral Frederico Teixeira Leite, diz que as doenças respiratórias se agravam com as queimadas, principalmente nas crianças. As crises de asma pioram, fazendo com que os pacientes procurem com

maior frequência as unidades de saúde. A população sofre com a fuligem que as queimadas soltam no ar, causando problemas alérgicos de pele, rinite, sinusite e irritação nos olhos.

A proximidade das queimadas de áreas habitadas causa maiores danos a saúde. O fogo expelle fumaça na atmosfera, e se os ventos estiverem direcionados para áreas com maior número de habitantes, pode agravar ainda mais a situação. (RIBEIRO E ASSUNÇÃO, 2002)

De acordo com os autores:

... Queimada é uma combustão incompleta ao ar livre, e depende do tipo de matéria vegetal que está sendo queimada, de sua densidade, umidade etc., além de condições ambientais, em especial a velocidade do vento. Por ser uma combustão incompleta, as emissões resultantes constituem-se inicialmente em monóxido de carbono (CO) e matéria particulada (fuligem), além de cinza de granulometria variada. Resultam também dessa combustão compostos orgânicos simples e complexos representados pelos hidrocarbonetos (HC), entre outros compostos orgânicos voláteis e semivoláteis, como matéria orgânica policíclica – hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, dioxinas e furanos, compostos de grande interesse em termos de saúde pública, pelas características de alta toxicidade de vários deles. Como nas queimadas a combustão se processa com a participação do ar atmosférico, há também emissões de óxidos de nitrogênio (NOx), em especial o óxido nítrico (NO) e o dióxido de nitrogênio (NO₂), formados pelo processo térmico e pela oxidação do nitrogênio presente no vegetal (RIBEIRO E ASSUNÇÃO, 2002 p. 128- 129).

Estudos realizados demonstram que a exposição á poluentes de diferentes níveis, em curto prazo, as doenças respiratórias têm se agravado na comunidade. Isto provoca efeitos na saúde e na educação, uma vez que aumenta a demanda de consultas e internações hospitalares e mortalidade. Também é motivo de faltas dos alunos em escolas. Em longo prazo, o objetivo do estudo é avaliar os efeitos comparando a mortalidade com mobilidade, devido aos diferentes níveis de poluição do ar. Segundo a avaliação o método mais utilizado é o raio x, para identificar doenças pulmonares. (RIBEIRO E ASSUNÇÃO, 2002).

As fotografias 5 e 6 foram realizadas no dia 07/0/23. A foto de número 5 as 9:07 e a de numero 8 as 9:12 localizadas na rua 9 no setor morada do sol II. Importante o registro dos horários para tentar entender os desdobramentos quando da presença de bombeiros, fiscais municipais e brigadistas por exemplo. Quanto a fotografia 8, apresenta o fogo localizado aos fundos das residências que se localizam na rua 9. Porém, este foco inicial ocorreu na rua 8. O corpo de bombeiros foi acionado em função e grau de perigo percebido pela população. Quando os bombeiros chegaram, o fogo já havia se espalhado entre as ruas 8 e 9 por volta das 19: 20. Cerca de uma hora após o início da queimada. O fato ocorreu no dia 08/08/23.

A foto 8 é o primeiro registro que desencadeou o contato com o corpo de bombeiros. Foi realizada as 17:57. De certo modo, gerou uma grande tensão por parte de alguns moradores. O vento forte e as chamas altas ocasionaram bastante medo. Muita fumaça tomou conta das residências e ruas.

Imagem 2 e fotografias 5 a 10. Queimadas em lotes baldios nas ruas 8 ainda sem asfalto e rua 9 no setor morada do sol II em Araguaína-TO



Fontes: Marivaldo C da Silva; Luciana Nunes dos Santos (fotos 9 e 10), 2023

A prática de atear fogo em áreas públicas, quintais e lotes baldios deve ser entendido como crime ambiental passível de punições. Pode ser compreendida também como falta de respeito ao próximo e que ocasiona danos sociais e ao ambiente, colocando em risco a saúde da população, imóveis, rede de abastecimento de energia, acidentes de trânsito dentre outros. Nesse sentido, é que o texto vem abordando a Desculturalização no sentido do aprender errado. As queimadas ocorreram nas proximidades de residências e com fios da rede elétrica próxima, situação já constatado em outros estudos por (SILVA & SILVA, 2006; MONTEIRO & SILVA, 2018).

Segundo (LEITE & PEREIRA, 2017) que desenvolveram estudo sobre as queimadas urbanas: o caso do residencial jardim das flores em Araguaína – TO e comprovaram que, desde 2006 a prática de queimadas em vias públicas ocorre ano após ano na área que foi desenvolvido o estudo.

Outro agravante diz respeito à baixa umidade do ar, os ventos fortes também podem espalhar o fogo e as partículas em suspensão com maior rapidez. O Portal de Notícias G1⁵, em matéria publicada sobre a baixa umidade do ar no dia 01 de setembro de 2017, o estado do Tocantins se encontrava com 46 cidades em “clima de deserto” isso devido à umidade do ar atmosférico baixar aos níveis de 12%. As cidades do Tocantins possuem um nível de alerta que vai do amarelo (entre 30% e 21%), laranja (entre 20% e 12%) e o vermelho (abaixo de 12%).

No dia 21/08/2023, o portal de notícias do METEORED.tempo.com⁶ divulgou previsão informando intensas massas de ar quente que se espalham por todo Brasil com temperaturas atingindo próximas a 40°C em diversas localidades do território brasileiro. Diante dessa informação cabe uma pequena reflexão quanto a saúde mental das pessoas que ateiam fogo em áreas urbanas costumeiramente.

Destarte, mantendo a (des)culturalização da prática de queimadas em áreas urbanas após a discussão ao longo do texto, é salutar destacar que a cultura é um dos principais espaços onde estas práticas se enraízam, no qual estes poderes autoritários se estabelecem, mas curiosamente, a cultura é também o espaço onde tudo isso pode ser radicalmente questionado (RICHARD, 2005). Ou seja, além de haver definido a cultura como um habitus herdado – grifos nossos, ela também pode ser um lugar de resposta à hegemonia oficial, uma maneira de identificar-se com o estabelecido e promover a partir daí uma maior visibilidade sobre os poderes que nos constituem e que se reproduzem socialmente. Sendo assim, cabe fazer uma inferência a legislação ambiental vigente e cobrar dos gestores a devida fiscalização e aplicação das multas quando couber.

Conforme a Lei Municipal nº 3.100/19, a multa para quem for identificado cometendo esse tipo de crime dentro do perímetro urbano de Araguaína varia entre R\$45,00 e R\$85,00 para cada 12 metros quadrados de área queimada, de acordo com o tipo de material incendiado. Além disso, o valor da multa pode ser dobrado aos fins de semana, feriados, entre às 18 e 6 horas, ou em caso de reincidência (ARAGUAÍNA, 2023).

Contudo, os valores podem ser ainda maiores, visto que a fiscalização do município também utiliza como base a Lei Federal de Crimes Ambientais 9.605/98, que prevê multa de R\$ 5.000 a R\$ 50 milhões de acordo com o tipo de queimada. A lei também proíbe qualquer tipo de queimada nas vias públicas

e em imóveis urbanos públicos ou particulares, incluindo também queimadas nas margens de rodovias, rios, lagos ou matas.

Em 2022, segundo a prefeitura municipal de Araguaína, foram autuadas dezenas de pessoas por causarem queimadas criminosas no ambiente urbano da cidade. A fiscalização é realizada pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente de Araguaína, que no ano passado registrou 73 autos de infração. Para conseguir monitorar todo o perímetro urbano da cidade, a equipe de fiscalização conta um disque denúncia de queimadas urbanas pelo telefone (63) 99976-7337, que funciona em regime de plantão até as 20 horas, todos os dias.

Existem outros meios de realizar as denúncias. Podem ser feitas pelo telefone da Defesa Civil de Araguaína, no (63) 99973-9794 ou 199; ao Corpo de Bombeiros, pelo 193, e ao Naturatins (Instituto Natureza do Tocantins), no número (63) 991067787 (PREFEITURA DE ARAGUAÍNA, TO. 2023).

Cabe ressaltar, que as cidades são espaços urbanos, de uso coletivo e, não controle do vento que espalha a fumaça e a fuligem, desse modo, atingindo indivíduos que não compartilham da mesma ideia de atear fogo no ambiente urbano. Há de se repensar no modelo social, na relação sociedade natureza nos espaços urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sugestão para contribuir com a cobrança por queimadas em lotes baldios, é o uso de geotecnologias com drones para realizar o registro de imagens e ser anexado no sistema de cobranças de IPTU. Demais alternativas também precisam ser discutidas e implementadas de modo intersetorial na gestão municipal.

A pesquisa revela que os incêndios e a prática de queimadas urbanas são frequentes em Araguaína. Os impactos comprometem a saúde e o ambiente das áreas urbanas, com redução da qualidade do ar atmosférico e prejuízos econômicos e na saúde da população. Se faz necessário o engajamento da população quanto as denúncias ao presenciarem os focos de queimadas criminosas.

Há que se pensar no processo de (des)culturalização da prática de queimadas em ambientes urbanos. Além mais, as maiores incidências ocorrem em períodos com longas estiagens e baixa umidade relativa do ar. Outra questão, é que os meios de comunicação local, nacional e internacional estão sempre alertando para os diversos tipos de riscos que a sociedade fica exposta.

Finalmente, cabe o alerta para que a população tenha o cuidado com as caminhadas e exercícios ao ar livre no momento em que estiver acontecendo uma queimada, não devendo respirar por muito tempo a fumaça tóxica resultante da queima de materiais orgânicos e não orgânicos. Deve ter atenção redobrada com as crianças e idosos, pois são frágeis e susceptíveis a problemas respiratórios e nos olhos.

REFERENCIAS

ARAGUAÍNA. Joselita Matos. Prefeitura Municipal (Org.). Araguaína adere ao Protocolo do Fogo para diminuir focos de incêndio na região. 2017. Disponível

em:<<http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not--noticias&id=2475>>. Acesso em: 25 agosto 2023.

AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos. 3. ed. Editora Bertrand Brasil S.A, 1991. p.300-305.

BONILLA, E X; Mickley, L J; Raheja, G; Eastham, S D; Bounocore, J J; Alencar, A; Vercholt, L; Westervelt, M D; Castro, M C. Health impacts of smoke exposure in South America: increased risk for populations in the Amazonian Indigenous territories. Environmental Research Health: Health 1, 2023. <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/2752-5309/acb22b/pdf>. Acessado em 18/09/2023.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IBGE.Cidades Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>. acesso em 15 de setembro de 2023;

LEITE. Luzenir Alves dos Santos; PEREIRA, Aires Jose. Queimadas urbanas: o caso do residencial Jardim das Flores em Araguaína – TO. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v.8, n.21, p. 53-75, set/2017. <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/8edicao/n21/3.pdf>. Acessado em: 25/11/2017

MONTEIRO, R N.; SILVA, M C. Queimadas Urbanas nos Bairros Conjunto Residencial Patrocínio, Coimbra e Jardim das Flores na cidade de Araguaína-TO. Revista Querubim (Online), v. 14, p.92-99, 2018;

NASA. NASA Clocks July 2023 as Hottest Month on Record Ever Since 1880. <https://www.nasa.gov/press-release/nasa-clocks-july-2023-as-hottest-month-on-record-ever-since-1880>. Acessado em: 14/08/2023

NATURATINS. LINHA VERDE. Disponível< <http://naturatins.to.gov.br/linha-verde/>>acesso em 19 de setembro de 2017.

PORTAL TOCANTINS. Notícias. Governo e União assinam termo de cooperação técnica de combate às queimadas. Disponível em<<http://to.gov.br/noticia/2017/9/19/tocantins-e-uniao-assinam-termo-de-cooperacao-tecnica-de-combate-as-queimadas>>acesso em 25 de agosto de 2023

Prefeitura de Araguaína. Prefeitura de Araguaína intensifica fiscalização para combater aumento no número de focos de incêndio na cidade. <https://www.araguaina.to.gov.br/prefeitura-de-araguaina-intensifica-fiscalizacao-para-combater-aumento-no-numero-de-focos-de-incendio-na-cidade>. Acesso em 15 09 23

RIBEIRO, H.; ASSUNÇÃO, João Vicente. Efeitos das Queimadas na Saúde Humana. Estudos Avançados (USP. Impresso), São Paulo, v. 16, n.44, p. 125-147, 2002. Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/>

SILVA, Alexandra Sousa da; SILVA, Marivaldo Cavalcante da. Prática de queimadas e as Implicações Sociais e Ambientais na Cidade de Araguaína-TO. Caminhos de Geografia - Revista On Line: v. 18, n. 7, p.8-16, 16 jun. 2006.

<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15412/8710>. Acessado em: 25/11/2017

SILVA, Camilo Machado da; SILVA, Marivaldo Cavalcante da – Contextualização da paisagem e educação ambiental no Parque Cimba em Araguaína – TO. Revista Querubim – revista eletrônica. Ano 13 Nº33 vol. 01 – 2017.

http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/zzzquerubim_33_v_1.pdf. Acessado em: 26/11/2017

SURGIU.COM. BR. Araguaína adere ao Protocolo do Fogo. Disponível em<<http://surgiu.com.br/2017/05/31/araguaina-adere-ao-protocolo-fogo-para-diminuir-focos-de-incendio-na-regiao/>>acesso em 24/08/2023

RICHARD, Nelly. Globalización académica, estudios culturales y crítica latinoamericana. In. Cultura, política y sociedade; compilado por Daniel Mato. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 455-470

TV ANHANGUERA. G1 Tocantins. Alerta de baixa umidade é expandido e 46 cidades têm 'clima de deserto'; veja lista: Alerta já estava em vigor para 13 cidades desde quarta-feira (30). Clima é semelhante ao encontrado em áreas de deserto, cuja umidade varia de 10 a 15%. G1 Tocantins. Araguaína, 01 set. 2017. p. 01-01. Acesso em 20 de agosto de 2023.

Capítulo 4



10.37423/230908195

A PEDAGOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO- FORMAL DO CAMPO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Rodrigo Simão Camacho

Universidade Federal da Grande Dourados



Resumo: Este texto tem o objetivo de discutir a relação ontológica e epistemológica intrínseca existente entre a Educação do Campo e os movimentos socioterritoriais camponeses, que sua gênese e desenvolvimento está assentada nas condições concretas dos processos de espacialização e territorialização desses movimentos. Essas ações de espacialização e territorialização permitem a construção de uma práxis formativa denominada de “Pedagogia do Movimento”, que é o entendimento do movimento social enquanto “sujeito educativo” ou “sujeito pedagógico”. Em suas reivindicações estão o direito de acesso à educação formal por meio de políticas públicas. Dentre as políticas públicas conquistadas pelo movimento da Educação do Campo, destacamos, pelo seu alcance nacional, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). Em nível estadual, em Mato Grosso do Sul, temos a disciplina e eixo temático Terra-Vida-Trabalho, nas escolas de Educação Básica do Campo. A metodologia do artigo é composta de uma revisão bibliográfica; Pesquisa Documental em Projetos Político-Curriculares, cartilhas dos movimentos e relatórios do FONEC; Pesquisa das ações dos movimentos socioterritoriais e suas tipologias no relatório DATALUTA; Pesquisa-Participante no Curso de Licenciatura em Educação do Campo; Entrevistas com estudantes e docentes da Educação do Campo.

Palavras-chave: Pedagogia do Movimento; Educação do Campo; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo de discutir a relação ontológica e epistemológica intrínseca existente entre a Educação do Campo e os movimentos socioterritoriais camponeses, que sua gênese e desenvolvimento está assentada nas condições concretas dos processos de espacialização e territorialização desses movimentos.

Os movimentos que constroem/reconstroem territórios são denominados de “movimentos socioterritoriais”. Constituem-se a partir de ações sociopolíticas engendradas por sujeitos sociais coletivos que objetivam a luta social para a conquista e/ou resistência territorial (FERNANDES, 2005).

Essas ações de espacialização e territorialização permitem a construção de uma práxis formativa denominada de “Pedagogia do Movimento”, que é o entendimento do movimento social enquanto “sujeito educativo” ou “sujeito pedagógico” (CALDART, 2004; ARROYO, 2004).

Neste contexto, a Educação do Campo é uma prática pedagógica resultante da luta camponesa, mas também, é um instrumento da luta contra a territorialização do agronegócio no campo (resistência territorial) e pela reterritorialização/recamponização (conquista territorial). Sendo, portanto, produto/produtora da multidimensionalidade dos/das territórios/territorialidades camponesas (CAMACHO, 2018).

Dessa maneira podemos afirmar que as ações dos movimentos socioterritoriais constroem processos formativos não-formais, durante suas práticas socioespaciais que são, também, práxis pedagógicas, como: acampamentos, romarias, atos; bloqueios de rodovia; disputas territoriais; denúncias; doação de alimentos; encontros; feiras de sementes e alimentos; festas populares; jornadas de lutas; marchas; mutirões; notas de repúdio; ocupações de terra, linhas férreas e canteiro de obras; produções de alimentos; vigília (DATALUTA, 2021).

Além do fato de que existe um setor específico dos movimentos camponeses, sobretudo, aqueles ligados a Via Campesina, para pensar práxis pedagógicas dos próprios movimentos, bem como, o conteúdo e as formas de participação nas políticas públicas. O ápice da conquista de educação não institucionalizada é a Escola Nacional Florestan Fernandes, entre várias escolas que são coordenadas e organizadas pedagogicamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A união entre movimentos socioterritoriais, estudantes, educadores e pesquisadores das instituições públicas criou um movimento nacional da Educação do Campo, denominada, inicialmente, em 1998,

de Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo e, na atualidade, essa articulação foi transformada no Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC).

Em suas reivindicações estão o direito de acesso à educação formal por meio de políticas públicas. Dentre as políticas públicas conquistadas pelo movimento da Educação do Campo, destacamos, pelo seu alcance nacional, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). Em nível estadual, em Mato Grosso do Sul, temos a disciplina e eixo temático Terra-Vida-Trabalho, nas escolas de Educação Básica do Campo.

METODOLOGIA

A metodologia do artigo é composta de uma revisão bibliográfica feita a partir de artigos de revistas, livros, dissertações e teses a respeito das seguintes temáticas: Educação do Campo, Questão Agrária, Território, Campesinato e Movimentos Socioterritoriais; Pesquisa Documental em leis, decretos, regulamentos, Projetos Político-Curriculares, cartilhas dos movimentos, relatórios do FONEC; Pesquisa das ações dos movimentos socioterritoriais e suas tipologias no relatório DATALUTA; Pesquisa-Participante no Curso de Licenciatura em Educação do Campo; Entrevistas com acadêmicos e docentes da Educação do Campo.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-POLÍTICOS-IDEOLÓGICOS

Os pressupostos teórico-políticos-ideológicos que embasam a pesquisa têm como referência a tendência camponista do Paradigma da Questão Agrária, que tem como elementos constitutivos:

- O método, o materialismo histórico dialético, que interpreta a realidade no sistema capitalista a partir dos pressupostos marxistas do movimento, do conflito, da contradição, da totalidade, da unidade na diversidade, da co-existência de relações capitalistas e não capitalistas, cujo movimento de expansão do capital no campo segue uma lógica de desenvolvimento desigual-contraditório;
- O campesinato, para além de um modo de vida e de uma forma de organização da produção, é uma classe social inserida no conflito da luta de classes no campo: entre as classes socioterritoriais camponesas e o latifúndio-agronegócio;

- O campesinato é criado e recriado pelo capitalismo, ocorrem tanto a extinção (desterritorialização/proletarização), a recriação (reterritorialização/campesinização) ou a diferenciação (transformação em latifundiário-capitalista).

Na teoria pedagógica, o referencial está na concepção dialógica da Pedagogia Libertadora-Freireana, pois o “diálogo de saberes”, defendido por Paulo Freire, é uma concepção pedagógica presente, de maneira significativa, na Educação do Campo, cujos elementos constitutivos são:

- Os saberes-fazer populares, produzidos pela prática (saber por experiência), não são desprezados e/ou inferiorizados. Não são concebidos como antagônicos aos conhecimentos técnico-científicos produzidos na academia, pelo contrário, são reconhecidos como complementares, que podem ser articulados ou superados, possibilitando o surgimento de novas sínteses de conhecimentos.
- A teoria dialógica da ação em Paulo Freire é a que denuncia a injustiça, a opressão e a dominação, a fim de que os sujeitos oprimidos busquem a libertação em colaboração e união. O diálogo entre os oprimidos pressupõe a formação de uma consciência de classe;
- A ação-reflexão dialógica proposta por Paulo Freire em sua pedagogia, não é um diálogo passivo, romantizado, subalterno e idealista, mas pressupõe: o conflito;

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As populações do campo, das águas e das florestas (camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos) se apresentam na cena política no Brasil fortemente nas últimas décadas e lutam para conquistar e/ou resistir em seus territórios. Estas classes socioterritoriais se organizam em movimentos que desconstroem/constroem/reconstroem territórios, por isso, são denominados de “movimentos socioterritoriais” (FERNANDES, 2005). São produtores de ações sociopolíticas construídas por sujeitos socioterritoriais coletivos (classes socioterritoriais) (MOREIRA, 2012)¹ que objetivam a luta sociopolítica para a conquista e/ou resistência territorial (CAMACHO, 2017, 2018; CAMACHO; VIEIRA, 2021).

Consideramos os movimentos socioterritoriais enquanto “sujeitos educativos” ou “sujeitos pedagógicos”, porque suas ações permitem a construção de uma práxis formativa denominada de “Pedagogia do Movimento” que tem como elemento fundante a compreensão de que os sujeitos sociais/territoriais coletivos constituem, por meio de suas ações emancipatórias, um modo específico de formação humana construída a partir da luta sócio-política-territorial. Forma-se, dessa maneira,

uma matriz pedagógica que se desenvolve, dialeticamente, em conjunto com o caminhar da Educação do Campo (CALDART, 2004; CAMACHO, 2018; CAMACHO; VIEIRA, 2021).

Enquanto uma práxis pedagógica, a Educação do Campo é resultante da luta camponesa, mas também, dialeticamente, é um instrumento dessa luta contra a territorialização do capital no campo (agronegócio), ou seja, representa uma forma de resistência territorial e, concomitantemente, de luta pela reterritorialização/recamponização (conquista territorial) (CAMACHO, 2018; CAMACHO; VIEIRA, 2021).

O modo de vida, a identidade de classe socioterritorial camponesa e os conflitos territoriais são partes integrantes das matrizes formativas do projeto educativo reivindicado pelos movimentos socioterritoriais camponeses, pois é de suma importância que esta educação seja produto/produtora da lógica material e simbólica de reprodução do campesinato, só assim, poderá ser um mecanismo de sua resistência territorial (CAMACHO, 2017, 2018).

Para falar de Educação do Campo é necessário contextualizá-la historicamente. Para isso, temos quatro marcos principais que dão início às experiências concretas que temos hoje. A educação é algo inerente à criação humana. Mistura-se com o processo de humanização. É uma construção a partir do modo de vida dos grupos sociais. A vida se mistura com a educação. Em todos os espaços que interagimos participamos de um processo educativo. (BRANDÃO, 1998; CAMACHO, 2018). Enquanto prática de educativa não-formal ela esteve presente em todos os momentos de luta das classes socioterritoriais do campo na história do Brasil.

Tivemos lutas que marcaram as contradições de classe no campo brasileiro em diferentes épocas. Podemos sintetizá-las, historicamente, segundo Oliveira, da seguinte maneira: os Quilombos, Canudos, Contestado, Trombas, Formosa, Porecatu, movimentos grevistas nas fazendas paulistas de café, as Ligas camponesas e, atualmente, o MST:

As lutas dos escravos negros contra a escravidão redundaram na formação dos quilombos, muitas vezes destruídos pelos bandeirantes, esses jagunços dos senhores de escravos. No século passado, a luta de Canudos. Neste século, o Contestado, Trombas e Formosa, Porecatu, entre tantas outras, além dos inúmeros movimentos grevistas de colonos nas fazendas paulistas de café, são exemplos desses traços históricos das lutas no campo brasileiro. (OLIVEIRA, 1999, p. 98).

Das lutas no campo acima citadas, destaca-se, anteriormente ao MST, o Movimento das Ligas Camponesas, que ocorreu no nordeste brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, e pode ser considerada como a primeira forma mais ampla de movimento social do campo. As ligas camponesas lutavam

contra o processo de expropriação e de exploração por parte dos latifundiários, principalmente, da Zona da Mata nordestina:

[...] foi o Movimento das Ligas Camponesas que nas décadas de 50 e 60 agitou o campo brasileiro, a primeira forma mais ampla de movimento social rural. Fundadas como sociedades beneficentes dos defuntos, elas organizaram as lutas dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores em geral na Zona da Mata nordestina, bem como a luta contra a expropriação e a exploração causadas pelo avanço dos latifúndios na região. [...]. (OLIVEIRA, 1999, p. 98).

Neste sentido, podemos dizer que o maior movimento social do campo brasileiro, hoje, é o MST. Este movimento social que nasce na década de 1980, no Rio Grande do Sul, luta pelo direito de acesso à terra por meio de ocupações nos latifúndios improdutivos e formação de acampamentos, e luta também pela permanência na terra conquistada nos assentamentos. Além disso, se utilizam de caminhadas até as cidades principais e de ocupações de repartições públicas, como o INCRA, numa forma de pressão ao governo. Com relação à luta pela permanência na terra, após a conquista dos assentamentos, sua essência está na compreensão de que a luta não termina. No assentamento inicia-se a luta pela construção de cooperativas e de associação de produtores rurais, a fim de que consigam resistir enquanto camponeses no modo capitalista de produção, que busca sempre expropriá-los. Dessa forma, o MST significa tanto a luta pela conquista da terra, como a luta pela resistência a reprodução do campesinato enquanto classe. Por isso, hoje no Brasil, a discussão acerca da reforma agrária passa, necessariamente, pela ação do MST (OLIVEIRA, 1999; CAMACHO, 2008, 2014).

Essa luta do MST pela terra, protagoniza a luta pela Educação do Campo, também, pois era necessário romper com as “cercas do latifúndio do conhecimento”. O marco inicial, é quando, em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária (I ENERA).

O segundo marco histórico foi quando em 1998 forma-se o Movimento da Educação do Campo, denominado de Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Resultado da junção entre os movimentos sociais camponeses e educacionais e diversas instituições e organizações sociais como: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o MST, a UNICEF, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Universidade Nacional de Brasília (UNB) e o Grupo de Trabalho e Apoio à Reforma Agrária (GTRA). O movimento organiza a primeira conferência nacional denominada Por uma Educação Básica do Campo, que ocorreu em Luziânia (GO) em 1998 (CALDART, 2004; CAMACHO, 2017, 2018).

A história da Educação do Campo está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas, por isso, o terceiro marco histórico ocorre quando foi lançado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no ano de 1998. O programa propõe e apoia os projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), instituiu, em 2005, um grupo de trabalho composto por representantes dos movimentos sociais e sindicais, das universidades e técnicos do MEC para elaborar subsídios a uma política de formação de educadores do campo. Os resultados produzidos neste grupo de trabalho transformaram-se no Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) (SÁ; MOLINA, 2012). Seu objetivo é apoiar a implantação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em escolas do campo (CAMACHO; VIEIRA, 2021).

Fruto do PROCAMPO, a Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC), Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) tem como objetivos, de acordo com o PPC:

Formar licenciados/as em Ciências da Natureza e Ciências Humanas com uma sólida formação humanística, que sejam capazes de atuar como profissionais críticos/as da realidade multidimensional da sociedade brasileira, do processo educacional e nas **organizações dos movimentos sociais**, habilitando-os/as a produzir conhecimentos que resultem em práticas de docência, **lideranças de movimentos sociais**, pesquisas e intervenções sócio educacionais (UFGD, 2014, não paginado, grifo nosso).

Para conceituar os movimentos sociais vamos utilizar a definição de Maria da Glória Gohn, que afirma que os movimentos sociais são “[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. (1997, p. 251).

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, podemos nomear de movimentos socioterritoriais aqueles que tem o território como trunfo e/ou quando o território é essencial para a reprodução material e simbólica dos sujeitos que estão lutando. Porque “[...] os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. [...]”. (2005, p. 21). Como é o caso, no campo, dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.

A Educação do Campo surge da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses. É na perspectiva da valorização da práxis dos sujeitos que é pensada a matriz pedagógica da Pedagogia do Movimento. Está inter-relacionada com a concepção presente na Pedagogia Libertadora/Freireana (FREIRE, 1983) e as experiências produzidas pela Educação Popular, mas é uma experiência atual em processo de construção, porque ela nasce junto com a Educação do Campo. A experiência é o resultado do diálogo das tradições pedagógicas anteriores (Pedagogia Socialista e Pedagogia do Oprimido), mas incorpora a experiência pedagógica dos movimentos camponeses. Nesta matriz pedagógica, os movimentos camponeses, particularmente o MST, constituem-se enquanto um sujeito educativo/pedagógico (CALDART, 2004; CAMACHO, 2018).

Por isso, ela é construída por meio da própria prática dos movimentos camponeses. Sua construção se dá no mesmo contexto espacial-temporal da Educação do Campo. A novidade que esta pedagogia traz é que nunca antes havia ocorrido a formalização pedagógica das experiências dos movimentos sociais. É a primeira vez que as ações dos movimentos sociais são interpretadas como sendo experiências educativas (CALDART, 2004; CAMACHO, 2018).

A Pedagogia do Movimento pode ser entendida como uma pedagogia da luta social. A ação coletiva dos movimentos sociais engendra um processo de aprendizagem também coletivo. Durante a vivência de luta dos sujeitos dos movimentos sociais se tem a constituição de um sujeito coletivo. As experiências configuram em processos de formação humana por meio de uma educação popular não-formal construída pelos movimentos sociais. A ênfase dessas experiências educativas está na formação política, na cidadania e na solidariedade (BATISTA, 2007; CAMACHO, 2018).

A concepção do movimento social como sujeito educativo (CALDART, 2004) rompe com a tese de que existe um único modelo de educação baseado na educação formal. A educação formal, além de não ser a única forma de educação existente (escolacentrismo). Um exemplo são as experiências educativas construídas pelos movimentos socioterritoriais camponeses (ARROYO, 2004).

A Pedagogia do Movimento remete-se a um processo educativo construído na intencionalidade de formação pela luta social e/ou territorial dos movimentos camponeses. Onde os processos de espacialização (marchas, ocupações, acampamentos) e de territorialização (produção de alimentos pelo trabalho familiar, cooperativo e agroecológico) são ações educativas que formam o camponês, primeiro como ser humano, depois como modo de vida e classe social, que resiste aos processos de desterritorialização e luta pela superação da dominação, opressão, exploração e subalternidade impostas pelo capital (CAMACHO, 2018).

Como elemento concreto representativo desse debate trazemos dados quantitativos acerca das ações de espacialização dos movimentos socioterritoriais camponeses no Brasil nos gráficos 1 e 2. Os dados demonstram que estamos num período de refluxo das ações de “ocupações de terras” por parte dos movimentos socioterritoriais desde o golpe de 2016 que intensificou a criminalização dos movimentos do campo, já com relação às manifestações houve estabilidade no período.

Gráfico 1 – Número de Ocupações de Terras e Retomadas no Brasil, 1988-2019

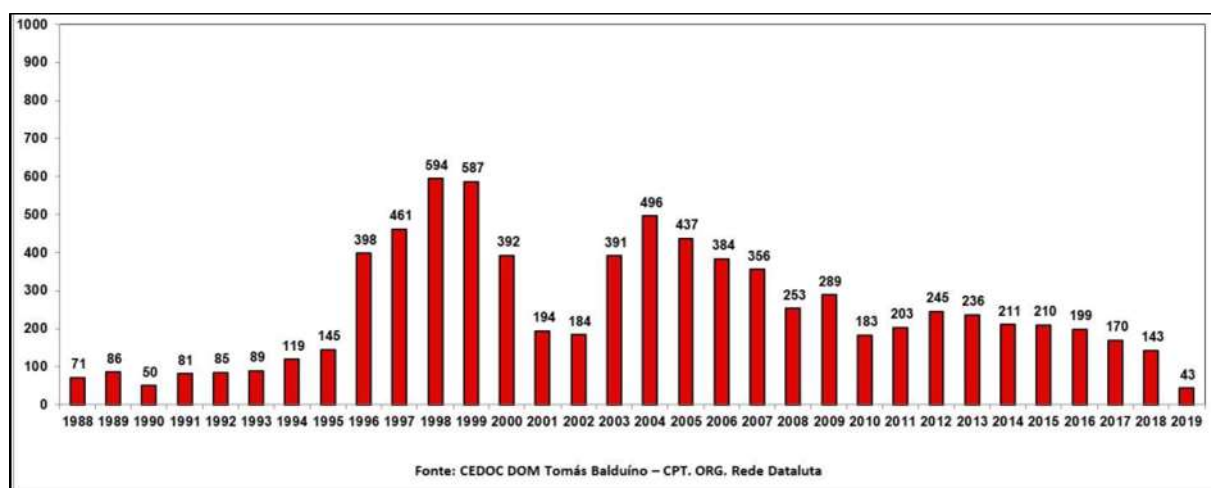
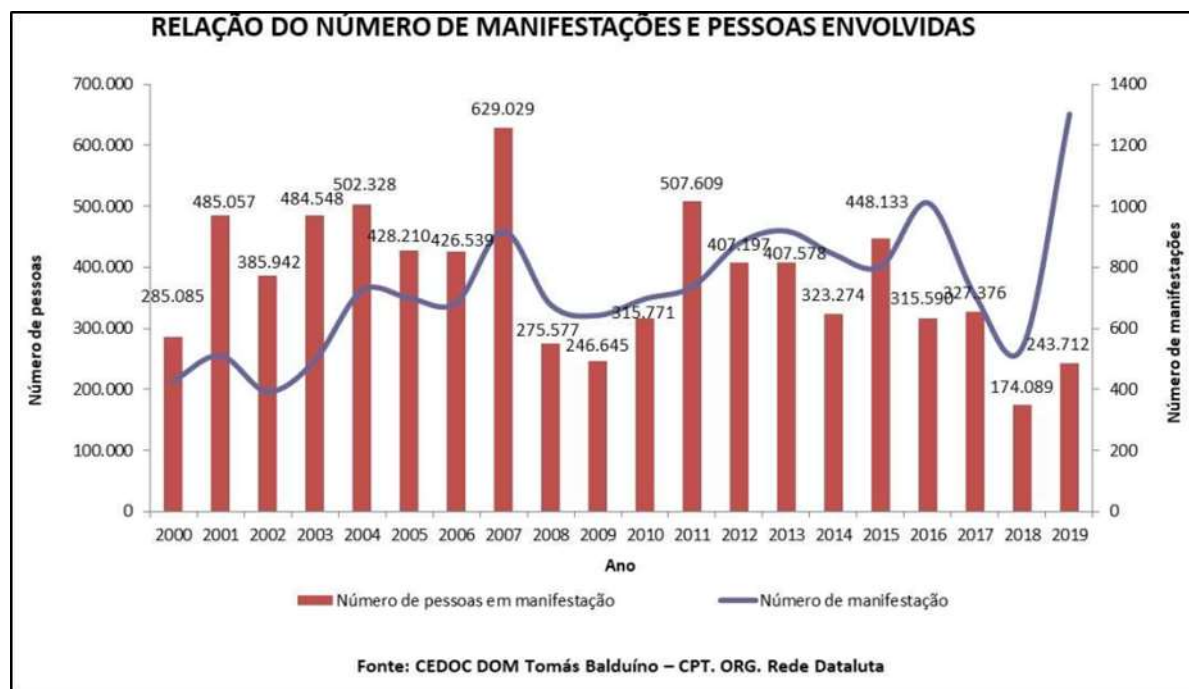


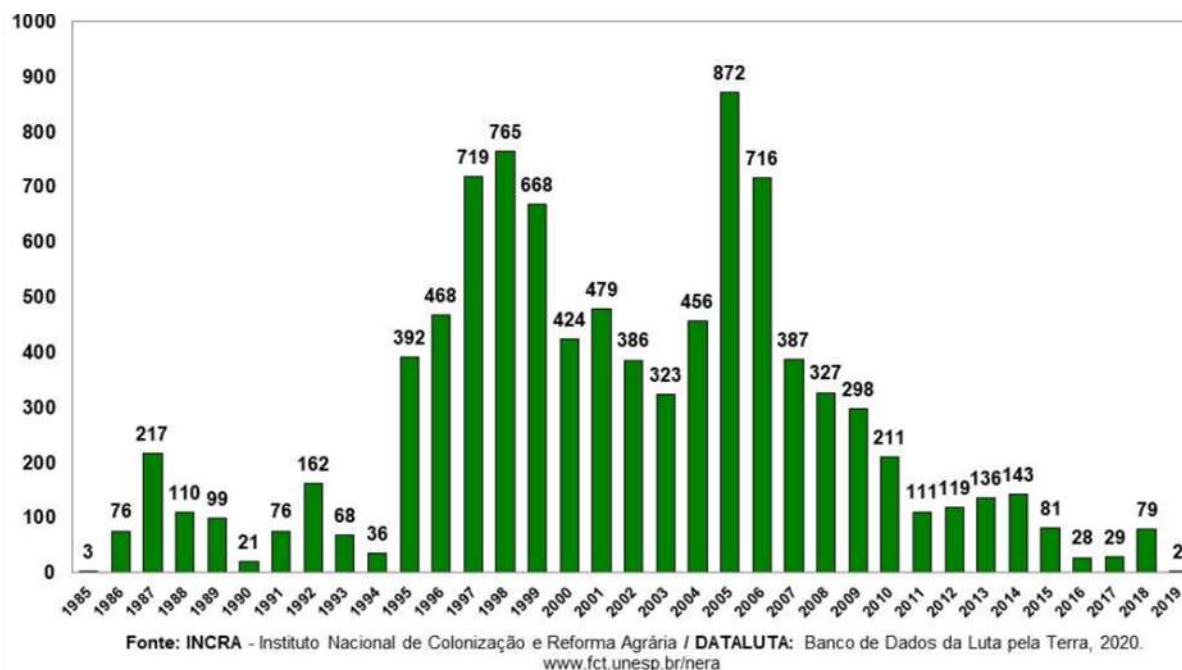
Gráfico 2 – Manifestações no Campo no Brasil, 2000-2019



Roseli Salete Caldart (2004) faz uma ressalva importante de que a Educação do Campo não substitui a Pedagogia do Movimento ou mesmo o projeto de educação de cada movimento social, pensando a educação num sentido mais aberto, vinculada aos processos de luta dos movimentos.

A luta dos movimentos socioterritoriais pela educação formal do campo só se concretiza com territórios conquistados e a territorialização das escolas do campo nesses territórios. O Gráfico 3 demonstra a diminuição das conquistas de territórios camponeses (assentamentos) desde o golpe de 2016, o que leva, concomitantemente, a uma diminuição na conquista de novas escolas do campo.

Gráfico 3 – Número de Assentamentos Rurais criados no Brasil, 1985-2019



As escolas do campo devem estar ligadas aos movimentos camponeses e a sua pedagogia. De acordo com Claudemiro Godoy do Nascimento (2003) esta pedagogia, que está sendo construída na prática pelos movimentos sociais e que, por isso, é uma das bases de sustentação teórica-política-ideológica da Educação do Campo, pode ser denominada de *Pedagogia da Resistência*. A Pedagogia da Resistência tem como princípio fundamental a resistência territorial, cultural e política à hegemonia neoliberal.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação), garantem o direito da relação da escola do campo com os movimentos socioterritoriais

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos **movimentos sociais** em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2001, p. 22, grifo nosso).

A prática pedagógica do Movimento privilegia a construção coletiva, o diálogo como ferramenta de constituição do discurso e das ações, considerando a capacidade que os sujeitos têm para tomar decisões, planejar e orientar suas ações. Nesta experiência, os sujeitos aprendem, incorporam hábitos e habilidades do modo de agir coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas, a partir do PRONERA e PROCAMPO, permite que visualizemos três características principais:

1. a primeira é o protagonismo dos movimentos socioterritoriais na elaboração de uma política pública que visa à construção de uma nova forma de desenvolvimento territorial para o campo;
2. a segunda é a produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses estabelecendo o diálogo de saberes populares com os conhecimentos técnico – científicos da universidade;
3. e o terceiro é a Educação do Campo como instrumento de resistência política e cultural camponesa.

Notamos, portanto, a dinâmica educativa produzida na luta sociopolítica pela conquista e/ou resistência da/na terra/território. Esta é a práxis (teoria e prática) da formação humana.

Entretanto, com o golpe político-ideológico da classe dominante de 2016, estes programas foram sendo fragilizados, minados, com diminuição de verbas, redução de projetos, corte de gastos e pessoal, etc. Sendo assim, a luta continua...

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional: “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 91-109. (Por uma Educação do Campo, 5).
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação popular do campo (Re) constituindo Território e a Identidade Camponesa. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). Educação e movimentos sociais: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007. p. 169-190.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Primeiros Passos, 20).
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Parecer n.º 36/2001. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2001.
- CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional: “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 13-53. (Por uma Educação do Campo, 5).
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 103-126. (Série NEAD Debate, 20).
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-267.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. A relação dos Movimentos Socioterritoriais Camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos. Revista Nera (UNESP), ano 20, n. 39, p.186 - 210, 2017.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. Os movimentos socioterritoriais camponeses como sujeitos coletivos educativos: trajetórias dos camponeses-militantes no PRONERA/CEGEO In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos Petistas (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas – Vol. II). Curitiba: CRV, 2018. v.2, p. 301-340.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais. Revista Nera (UNESP), v.24, p.185 - 209, 2021.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. A luta dos movimentos socioterritoriais camponeses pelo direito à Educação do Campo. Revista Campo-Território, v.15, p.81 - 105, 2021.
- CAMACHO, Rodrigo Simão; VIEIRA, Jaqueline Machado. Pedagogia do Movimento e Educação do Campo: Produtos/Produtoras da Resistência Territorial Camponesa. Revista Confins (Paris), n. 50, p.1 - 20, 2021.

DATALUTA AGRÁRIO. Glossário dos tipos de ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais/socioespaciais, jun. de 2020. Não publicado.

DATALUTA. Relatório DATALUTA: Banco de dados da Luta pela Terra, Presidente Prudente, NERA/UNESP, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-40.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 13. ed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

UFGD. FAIND. Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Habilitação em Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Projeto Pedagógico Curricular, Dourados: [s.n], 2014. Não publicado.

Capítulo 5



10.37423/230908234

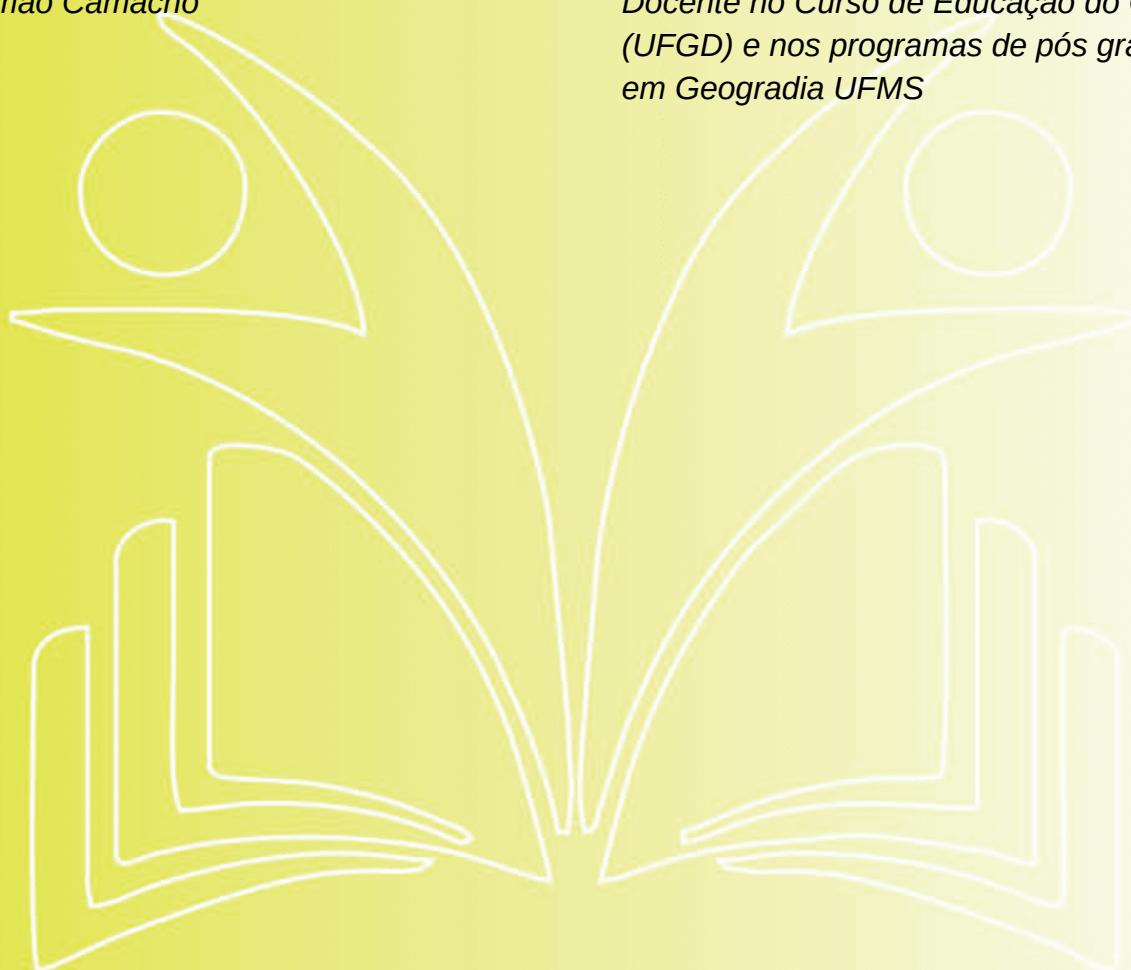
DISPUTAS/CONFLITOS TERRITORIAIS NO CAMPO E A CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES UMA QUESTÃO AGRÁRIA

WILLIAM JAMES VENDRAMINI

Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia UFMS-CPTL

Rodrigo Simão Camacho

Docente no Curso de Educação do Campo (UFGD) e nos programas de pós graduação em Geografia UFMS



Resumo: Este estudo tem o objetivo de analisar a questão agrária e a educação do campo no Brasil, apontando os pontos geradores de conflitos e disputas territoriais no campo, seguindo pelo viés da educação do campo, elencar quais as políticas públicas que surgiram em consequência dos movimentos socioterritoriais. Para isso a metodologia empregada no desenvolvimento desta pesquisa, foi o método de pesquisa bibliográfica e exploratória. Em seguida foi utilizado uma pesquisa descritiva e explicativa, com finalidade de, após explorar a temática e as realidades do objeto de estudo, descrever o fato que permeia a problemática. Os resultados apontam que as relações que envolvem a questão agrária e a educação do campo, sempre foram conflituosas, pois mesmo com alguns avanços e políticas públicas com a finalidades de atender as especificidades educacionais da sociedade rural, evidencia-se um enfraquecimento com a perda do território e de sua identidade camponesa. Desta forma, considera-se que o engajamento e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais em reivindicar a criação e a manutenção de políticas públicas que promovam uma educação do campo que valorize a identidade camponesa é vital.

Palavras-chave: Conflitos; Territórios; Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

A pesquisa visa relacionar as disputas territoriais e os conflitos do campo, com as conquistas, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de políticas públicas protagonizadas pela ação dos movimentos socioterritoriais camponeses voltadas à Educação do Campo.

Nos últimos anos, os governos estão minando a Educação do Campo a partir de redução de verbas, diminuindo e/ou interrompendo a continuidade de projetos que incentivem as práticas de atividades no campo que representam pequena ou pouca expressividade no mercado internacional financeiro e que não se apresenta de forma significativa na exportação da produção agrícola, fazendo uma pressão sobre os pequenos proprietários rurais, que são desestimulados a manter o modo de produção que apresenta normalmente características de agricultura camponesa, sendo forçados a migrar para centros urbanos.

Nesta perspectiva, a Educação do Campo tende a ser desconfigurada, sendo forçada a utilizar em seus currículos, conteúdos que atendam bases nacionais, que possuem em seu cerne, ideologias neoliberais, dificultando que as questões relacionadas ao modo de vida e as territorialidades das populações do campo, águas e florestas, possam ser tratadas de forma adequada, que culmine com a valorização da resistência do campesinato e, assim, no ceio da escola possa-se conhecer e compreender, “as diferentes formas de reprodução dos sujeitos do campo e a multidimensionalidade de seus territórios (política, econômica, cultural, ambiental), seus diálogos e conflitos” (CAMACHO, 2019).

O debate dessas questões são fundamentais para o fortalecimento das escolas e da Educação do Campo, possibilitando a promoção, criação, implantação e manutenção de políticas públicas que respeitem e valorizem as especificidades das populações do campo em sua multidimensionalidade, “enquanto classe socioterritorial e modo de vida, envolvendo como elementos, as questões da cultura, identidade, território, gênero e étnico-racial, isto significa pensar em políticas focadas nessas especificidades” (ARROYO, 2007).

Uma das contribuições iniciais para que este objetivo se efetive na prática é compreender as ações dos movimentos socioterritoriais camponeses, que na história do Brasil, apresentam resultados importantes de conquistas de direitos, mas que, paulatinamente, devido a implantação de política neoliberais, advindas de um governo que tem como concepção ideológica, o “ultraliberalismo”, estão perdendo o poder de impacto da força de suas ações. (SANTOS, 2021)

Este estudo tem o objetivo de analisar a relação entre a Questão Agrária e a Educação do Campo no Brasil, apontando os pontos geradores de conflitos e disputas territoriais no campo e elencando quais as políticas públicas que surgiram em consequência da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses.

METODOLOGIA

A metodologia empregada no desenvolvimento desta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica e exploratória. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos, baseados em critérios técnicos, sendo qualitativa e quantitativa. Dentro das perspectivas de obter dados satisfatórios, a pesquisa qualitativa baseia-se a exploração e levantamento de dados existentes no DATALUTA, CPT, CONTAG, do Manual de Operações do PRONERA, e em outros textos publicados (artigo), leis, normativas, portarias que analisam a temática.

REFERENCIAL TEÓRICO

Questão Agrária, Disputas/Conflitos Territoriais, Educação do Campo e Políticas Públicas são temas pesquisados por autores como Camacho (2010, 2014, 2019, 2020), Fernandes (2005, 2008, 2009, 2010), Santos (2002, 2008), Saquet (2007, 2009), Caldart (2010, 2012), Nardoque (2016), Arroyo (2007), Almeida e Paulino (2010), Molina, (2010), entre outros autores, que revelam com discussão teórica e empírica, os problemas enfrentados pelos camponeses na resistência pela permanência na terra com a garantia de direitos basilares, como a Educação do Campo, sendo desenvolvida de forma adequada às características socioterritoriais do campesinato.

As relações socioespaciais são formadas pelos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos (2002), “são contraditórios e solidários”. “As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos” (FERNANDES, 2005).

As relações contraditórias e conflitivas, possibilitam que o campo seja um espaço social construído permanentemente por constantes mudanças significativas. Neste caso, a Educação do Campo ganha mais força a partir da criação de uma política pública específica, resultado de lutas e reivindicação dos movimentos socioterritoriais.

No território das políticas públicas de Educação do Campo, temos o PRONERA. De acordo com o Manual de Operações do PRONERA, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Seu principal objetivo é fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas (CAMACHO, 2019).

Falando em educação do campo, a criação de políticas públicas adequadas as especificidades, torna-se importante para que as características de um povo, que resiste aos conflitos agrários e defende o seu território, mesmo diante de uma grande contradição impetrada pelas relações econômicas, tendo como base o sistema capitalista, nesse sentido tem-se o Paradigma da Questão Agrária (PQA). É com o surgimento dessas políticas educacionais para o campo que as conquistas iniciam.

O marco inicial na história da Educação do Campo é quando, em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária). O segundo marco histórico da Educação do Campo foi a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Foram mil participantes reunidos em Luziânia-GO, de 27 a 31 de julho de 1998, que formaram a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. (CAMACHO, 2017, p.187).

No Manual de Operações do PRONERA, refere-se ao PRONERA como uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas rurais, ou que atendam estudantes que residem no campo. Seu objetivo é “fortalecer o campo enquanto território de vida em todas as suas dimensões: ambientais, econômicas, sociais, políticas, culturais e étnicas. O Programa originou-se em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais camponeses” (BRASIL, 2011).

Concordando com os autores, percebe-se que apesar de ser responsabilidade do Estado criar condições para que haja a garantia de direitos fundamentais aos educandos e educadores, por meio da implementação de políticas públicas, para que os resultados sejam expressivos e reais no cotidiano escolar, essas políticas nunca foram concedidas, mas conquistadas pelos sujeitos sociais do campo organizados em movimentos socioterritoriais.

Os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia de direitos. Assim, as ações coletivas contemporâneas realizadas nos movimentos podem ser manifestações dos operários pela melhoria das condições salariais e de trabalho, luta dos camponeses pela terra, bem como os movimentos de natureza cultural, étnica, etária etc. (FABRINI, 2011, p. 08)

Scherer-Warren (1999) indica que os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas que reagem aos contextos históricos e sociais em que estão inseridos. A autora afirma ainda que um mesmo movimento social pode apresentar a dimensão contestadora, solidária e propositiva. Manifestam-se na forma de denúncia e protesto, cooperação e parceria para solução de problemas sociais e construção de projetos alternativos e de mudanças.

[...] Existem 05 categorias principais de movimentos sociais: 1ª - Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que a apoia ou abriga seus mandatários; 2ª - Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor; 3ª - Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais; 4ª – Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.); 5ª - Movimentos sociais construídos a partir de ideologias (GOHN, 1997).

Importante ressaltar, que os movimentos socioterritoriais, são formados por sujeitos do campo, ou que se identificam com as especificidades de um sujeito do campo, e a busca por direitos constitucionais é necessária, mas por vezes, esbarra em um impasse na educação brasileira, que visa uma heterogeneidade universal, como base curricular para todos, nesse sentido Munarin, 2006, aponta alguns embates.

Em outros termos, esses sujeitos sociais vivem uma espécie de dilema. Isto é, buscar o patamar da política pública, que quer dizer universal, é definido como estratégia básica, maior e mais nobre de suas ações. De outro lado, porém, isso implica para cada um desses sujeitos sociais, renunciar, pelo menos em parte, as condições de formação de sua identidade na medida que transfere ao Estado a tarefa da formação. É compreensível, pois, que, nas lutas de hegemonia entre os próprios sujeitos sociais e nas suas relações com o Estado, eles reivindiquem a ação do Estado como educador, mas procurem, ao mesmo tempo e a partir de suas próprias experiências pedagógicas, informar e mesmo influir diretamente nessas ações que se dão dentro do sistema público. Mas, essa última estratégia apontada não é a única expressão do dilema; talvez, até melhor seria dizer que essa é uma forma de resolver o dilema de maneira republicana, eis que estão, num só tempo, cada qual ampliando seu campo de construção de identidade e contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade da educação pública escolar – em que pese o desespero e reação de alguns gestores públicos que rejeitam a pedagogia dos Movimentos Sociais no interior de “suas” escolas. Já a expressão maior do que eu chamaria de resquício corporativista emerge menos nos discursos públicos – estes, bem calibrados por princípios teóricos republicanos – e mais nas relações diretas de pressão de cada sujeito social em particular sobre o aparato governamental nas demandas por recursos públicos às suas ações e mesmo por normatizações específicas. Em síntese, como tarefa da Secad/Coordenação-Geral de Educação do Campo, no âmbito do MEC, nesse momento histórico, consta mediar um processo de construção de uma política pública de Educação do Campo, levando em conta contradições de, pelo menos, três ordens: as lutas de hegemonia inerentes às organizações populares e suas manifestações corporativistas; as barreiras

internas e arraigadas na estrutura do MEC e, de resto, na estrutura de todo o aparato governamental e estatal; e, por fim, as reações de fundo mais classista, cuja manifestação, ainda que muito dissimulada, ao olhar crítico é percebida nos próprios paradigmas da educação nacional vigente, e contra o que, por excelência, a ideia de Educação do Campo se insurge. (MUNARIN, 2006, p. 17)

De acordo com Molina, 2010, existem muitos sentidos com relação a Educação do Campo e os sujeitos sociais que a implementam, no âmbito político das lutas sociais ou da produção do conhecimento. Próximo a esse consenso em torno de uma concepção de Educação do Campo asseada a uma perspectiva emancipatória ligada ao processo de superação do capitalismo. A autora compreende que a Educação do Campo objetiva entender a complexidade da luta em função da emancipação humana e da transformação das relações sociais constitutivas do capitalismo. Nesse viés, necessita-se ter como princípio a emancipação da classe trabalhadora e a atuação no sentido de oposição aos avanços do capital, formando sujeitos críticos da sociedade capitalista.

A Educação do Campo é compreendida como particularidade de um movimento histórico que é universal. Ela é a expressão particular do conhecimento da educação e da escola universais. Portanto, não pode reforçar a dualidade entre campo e cidade e entre Educação do Campo e educação da cidade, que devem ser compreendidos no plano das diferenças. Um dos referenciais para a Educação do Campo é a teoria dialógica de Freire: unir para libertar, fazer a síntese para libertar, construir para compreender, com a intencionalidade de possibilitar aos sujeitos a leitura do mundo numa perspectiva transformadora. (MOLINA, 2010, p. 40)

A educação do campo, permite aos “sujeitos da Educação do Campo que são os trabalhadores subsumidos pela lógica do capital (ribeirinhos, quilombolas, sem-terra, indígenas...). Sujeitos políticos coletivos, sujeitos históricos, organizados na perspectiva da luta de classes”, possam se reconhecer enquanto pessoas que tem direitos, que devem se engajar, se unir e com argumentos fortes, através da militância, conquistar resultados e amenizar suas dificuldades (MOLINA, 2010, p.40).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Martins (1990) os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, os quais transferem renda da terra para os setores capitalistas e não necessariamente mais-valia, como fazem os operários das fábricas. O produto do camponês é transformado em mercadoria nas relações de troca em escala mercadológica local, nacional, internacional.

Caldart (2000) ao versar sobre a pedagogia do movimento (MST) refere-se ao camponês sem-terra que se educa no processo de luta, como um “novo” camponês, que ao se transformar neste processo, supera a condição do “antigo” camponês.

Os movimentos socioterritoriais “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade” (PEDON, 2009, p. 227).

Apresenta-se entre as conquistas dos movimentos socioterritoriais, como resultado de engajamentos e lutas de alguns como “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Movimento de Libertação dos Sem, Movimentos Indígenas e Movimentos dos pequenos agricultores” (MPA). (DALPERIO, 2015).

Em relação às áreas de maior atuação dos movimentos socioterritoriais temos as regiões Centro-Oeste e Nordeste. O enfrentamento nessas duas macrorregiões ocorre devido à territorialização do agronegócio (soja, cana-de-açúcar, frutas e gado). Nessas regiões destacamos o estado da Bahia com 67 ocupações e 2.142 famílias participantes e do MS com a mobilização de 5.935 famílias em 63 ocupações, principalmente no sul do referido estado. Na região Norte o número mobilizações de famílias em relação às outras regiões é baixo, sendo contabilizadas 391 famílias em seis ocupações. O estado que se destaca no número famílias é o AM com 200 em uma ocupação. Em número de ocupações temos TO com duas, sendo realizadas em municípios próximos (DATA LUTA, 2019).

Quando tratamos de movimentos e manifestações socioterritoriais, outros números se destacam, tendo percentualmente a região nordeste, sul, sudeste, centro-oeste e norte com maior quantidade de manifestações.

Tabela 01: Brasil: Número de manifestações do campo por Estado e Macrorregião 2000-2019

REGIÃO/UF	MANIFESTAÇÕES	%	PESSOAS	%
NORTE	2.178	14,9	796.086	10,4
AC	167	1,1	36 077	0,5
AM	172	1,2	35 121	0,5
AP	33	0,2	1 951	0,0
PA	1 071	7,3	458 695	6,0
RO	440	3,0	183 748	2,4
RR	123	0,8	37 621	0,5
TO	172	1,2	42 873	0,6
NORDESTE	5.266	36,0	2.906.902	38,2
AL	1 017	7,0	428 038	5,6
BA	1 118	7,7	701 293	9,2
CE	450	3,1	375 264	4,9
MA	475	3,3	172 113	2,3
PB	478	3,3	310 974	4,1
PE	1 059	7,2	476 770	6,3
PI	213	1,5	109 319	1,4
RN	243	1,7	78 205	1,0
SE	213	1,5	254 016	3,3
CENTRO-OESTE	2.305	15,8	1.275.024	16,7
DF	556	4,1	607 848	8,0
GO	407	2,8	253 596	3,3
MS	629	4,3	180 258	2,4
MT	673	4,6	233 322	3,1
SUDESTE	2.352	16,1	1.035.782	13,6
ES	262	1,8	89 253	1,2
MG	996	6,8	487 834	6,4
RJ	297	2,0	157 858	2,1
SP	797	5,5	300 837	3,9
SUL	2.502	17,1	1.595.922	20,9
PR	858	6,1	601 508	7,9
RS	1 159	7,9	748 953	9,8
SC	445	3,0	245 461	3,2
BRASIL	14.611	100	7.619.286	100

Fonte: CPT- Comissão Pastoral da Terra/DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – 2020.

(www.fct.unesp.br/nera)

As manifestações são carregadas de emoções, sentimentos e ímpeto sobre um aspecto que deteriora ou não permite que um determinado grupo social permaneça em um estado de bem estar social, necessitando que a luta por um direito seja instaurada e uma das formas para que isso ocorra é a manifestação, que é uma maneira de demonstrar a insatisfação e apresentar para as autoridades e para a sociedade geral que algo está errado e precisa ser corrigido por fere o direito ou a dignidade material, moral ou intelectual de um grupo. Ao se analisar um período temporal das manifestações no Brasil no gráfico 01, percebe-se o grande número de participantes, ou seja, muitas frentes de luta, que os movimentos socioterritoriais projetam, por vezes de forma conflituosa, a necessidade de busca por direitos, como por exemplo o de uma educação do campo com qualidade e equidade as práticas do seu entorno, respeitando a cultura e o saber tradicional.

Gráfico 01: Manifestações do campo 2000 – 2019, relação do número de manifestações e pessoas envolvidas.



Fonte: CPT.org – Rede DATALUTA 2020

Esses enfrentamentos possuem várias linhas de reivindicações, como a reforma agrária e a distribuição de territórios que atendam as necessidades dos pequenos agricultores, quilombolas e indígenas, bem como a educação do campo, que é uma demanda, devido ao grande número de residentes na área rural do Brasil, que conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, gerenciada pelo IBGE, 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais, o que significa cerca de 33 milhões de pessoas. Esse número expressivo, ressalta a necessidade de existirem e se ampliarem escolas do campo, exigindo o planejamento, implantação e gerenciamento de políticas públicas para a educação do campo, respeitando suas características.

No curso do debate, em relação aos aspectos sobre a constituição da Educação do Campo, entendemos que ela nasce e se fortalece como um paradigma construído pelos sujeitos coletivos, organizados nos Movimentos Sociais do campo, tendo à frente inicialmente o MST. No processo histórico da emergência da Educação do Campo, temos como referência o Eneer, as Conferências Nacionais Por uma Educação do Campo I e II, que culminaram para o surgimento de políticas públicas educacionais como o PRONERA e o PRONACAMPO. Na atualidade, mais do que nunca, ressalta-se a importância de se pensar sobre as dimensões epistemológicas da Educação do Campo, mas também sobre o complexo de relações econômicas, sociais e políticas que ela implica.

Por isso, a necessidade de se compreender as configurações dos Movimentos Sociais a partir de suas manifestações e conflitos e suas relações com o Estado, tendo em vista a necessidade de avançar os projetos emancipatórios. Desta forma, uma das estratégias para o enfrentamento político ideológico,

consiste em identificar as dificuldades enfrentadas pelos movimentos em relação ao Estado e à consolidação do atendimento de suas demandas pelos governos municipais, estaduais e federal, para que com argumentos e propriedade de causa, os debates e embates com as esferas do Estado, possam ter maior possibilidade e êxito.

Cabe, também, aos Movimentos Sociais conhecer, desvelar e rechaçar os mecanismos de cooptação presentes nas ações do Estado e do jogo político dos governos, a fim de superar as dificuldades e evitar a cooptação. O conhecimento dessa realidade possibilita o fortalecimento do movimento e das conquistas de Políticas Públicas por ele demandadas e assumidas pelo Estado. (MOLINA, 2010, p. 39)

Infelizmente, a não valorização dos sujeitos do campo enquanto classe social, o sistema capitalista, fortalecido pelas política neoliberais, deliberam para um desmonte das políticas da educação do campo, havendo redução orçamentária, corte de investimentos, redução da estrutura física com o fechamento de escolas e salas de aula. Evidencia-se a necessidade de se manterem e fortalecerem os movimentos socioterritoriais, para que conquistas não sejam sucumbidas, e outras demandas e necessidades sejam atendidas, como a educação do campo, que após a criação do PRONERA e o PRONACAMPO, pouco evoluiu, e vem enfraquecendo paulatinamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que as relações que envolvem a Questão Agrária e a Educação do Campo, conforme a história nos mostra, sempre foram conflituosas, pois mesmo com alguns avanços de políticas públicas com a finalidade de atender as especificidades educacionais das populações do campo, evidencia-se uma tentativa de seu enfraquecimento, por meio de políticas neoliberais, causando perda de territórios camponeses, bloqueio do acesso à terra, fechamento de escolas do campo, destruição de políticas públicas emancipatórias e a intervenção do Estado no currículo das escolas do campo, levando ao comprometimento da formação de uma identidade da classe socioterritorial camponesa.

Desta forma, considera-se que o engajamento e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais para que possam reivindicar a criação e a manutenção de políticas públicas que promovam uma Educação do Campo que valorize a identidade da classe socioterritorial camponesa é fundamental para que se permita a formação de cidadãos, que entendam a importância da militância dos movimentos socioterritoriais e permitam que o diálogo entre conhecimento teórico e prático (práxis) possam se efetivar em ações na atuação nas suas comunidades, no seu desenvolvimento socioterritorial e na elaboração de políticas públicas adequadas a sua realidade.

Continuar na luta por direitos é uma necessidade de resistência, onde a Educação do Campo contribui para a compreensão do contexto atual da luta de classes no campo, em consequência do tensionamento provocado pelo avanço do agronegócio e do trabalho assalariado na área rural.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 09 jul. 2012.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-267.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 103-126. (Série NEAD Debate, 20).
- CAMACHO, Rodrigo Simão. A Educação do Campo no Ensino Superior e os Territórios/Territorialidades Camponesas: o Currículo da LEDUC e o PPGET. In: MARSCHNER, Walter Roberto; KNAPP, Cássio. Educação e territorialidade. Dourados: UEMS, 2020, v.1, p. 195-224. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/editora/arquivos/1_2021-04-23_09-14-39.pdf.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. Educação do campo e territórios/territorialidades camponesas: terra, família e trabalho. In: MOLINA, Mônica Castagna; MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Orgs.). Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da licenciatura em educação do campo no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2019. (Coleção caminhos da educação do campo, v. 9).
- CAMACHO, Rodrigo Simão. O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. Revista NERA, vol. 22, n. 48, p. 38-57, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6364>.
- CPT - Comissão Pastoral da Terra. [2018]. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- DALPERIO, L. C. Os movimentos socioterritoriais mais atuantes em ocupações de terras e famílias participantes no Brasil – 2000-2012. Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 126-148, set. 2015.
- DATALUTA. Relatório Dataluta Brasil. Coordenação Sobreiro Filho, J. Girardi, E. P. - no. 21 (2020). – Presidente Prudente: NERA, 2020. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/345983567_RELATORIO_DATAALUTA_BRASIL_-_2020 acesso em 20 de agosto de 2021.
- DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2013. Disponível em: <<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>>. Acesso em 26 de jun de 2021.
- FABRINI, João. E. Território, classe e movimentos sociais. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf/view>.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, J.S. Os Camponeses e a política no Brasil. 4 ed., Petrópolis, Vozes. 1990.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010.

MUNARIM, A. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006

NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, Eliseu Savério (et al). A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

NARDOQUE, Sedeval; KUDLAVICZ, Mieceslau. Reforma agrária e desconcentração fundiária em Mato Grosso do Sul: proposta de ensaio metodológico. In: Revista Geografia em questão, v. 12, n. 2, p. 110-123, 2019.

PAULA, Adriano Makux de; MONTENEGRO GOMEZ, Jorge Ramon; TRACS, Caroline Aparecida Marchioro. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. In: REVISTA PEGADA, Presidente Prudente, v. 18, 2017. pp. 57-88.

SANTOS, L. M. dos. “Ultraliberalismo” no Brasil atual. Comunicação. 2021. Disponível em <https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/noticias/item/4385-ultraliberalismo-no-brasil-atual-leonardo-santos>. Acesso em 20 de maio de 2021.]

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da Universitária de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos, 07).

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: Território-Territórios. Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002. p. 9-15.

SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>

SAQUET, Marcos A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

Capítulo 6



10.37423/230908240

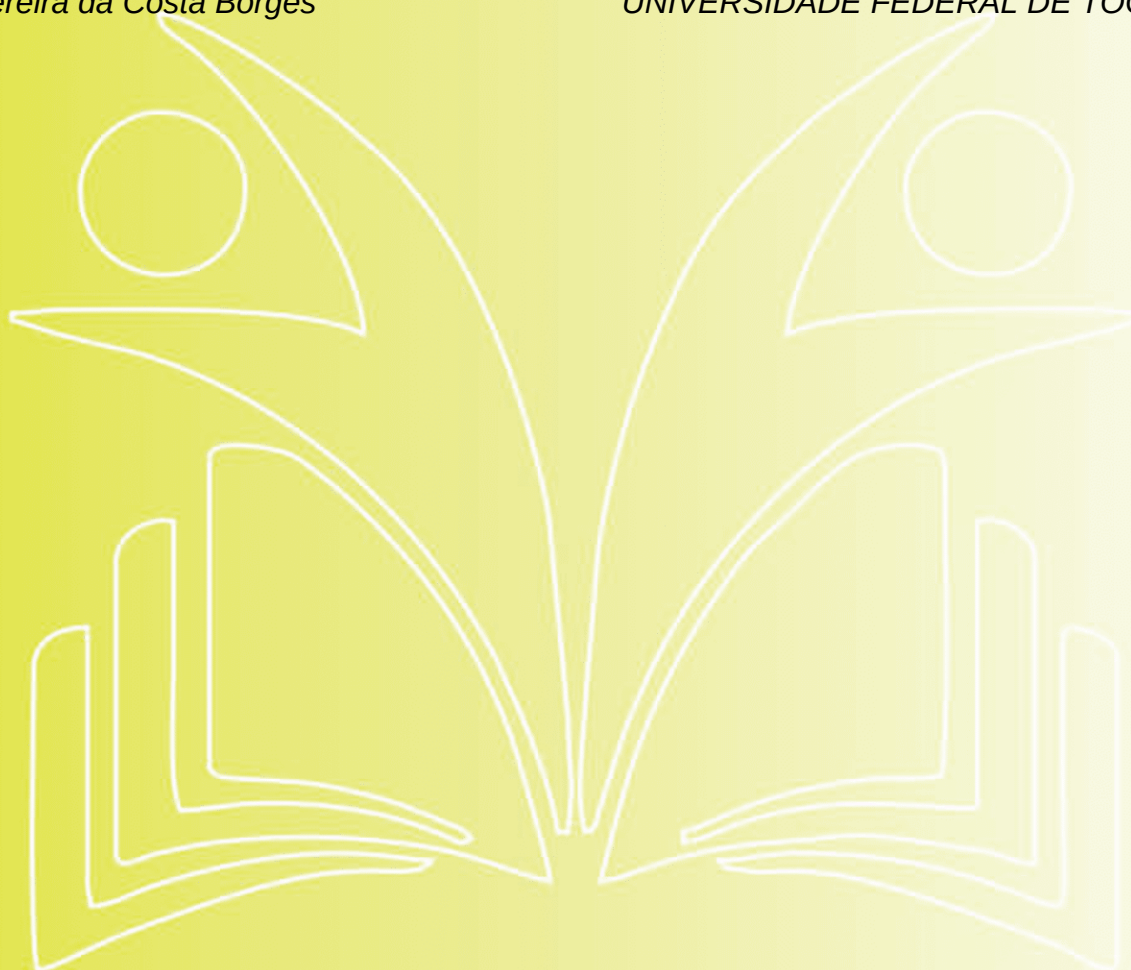
A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL PROF.^a NAIR DUARTE EM ARAGUATINS-TOCANTINS

ROBERTO DE SOUZA SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS

Gildásia Pereira da Costa Borges

UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS



APRESENTAÇÃO

A investigação aqui proposta versa sobre as práticas pedagógicas dos professores de geografia e sua afinidade com a educação escolar quilombola na escola municipal Prof.^a Nair Duarte em Araguatins-TO, que atende alunos da comunidade quilombola Ilha de São Vicente. A análise é pautada em um estudo de caso, amparado por uma revisão bibliográfica e aplicação de entrevistas por meio de questionário digital direcionado à Semed/Araguatins, aos professores de geografia e aos representantes da comunidade, com fins de verificar a aplicabilidade da Lei 10.639/03 e da Resolução nº 8/12. A atuação do poder público municipal precisa se esforçar bastante para garantir que as carências envolvidas a essa temática sejam atenuadas. Pelo fato que as políticas públicas são praticamente inexistentes, não possui um currículo específico para atender os alunos da comunidade, não há formação para os professores de geografia, tornando as suas práticas pedagógicas frágeis, além de não ter um acompanhamento do poder público com a comunidade. O poder público deve atuar com uma ação que contribua significativamente na construção de uma educação que deve primar pela diversidade e romper com o racismo.

INTRODUÇÃO

As práticas educativas em interface com a realidade socioespacial devem estar relacionadas, à medida que a concepção curricular apresentada pela escola, esteja voltada para um currículo que possa abranger as questões sociais, políticas, econômicas e culturais dos sujeitos sociais envolvidos. Observando a lacuna existente em pesquisas acadêmica a respeito da conexão entre a educação escolar quilombola e o ensino de geografia na comunidade quilombola Ilha de São Vicente em Araguatins-TO, esta pesquisa propõe levantar um debate teórico e empírico sobre a temática pautada para a comunidade negra na região de Araguatins. Com o objetivo de analisar as práticas educativas dos professores de Geografia nas séries finais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Prof. Nair Duarte, em interface com o ensino de Geografia e a realidade socioespacial do quilombo na Ilha de São Vicente em Araguatins- TO.

Dado o exposto, há também a motivação pessoal em compreender um tema fundamental para se trabalhar na comunidade escolar local, visto a necessidade de abordar a questão da educação e ensino de Geografia na comunidade quilombola da Ilha de São Vicente. Nesse sentido, a proposta é identificar a postura pedagógica dos professores sobre a interface das suas práticas com a Geografia e a realidade socioespacial quilombola caracterizando as estratégias utilizadas pelas práticas educativas de valorização da Geografia. E comentar a realidade socioespacial quilombola e identificar as ações da Secretaria Municipal de Educação de Araguatins (SEMED) no tocante a educação escolar quilombola municipal. O foco, portanto, é trilhar o debate teórico e empírico que evidencie a comunidade quilombola sobre os olhares geográfico, pautando os aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais vivenciados pelos alunos, visando a difusão de seus hábitos para além dos limites do território do quilombo.

A pretensão é analisar as contribuições do ensino de Geografia para a educação quilombola mediante investigação de trabalho de campo sobre as práticas educativas que são trabalhadas em sala de aula pelo professor (a) de Geografia e seus educandos. O ensino de

Geografia inserido em um contexto étnico-cultural e político presente na escola, com educadores, educandos, direção escolar, poder público municipal e lideranças da comunidade quilombola, podem contribuir para a estruturação de elementos do currículo escolar formador de cidadãos capazes de fazer uma leitura socioespacial de suas realidades vividas.

Aqui será evidenciado a maneira como a Lei 10.639/03 é abordada nas práticas pedagógicas dos professores de Geografia, direcionadas pela Semed, visto que a mesma deve traçar caminhos que contemple a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

É importante mencionar que desde 2020, as escolas estão com as atividades presenciais suspensas devido a pandemia causada pela Covid-19. Frente a isso, as atividades escolares estão acontecendo na modalidade online ou com retirada de atividades nas escolas pelos pais ou responsáveis dos alunos. Portanto, a pesquisa aqui direcionada teve que se adequar as normas de biossegurança adotada pela escola, afim de evitar o contágio do vírus, preservando assim a saúde dos envolvidos na mesma.

A proposta metodológica adotada para a realização do artigo foi o estudo de caso. O estudo de caso permite uma investigação sobre as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. Além do mais, permite a compreensão aprofundada do fenômeno enquanto totalidade. A ideia é ter uma compreensão do fenômeno social objeto de estudo, e não apenas a sua descrição. O estudo de caso estudado é o ensino de geografia e a educação quilombola ofertado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que mantém a gestão da Escola Municipal Prof.^a Nair Duarte, em Araguatins -TO. Os atores sociais envolvidos na pesquisa de caso são os professores de geografia, a SEMED e os quilombolas da comunidade.

Para elaboração da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico referente ao ensino de geografia e educação quilombola, pautada em aspectos referentes as relações raciais, a formação e ocupação do território da comunidade em um viés pedagógico, histórico e geográfico. Os procedimentos adotados para a pesquisa empírica e coleta dos dados primários são a análise documental, observação direta *in lócus* e entrevistas a partir dos procedimentos metodológicos da história oral, como propõem Gil (1995), Gomes (1994). Foi realizado uma discussão sobre o método qualitativo e os procedimentos metodológicos a fim de compreender a realidade vivenciada em uma perspectiva qualitativa

Em decorrência da pandemia, a coleta de dados aconteceu através de questionários online direcionado a uma professora da escola, aos agentes da SEMED e a líderes da comunidade, isso na pretensão de evidenciar as práticas pedagógicas dos professores, direcionada pela SEMED com a participação da comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

Tendo em vista, as esporádicas pesquisas que abordem o ensino de geografia como interface da educação quilombola na Ilha de São Vicente, este texto pretende levantar uma discussão teórica e

empírica que possa ser referência para a compreensão da educação quilombola e o ensino de geografia em Araguatins. A ideia é colocar para o conhecimento da comunidade científica, a realidade social e educacional da comunidade quilombola e as suas lutas e conquistas e o processo de territorialização.

A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E O ENSINO DE GEOGRAFIA EM PERSPECTIVA

Frente ao atual contexto do ensino aprendizagem de geografia, a abordagem mostra a importância da geografia escolar na educação quilombola, desenvolvida na escola municipal Prof.^a Nair Duarte e tendo como atores sociais de análise a Secretaria Municipal de Educação (Semed), os professores, gestores e os alunos da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente localizada no município de Araguatins- TO. Para a elaboração desta análise, fez-se um levantamento sobre uma discussão teórico-metodológica sobre o tema abordado.

A análise envolve a discussão sobre os métodos utilizados pela a escola, evidenciando as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores da disciplina de Geografia, observando de que forma a temática socioespacial e étnico-cultural é abordada no dia a dia escolar.

Callai, *et al.* (2000, p. 84) enfatiza que:

O espaço construído resulta da história das pessoas dos grupos que nele vivem como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer. Isto resgata a questão da identidade e a dimensão de pertencimento. É fundamental que se busque reconhecer os vínculos afetivos que ligam as pessoas aos lugares, às paisagens e tornam significativo o seu estudo.

A referida autora destaca que é no espaço geográfico que se concretiza as relações de interação entre os indivíduos em seus diversos aspectos que constrói a história de um povo. Quanto a isso, é relevante traçar as contribuições da geografia para a educação quilombola, observando se as práticas pedagógicas que promovem uma identidade territorial, socioespacial e étnico-cultural voltada para vencer o racismo por meio de habilidades focadas para atender um público diferente. Callai (2000, p.119) reitera que “... o conjunto de características que formam a feição de um determinado espaço constitui a sua identidade. Os costumes, os valores, as tradições são elementos que, no seu conjunto, estruturam a identidade de um lugar”.

A escola é base para a construção de práticas pedagógicas, é nela que se promove a conexão entre o ensino de geografia e a realidade dos alunos. É em seu ambiente que se possibilita o conhecimento

pautado em escritos oriundos de debates e questionamentos frente aos saberes tradicionais, para o entendimento das questões socioespaciais e como seus atores se apropriam do seu território.

Segundo Cavalcanti (2010, p. 12)

A escola continua desempenhando um papel relevante na formação das pessoas. Ela é um espaço peculiar dessa formação, que tem como referência o trabalho com conhecimentos científicos e culturais sistematizados e nesse trabalho, congrega diferentes saberes produzidos e veiculados em diversos cenários educativos, para que sejam elaborados conjuntamente pelos alunos. Para que sejam assim, salienta-se a necessidade de sua articulação à dinâmica sociocultural local e global, as demandas da sociedade contemporânea e de seus alunos, da comunidade da escola, do bairro e da cidade em que está.

Essa afirmação solidifica a importância da escola no enfrentamento de temáticas como racismo, que mesmo passados anos da abolição dos escravos, ainda perdura em diferentes formatos. É relevante mencionar que dependendo da abordagem direcionada nas práticas do ensino de geografia frente a educação quilombola, a possibilidade de amenizar as desigualdades sociais enfrentadas dentro e fora da escola será evidente, pois as questões socioespaciais, se bem abordadas, promovem argumentos de superação das diferenças étnico-raciais vivenciadas pelos negros.

A ciência geográfica pode contribuir para a educação quilombola, para a compreensão das práticas pedagógicas que promovem uma identidade territorial, socioespacial e étnico cultural. Paixão, *et al.* (2020, p. 414) aborda que “o ensino de geografia agrega conhecimentos e contribui na compreensão do espaço geográfico, bem como na compreensão das relações raciais que o permeiam, tornando-se um agente importante de transformação social”. Outro autor que nos auxilia pensar o ensino de geografia é Cavalcanti (2010, p. 129) pois, conceitua que “a geografia na escola deve estar, então, voltada para o estudo de conhecimentos cotidianos trazidos pelos alunos e para seu confronto com o saber sistematizado que estrutura o raciocínio geográfico”.

Serrano, *et al.* (2012, p. 62) nos auxilia pensar sobre a educação quilombola, abordando que “a educação quilombola, segundo pesquisas, apresenta outro aspecto importante a ser considerado: a valorização dos saberes tradicionais como saberes essenciais”. Partindo deste raciocínio, é importante adotar uma metodologia que trabalhe conteúdos sobre enfoques do saber local, visto que é necessário que os alunos reconheçam a sua vivência e que esta, é parte da sua identidade. Em outras palavras, podemos afirmar que as aulas de geografia poderão contribuir na construção da identidade étnico-cultural e para a valorização e preservação do território quilombola.

Couto (2010, p. 111), ao trazer para o debate as metodologias de ensino de geografia, sugere que se procure articular a “[...] identificação, entrecruzamento e articulação das práticas e dos saberes espaciais dos alunos aos conceitos geográficos; que permite conformar uma didática da construção de conceitos na escola”. Com essas práticas os alunos começam a compreender o mundo de forma mais ampla a partir do olhar do ensino de geografia, as transformações espaciais, as leituras de suas localizações espaciais, os posicionamentos políticos-ideológicos, a memória de suas histórias de luta, a participação política, a construção da identidade territorial quilombola e, inclusive, a superação do racismo.

Segundo Santos (2010), além dos conceitos e categorias fundamentais de análise do espaço, temos que destacar que os mapas também são poderosos instrumentos de construção de visões de mundo de posição no mundo. O que eles mostram e o que deixam de mostrar são critérios de verdade, de construção de existências e não-existências. Se reconhecer, e a forma como se é representado e se é reconhecido num mapa também é instrumento poderoso de construção de posturas e tomada de posições. Acostumar a ver o mundo através da projeção de Mercator - que coloca a Europa no centro, e que além disso confere ao Hemisfério Norte uma área que é quase sempre pelo menos uma vez e meia o Hemisfério Sul - é um eficaz meio de reafirmar o eurocentramento do mundo e a superioridade do Norte sobre o Sul.

O autor destaca que da mesma forma, ver ou não o seu grupo social num mapa é uma eficaz política de identidade. Conhecer a sua posição e tomar posição são aspectos vinculados, e para os quais o ensino de geografia tem papel pronunciado. Esta compreensão deve, portanto, ser norteadora da contribuição da geografia trabalhada dentro de sala de aula: as noções que aprendemos/ensinamos sobre a geografia servem para saber interpretar esse mundo, conhecer a sua posição no mundo e agir neste mundo. Isto implica conceber o espaço geográfico como sendo estrutura – e, a partir disso, estudar sua organização, seus elementos, seus objetos, etc., mas, também como experiência: as posições que os indivíduos e grupos sociais ocupam, bem como as relações que eles vivenciam. Santos (2010) ainda nos permite refletir que a geografia serve para a construção de referenciais posicionais do indivíduo no mundo, um mundo como uma noção que atenta para a complexidade espaço-temporal das relações sociais do/no espaço vivido.

Cavalcante (2013) também raciocina nesta direção, afirmando que a geografia escolar pode contribuir para a construção de referências de leitura do mundo que conferem poder a indivíduos e grupos nas múltiplas interações de leitura. A geografia tem um papel crucial no entendimento das relações raciais,

no racismo e nas desigualdades raciais que se constroem e aparecem no plano das interações cotidianas entre indivíduos e grupos, na construção da lógica e comportamento de instituições, na definição do acesso aos bens materiais e simbólicos da sociedade.

A geografia escolar deve tomar a posição de enfrentamento ao racismo, ao preconceito e suas graves marcas pautadas ao longo dos anos que permanecem na contemporaneidade. Para endossar a mitigação dos efeitos da discriminação racial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) foi modificada através da sanção da Lei nº 10.639/03 e sua regulamentação pelo parecer CNE/CP 03/2004 e pela resolução CNE/CP 01/2004 (BRASIL, 2005), que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do país.

Portanto, o ensino de geografia deve se enveredar para a aplicabilidade da lei 10.639/03 nas escolas da rede municipal de Araguatins. Na escola municipal Prof.^a Nair Duarte, é evidenciado que as práticas pedagógicas dos professores de geografia ainda não são desenvolvidas na sua plenitude na referida escola. Gomes (2012, p. 105) enfatiza que

...a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana...

É relevante mencionar que a aplicação da lei deve ir além da obrigatoriedade, ela deve ser pautada na criatividade na legitimidade, em um viés que salte a sensibilidade em uma narrativa vivenciada pelos alunos e por sua ancestralidade. E para que isso ocorra os professores precisam de formação continuada que torne os seus olhares mais atentos para a diversidade étnico-racial presente na sala de aula.

Além da lei 10.639/03, há a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. A Resolução dispõe da aproximação dos saberes tradicionais com o currículo proposto para as escolas e aplicado em sala de aula através das práticas pedagógicas dos professores. A mesma trata de caminhos a serem percorridos em escolas quilombolas e alunos das comunidades quilombolas que são atendidos em escolas não quilombolas.

Portanto, como o ensino de geografia percorre seus ensinamentos no chão da sala de aula para vencer o racismo e valorização da diversidade étnico-racial em uma ótica que se alinhe a educação quilombola na escola municipal Prof.^a Nair Duarte, tendo esse amparo legal como respaldo para se afunilar essa temática tão urgente e necessária a ser introduzida nas escolas públicas do país. O próximo item

evidenciará como de fato acontece a educação quilombola e o ensino de geografia na escola municipal Prof.^a Nair Duarte, disposta a partir de questionários direcionados a professora que ministra as aulas de geografia na segunda fase do ensino fundamental (6º ao 9º), a coordenadora pedagógica da Semed e ao líder da comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

A REALIDADE DAS DUAS DEMANDAS APRESENTADAS NA ESCOLA MUNICIPAL PROF.^a NAIR DUARTE

É importante assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas de suas comunidades, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico. Estabelecer ações que asseguram a formação de novas lideranças capazes de levar adiante os interesses sociais, culturais e políticos dos quilombos até as comunidades.

Potencializar o fortalecimento das habilidades e competências voltadas para o ensino de geografia a partir da educação quilombola, com a perspectiva de incluir na formação básica conhecimentos culturais sobre as comunidades remanescentes de quilombos. Instituir um processo de formação continuada para professores que atuam nas escolas das comunidades e nas escolas que atendem alunos das comunidades. Permitir aos professores quilombolas criar mecanismos para maior integração entre a escola, a comunidade e os movimentos sociais para fomentar a participação coletiva. Criar condições pedagógicas em que os alunos compreendem que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos e que possuem cultura e história próprias.

É necessário também compreender a Educação Quilombola a partir do diálogo entre os conhecimentos tradicionais da comunicação com o global, o nacional, o regional e o local. Destacando temas como a cultura, a religiosidade, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etno-desenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território. A ideia de relacionar o local com o global, deve-se referir apenas ao conhecimento e não como uma ideia ou uma política a ser adotada para a comunidade. Todo o imaginário, a cultura e as tradições locais devem ser respeitada na sua integridade.

O primeiro sujeito da nossa pesquisa, refere-se aos educadores de geografia que tem um papel importante para com uma educação diferenciada e questões étnico-raciais e estão engajados na construção de uma grade curricular direcionada aos valores e a memória dos educandos quilombolas.

O segundo sujeito se refere às lideranças quilombolas e os alunos da comunidade que vivenciam a sua realidade socioespacial local. Nos parece que a esfera do público municipal pode ser entendida como terceiro sujeito do universo da pesquisa. O que se percebe é que o posicionamento político pedagógico das lideranças quilombolas e dos professores sobre as diretrizes curriculares da educação escolar quilombola do ensino básico, ainda precisam de um aprimoramento.

Com o propósito de ouvir os sujeitos envolvidos na pesquisa, foi direcionado um questionário digital para a Semed, um para a professora que atua com a disciplina de geografia na escola municipal Prof.^a Nair Duarte e outro para um dos líderes da comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

O questionamento dirigido a representante da Semed é a Coordenadora de Supervisão Zelina Mendes, foi sobre a existência de políticas curriculares pedagógicas que a Semed trabalha para a Educação Escolar Quilombola no município de Araguatins-TO, como estas políticas se consolidam? Outro questionamento - E se o currículo é construído com os quilombolas e para os quilombolas? Sua resposta foi, que as Instituições de Ensino da Rede municipal Araguatins, tem o DCT - Documento Curricular do Tocantins como referência. O documento foi homologado pelo Conselho Municipal de Educação. No referido documento tem políticas curriculares pedagógicas voltada para diversidade étnica racial. Elas se consolidam no chão das salas de aulas e podem ser contempladas em culminância de projetos, como: Conceitos aceitos, sem preconceitos. Porém, esse currículo não é construído com os quilombolas da comunidade Ilha de São Vicente.

É importante enfatizar que a voz da comunidade deve estar presente na escola, é a partir de suas externalidades ouvidas pela escola que as diretrizes da Resolução nº 08/12 tem maior possibilidade de vigorar desde as práticas pedagógicas até as políticas públicas, que torne de fato a educação escolar quilombola de qualidade. Neste particular, Nascimento (2017, p. 75), afirma que:

“...educação escolar quilombola como um direito das comunidades quilombolas rurais e urbanas é maior que apenas o acesso à educação escolar, incluindo formação inicial e continuada de professores quilombolas e não quilombolas, produção de material didático contextualizado, transporte escolar de qualidade, currículo aberto e flexível, participação da comunidade na elaboração do projeto político pedagógico e na gestão escolar, entre outros princípios.”

Em outras palavras, vale ressaltar a importância da participação da comunidade na elaboração do projeto político-pedagógico e na gestão escolar.

Segundo a coordenadora de Supervisão ao ser indagada se há um departamento ou comissão pedagógica na secretaria que trace diretrizes pontuais sobre diversidade étnico-racial, a mesma

respondeu que não. É importante e necessário que o poder público tenha uma política definida para as diretrizes sobre diversidade étnica racial. Na sequência o questionamento foi sobre a existência de formação continuada para os professores atuarem com alunos da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, na qual a resposta foi sim. É um ponto positivo para a comunidade.

Outro questionamento foi sobre as escolas, como são conduzidas as práticas educativas em interfase com a realidade sociocultural quilombola da Ilha de São Vicente? A coordenadora respondeu que, nas escolas, todas as práticas educativas devem contemplar a diversidade geral. E, a comunidade quilombola vem reforçar a necessidade de um currículo amplo que alcance a todos. Sobre o material didático, a mesma informou que não há material específico para os alunos quilombolas nas escolas da rede municipal. Já é assegurado pela Constituição de 1988, o trabalho nas escolas da História e a Cultura afrodescendente, portanto, os gestores públicos devem aplicar a lei constitucional.

Dado o exposto, Carril (p. 552, 2017) coloca que:

Os desafios postos para a educação escolar destinada aos estudantes quilombolas são amplos e antagônicos, pois o reconhecimento da especificidade é franco a partir da própria criação das DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais), da atenção que tem sido levada às escolas quilombolas e às que não se encontram nesses territórios, mas que buscam atender as crianças das comunidades. Recursos financeiros, material didático específico e o incentivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) revelam avanços. Contudo são muitas as inseguranças presentes na educação quilombola, envolvendo as condições dos estabelecimentos escolares, o uso de recursos didáticos apropriados e a formação docente.

Além de assegurar a História e Cultura dos quilombolas nas escolas, é necessário também agilizar políticas de alimentação para as crianças quilombolas. Outro questionamento foi sobre A LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Questionada se a Semed tem direcionamentos sobre a aplicabilidade da lei nas escolas da rede municipal? A entrevistada respondeu que sim. Neste quesito, podemos avaliar que é um ponto positivo para a comunidade.

E quanto a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica, questionamos se a Semed direciona diretrizes da resolução em questão? Afirmou que sim. A execução destas diretrizes é muito importante para a definição dos currículos nas escolas quilombolas. Questionamos também - como ocorrem as

orientações da Semed relacionadas a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 para as escolas do município? A coordenadora sinaliza que tem um trabalho de orientação direcionado para o município. E comentou que todo o fazer docente precisa partir de uma realidade. A realidade/diversidade do município de Araguatins é gigante; temos os ribeirinhos, quilombolas, os assentamentos que traz toda uma especificidade e tantas outras. A orientação da SEMED, é que a reorganização curricular de cada escola contemple sua realidade local.

Baseado nas afirmativas da coordenadora da Semed, tem-se um longo caminho a ser percorrido para que os quilombolas saiam da invisibilidade frente ao poder público. Percebe-se claramente que o direcionamento para uma educação quilombola no município de Araguatins é raso e não cumpre seu papel de abrangência para que a diversidade étnico-racial seja pauta recorrente nas escolas do município. Dado o exposto, tem-se como referência o documento curricular do estado, que tende a generalizar todas as comunidades sem levar em conta suas especificidades e, isso fica evidente quando não há participação da comunidade na construção de um currículo que envolva seus saberes.

São muitas as falhas na atuação do poder público municipal quando fica evidente a falta de um currículo que seja específico para os alunos da comunidade Ilha de São Vicente e, seja construído com eles e para eles, além de não ter material didático específicos para atendê-los. No entanto, fica externalizado que há o conhecimento por parte da secretaria sobre a legislação que trata da obrigatoriedade do ensino da “História da África e afro-brasileira” e que, a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, torna a educação escolar quilombola uma modalidade.

Sabe-se que só conhecer a legislação não é garantia de sua aplicabilidade, no entanto, o reconhecimento legal dos direitos do povo negro já é uma conquista, que mesmo em um cenário negacionista na qual estamos vivendo, torna-se menos ardiloso lutar pela efetividade da lei junto ao poder público para que as crianças e jovens negros e negras tenham a garantia de ver a história dos seus ancestrais serem contadas no chão da sala de aula. E que suas vivências sejam trazidas para dentro da escola como a de qualquer outra raça ou etnia.

Para dar mais consistência a narrativa aqui desenvolvida, a professora que ministra a disciplina de geografia prontamente se dispôs a contribuir com a pesquisa. É considerável mencionar que a escola tem poucas turmas do ensino fundamental II (6º ao 9º Ano), nesse sentido, apenas a professora Raimunda Bueno participou da pesquisa, mesmo tendo formação em história, é ela que ministra as aulas de geografia. Portanto, sendo um ponto fraco para o ensino de Geografia na escola.

Quando questionada sobre sua percepção em relação a Educação quilombola, informou que a Educação Quilombola é a forma de se trabalhar o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana nas escolas públicas e privadas, focando a importância da inclusão do estudo dos ancestrais, visando uma aproximação entre os saberes da comunidade e os curriculares. “É animador ver que a professora tem esse entendimento de que é necessário esse elo entre o currículo e os saberes da comunidade”.

Ao ser indagada sobre a Lei 10.639/03, a professora respondeu que tem conhecimento da lei e afirma que a mesma é aplicada na escola. Assim, ao ser indagada como ela conduz suas práticas pedagógicas sobre as questões étnico-raciais durante as aulas de geografia, ela disse que é trabalhando assuntos voltados para a temática, principalmente em datas específicas. Julgamos um ponto importante da entrevistada, em ter conhecimento da lei e que procura aplica-la na escola.

Na sequência a professora respondeu as seguintes perguntas: tem formação continuada sobre a temática étnico-racial proposta pela Secretaria Municipal de Educação? Ela informou que não. E quanto ao material didático, tem material sobre a temática étnico-racial na escola para ser usados pelos os professores e para os alunos pesquisarem? Afirmou que sim. De acordo com a percepção da professora em relação as questões étnico-racial, é notório considerar que seu direcionamento em relação a essa pauta, tem pouca profundidade, pois um sistema educacional que não proporciona formação continuada para os professores sobre as questões étnico-raciais, não consegue atingir e fazer os alunos observarem que suas vivências devem ser abordadas dentro da escola no chão da sala de aula. Consequente, essas práticas pedagógicas não chegam aos alunos quilombolas, visto que a formação continuada do professor é extremamente importante para o combate ao racismo e as desigualdades sociais que as comunidades quilombolas enfrentam diariamente.

Finalizando o diálogo com os sujeitos envolvidos na pesquisa, um dos líderes da comunidade, Jorlando Ferreira, se dispôs a responder os questionamentos que lhe foram direcionados. Nesse sentido, ele foi questionado sobre a existência da Lei 10.639/03 e a Resolução nº 8/12, ele respondeu que tem conhecimento de ambas. Depois questionamos - qual é a sua percepção sobre a lei e a resolução? “Muito significativa, pois, deveria aproximar não só os quilombolas da sua história, mais os estudantes brasileiros que são mais de 60% negros”.

O líder da comunidade foi questionado - se é possível ter uma educação direcionada especificamente para os quilombolas? “Afirmou que na atualidade não, porém, isso pode mudar com a entrega do território, segundo ele o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) publicou em diário oficial da União que o território é quilombola, porém não indenizou e tão pouco fez a entrega

do restante do território”. Para o entrevistado, é necessário a demarcação das terras quilombolas para se estabelecer uma política educacional voltada para os interesses dos alunos da comunidade. Tem sentido essa afirmação, todavia, é possível trabalhar a História e a Cultura quilombola, mesmo sem demarcação das terras.

Outra questão pontuada foi sobre os anseios da comunidade em relação a educação das crianças e jovens da Ilha de São Vicente, ele sugeriu que as crianças e jovens não tenham vergonha de sua identidade e que a lacuna existente pelo fato dos pais e avós serem analfabetos possa ser superado com a educação. Entendemos que é uma visão acertada, pois, há necessidade de um fortalecimento da cultura a partir da resistência, e a resistência é resistir e também assumir a sua condição social e cultural.

Questionamos como deveria ser as escolas que atendem as crianças e os jovens da comunidade? O líder comunitário informou que não existe uma escola na comunidade e nem os professores da cidade estão preparados para atender toda essa diversidade e principalmente as comunidades quilombolas. Mesmo com a existência da lei que trata sobre os quilombolas ou história da África, o poder público não desenvolve uma política educacional voltada para os quilombolas. As vezes fica muito restrito apenas ao dia 20 de novembro. As questões como a vida de Zumbi dos Palmares, cada comunidade tem sua cultura, seu Zumbi, isso precisa ser debatido de forma mais concreta com a comunidade escolar em geral.

Indagamos ele ainda sobre as políticas públicas presentes na comunidade para valorização da educação na comunidade. Afirmou que há apenas um transporte que permite o deslocamento dos jovens. De acordo com o relato do líder da comunidade, constata-se um descaso do poder público com a comunidade, visto que não há estrutura que garanta a permanência dos alunos na escola e tão pouco a difusão dos saberes tradicionais vivenciados entre os seus.

O fato de não ter uma escola na comunidade distancia as crianças e jovens da sua ancestralidade e os lança a um conhecimento muito diferente da sua vivência, isso causa uma insegurança na sua identidade enquanto quilombola. Mesmo que a Resolução nº 8/12 trace diretrizes para as escolas que atendem alunos da comunidade. Em Araguatins certamente ela não está ocorrendo de forma efetiva, visto que as orientações da Semed são amplas, pois adere ao documento do estado, isso generaliza as comunidades, sem um olhar particular para suas especificidades.

A professora que está em contato direto com os alunos da comunidade, pode trabalhar com as práticas específicas na comunidade. Outro fato que se percebe, é a falta de uma política educacional

voltada para a formação continuada e um currículo que traça caminhos iguais para todas as comunidades do Tocantins. Falta um olhar criterioso para o professor por parte do poder público. É necessário propor uma estrutura para que o professor seja criativo e afetivo frente a essa especificidade em direcionar suas aulas para a diversidade que lhe é apresentada diariamente no chão da sala de aula. Sabemos que mesmo com todos os esforços e dedicação do professor, é pouco provável que suas práticas alcance os alunos da comunidade quilombola Ilha de São Vicente. É necessário que o poder público entre também em ação para contribuir para esta missão. O professor sozinho não consegue realizar essa missão na sua plenitude. Sabemos que o diálogo entre a direção da escola e as lideranças quilombolas, alunos e comunidade, nem sempre acontece de forma desejada, mas é necessário que haja este diálogo. Portanto, é um desafio que estes sujeitos sociais têm pela frente, pelo fato das necessidades da comunidade quanto a uma educação quilombola de qualidade. O posicionamento político dos gestores municipais, estaduais e do governo federal nem sempre vão de encontro com as demandas educacionais, sociais e econômica das comunidades quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade proposta, foi evidenciar as práticas pedagógicas da professora que ministra as aulas de geografia na escola analisada. Em uma narrativa que exterioriza a geografia enquanto ciência que se apresenta nas escolas públicas do país, na escola municipal Prof.^a Nair Duarte se consolida em um viés não tão geográfico, pois a professora que ministra as aulas de geografia é formada em História. Certamente, esse fato acarreta prejuízo aos alunos e uma fragilidade para a geografia e, conseqüentemente, afeta a elaboração das práticas espaciais dos sujeitos sociais no espaço geográfico.

Os autores aqui citados levantam uma definição de que o ensino da geografia deve ser direcionado à vivência dos alunos. Desse modo, seria um encaixe perfeito entre a ciência geográfica e a educação quilombola, visto que ambos podem ser trabalhados de forma transversal. É que os saberes tradicionais da comunidade e o currículo devem ser trabalhados em sintonia com as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e, que a ciência geográfica pode contribuir para isso. Porém, há muitas ausências do poder público municipal no direcionamento para uma educação escolar quilombola de qualidade, tais como: não ter um departamento específico para essa temática na Semed; não ter um currículo específico para atender os alunos da comunidade quilombola Ilha de São Vicente; não propor formação continuada para os professores atuarem efetivamente com práticas para combater o racismo e valorização dos saberes tradicionais da comunidade, além da necessidade

em implementar políticas públicas que fortaleça e desperte o desejo dos alunos permanecerem na escola e reconhecerem sua identidade quilombola.

Em síntese, há o amparo legal, no entanto, seu cumprimento é ponto que precisa ser atado em conformidade com as necessidades da população local. Trilhar uma educação que de fato se consolide para atender os anseios da população negra é uma questão de urgência, dado o silenciamento que se faz presente nas instituições, em especial nas escolas. Todas as demandas relatadas, serão mitigadas quando a voz do negro não for relativizada. Temos conquistas legais, entretanto, há um longo caminho a se percorrer, no qual, deve ser direcionado no chão da sala de aula para crianças e jovens, por professores conscientes da necessidade em aplicar a legislação prevista. As práticas pedagógicas enredada pela ciência geográfica e a vivência dos alunos da comunidade quilombola, devem ser colocadas em prática para uma educação efetiva.

REFERÊNCIAS

CALLAI, H. C.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N. A. Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000, 176p.

CAVALCANTE, Ygor Yuri de Luna. O ensino de geografia na educação quilombola: experiência na escola municipal de ensino fundamental professora Antônia Socorro da Silva Machado - comunidade negra de Paratibe, PB. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2013.

CAVALCANTI, L. de S. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: Papirus, 2010. COUTO, M. A. C. Ensinar a geografia ou ensinar com a geografia? Das práticas e dos saberes espaciais à construção do conhecimento geográfico na escola. Revista Terra Livre. São Paulo/SP: Ano 26, V.1, n. 34 - p. 109-124, Jan-Jun/2010.

GIL, A.C. Como Elaborar Projetos e Pesquisa. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, R. A. Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. (org.) Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PAIXÃO, K. C.; JUNIOR, D. B. F.; SANTOS, R. A. Ensino de Geografia e as relações raciais: o projeto que nós propomos como intervenção metodológica para o resgate da cultura e identidade na comunidade remanescente quilombola de Vila Nova Jutai- Breu Branco – Pa. Ciência Geográfica. Bauru- XXIV – Vol. XXIV- (1): Janeiro/Dezembro – 2020.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino De Geografia E Currículo: Questões A Partir Da Lei 10. 639. Terra Livre, São Paulo-SP, Ano 26, V.1, n. 34p. 141-160, Jan-Jun/2010

SERRANO, G. de A.; PEREIRA, M. H. de F.; PORTO, Amélia Pereira Batista. Quilombolas e quilombos: histórias do povo brasileiro. Belo Horizonte: Rona, 2012.

Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Etnicoracial/Mec, 2021. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/legislacao>. Acesso em 07/09/2021 às 10:30.

Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Etnicoracial/Mec, 2021. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/legislacao>. Acesso em 07/09/2021 às 10:30.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr 2012.

CARRIL, Lourdes De Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto Revista Brasileira de Educação, v. 22 n. 69, p. 539-564, abr.jun. 2017.

NASCIMETO, Lisângela Kati do. Educação Escolar Quilombola: reflexões sobre os avanços da política educacionais e os desafios para a prática pedagógica no Vale do Ribeira- SP. Rev.

FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 26, n 49, p. 69-86, maio/agosto 2017.

Capítulo 7



10.37423/230908268

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Silvio Moises Negri

Universidade Federal de Rondonópolis -UFR



Resumo: O presente artigo tece algumas considerações sobre a segregação socioespacial, a partir da hipótese de que é a classe de renda mais alta que produz, consome e produz o espaço urbano. Entretanto, não se pretende com este trabalho esgotar ou chegar a uma conclusão unificadora e homogeneizante para o tema, mas sim, contribuir minimamente para seus estudos. Para tanto, faz uma revisão teórica através de uma perspectiva histórica do desenvolvimento do conceito e de metodologias empregadas em pesquisas, tanto em nível nacional com também, internacional. É preciso ressaltar que é a existência da segregação socioespacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido, segundo seus interesses. Desta forma, conclui-se que o aspecto econômico sobrepõe todos os outros tipos de segregação. A segregação, portanto, não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço.

Palavras-Chave: Segregação Socioespacial; Espaço Urbano; Classes Sociais.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO

Pensar o urbano através da organização espacial das classes sociais nos reporta a inúmeros problemas de ordem social, econômica, política e ideológica. Dentre eles, destacam-se: pobreza, miséria, violência, degradação ambiental e social, exclusão, desemprego, falta de moradia, favelização, periferação, segregação, insuficiência de transporte adequado, entre outros.

É neste contexto, atualmente, que o espaço urbano tem sido objeto de estudo dos mais variados campos do saber das ciências humanas e sociais. A complexidade da sociedade atual face a questão da habitação leva-nos a buscar entender a produção e a separação entre as classes sociais nas cidades, separação esta não só espacial, como também, social. Como por exemplo, através da renda, do tipo de ocupação e do nível educacional.

Cada vez mais a cidade é lugar de atuação dos agentes de produção do espaço. Uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. Este padrão ocorre por meio da segregação socioespacial, também denominada de segregação residencial da sociedade, principalmente por meio da diferenciação econômica.

Parafraseando Castells (1983), a segregação social visa, portanto, a reprodução das forças-de-trabalho, processos estes que são sempre interligados e articulados com a estrutura social. Assim, a cidade torna-se expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, através de um ambiente físico construído.

A tese que se quer demonstrar é que, através da segregação socioespacial, a classe alta controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses. Contudo “trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social. Evidentemente esse espaço produzido é, ele próprio, social. Só o social pode constranger ou condicionar o social” (VILLAÇA, 2001, p.360).

É a camada de mais alta renda que, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano produz a segregação socioespacial. Mas é preciso ressaltar que é a existência da segregação socioespacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido, segundo seus interesses. Somente a separação das classes sociais no espaço pode agir como um instrumento de poder para a classe alta (VILLAÇA, 2001).

A questão da segregação urbana tem uma longa tradição na história da sociedade, desde a antiguidade a sociedade já conhecia formas urbanas de segregação socioespacial. Cidades gregas, romanas, chinesas possuíam divisões definidas social, política ou economicamente.

Segundo Marcuse (2004), historicamente existe um padrão geral de segregação das classes sociais, que podemos dividir da seguinte maneira:

- 1) Divisão Cultural – realiza-se através da língua, da religião, das características étnicas, estilo arquitetônico, por país ou nacionalidade;
- 2) Divisão Funcional – é resultado da lógica econômica, resultando na divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias. Ela pressupõe a divisão do espaço pela função exercida para cada atividade.
- 3) Divisão por Diferença no Status Hierárquico – reflete e reproduz as relações de poder na cidade. Pode ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) ou pela distribuição dos serviços públicos pelo Estado.

A partir da Revolução Industrial, a maioria dos tipos de segregação encontrados no espaço urbano ocidental são por classe ou por etnia.

Mas os estudos somente começaram a ser realizados principalmente no século XIX. De acordo com as formulações de Correa (1999), o primeiro modelo de segregação foi formulado por J. G. Kohl em 1841, geógrafo alemão, em uma época em que os efeitos do capitalismo ainda não se faziam sentir na sociedade urbana, tratava-se ainda de uma cidade pré-industrial.

Segundo este modelo, a cidade se caracterizava por estar dividida em anéis, onde a classe alta habitava o centro enquanto na periferia viviam os pobres.

Na década de 1920, surge o modelo de E. W. Burgess que segue o caminho inverso ao de Kohl, as camadas mais ricas passam a viver nas periferias em busca de qualidade de vida e segurança, enquanto as camadas mais pobres migram em direção ao centro da cidade em busca de minimizar as distâncias do trabalho.

As polêmicas surgidas em torno desses dois modelos são em parte absorvidas pelo aparecimento do modelo do economista norte-americano Hoyt. Segundo este modelo, o padrão de segregação não seguia um modelo concêntrico, mas em setores a partir do centro, onde a região de maiores amenidades era ocupada pela classe de mais alta renda sendo circundada pela classe média e estando a classe pobre localizada diametralmente oposta.

A implantação deste modelo teria sido facilitada pelo desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e transporte nas cidades, onde a classe alta agora podia contar com ruas, avenidas e

estradas de mais fácil circulação e com o desenvolvimento dos automóveis, o que facilitava e dinamizava o transporte de pessoas.

Mas é importante lembrar que uma das mais valiosas contribuições do século XIX foi dada por Friedrich Engels em seus textos imprescindíveis *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (1845)* e *Contribuição ao Problema da Habitação (1886)*, nos quais o autor descreve e denuncia as condições de vida e de moradia do proletariado inglês na cidade de Manchester logo após a Revolução Industrial. Demonstra através destes estudos um padrão de segregação oposto ao de Kohl, embora não haja formalizado uma teoria geral sobre este processo nas cidades capitalistas, influenciou E. W. Burgess na formulação de sua teoria. Assim, de acordo com Engels:

Con la excepción de este distrito comercial, todo Manchester propiamente dicho, Salford y Hulme... se componen de barrios de gente trabajadora exclusivamente, que se extienden formando un cinturón de una anchura de milla y media, alrededor del distrito comercial, Más allá de este cinturón, vive la alta y mediana burguesía; la mediana burguesía en calles dispuestas regularmente en la vecindad de los barrios de trabajadores... la alta burguesía, en casas más alejadas con jardines... en medio del aire libre y saludable del campo, en elegantes y confortables hogares, enlazadas con el centro de la ciudad por omnibuses que pasan cada cuarto o cada media hora. Y lo más curioso de esta disposición de cosas es que los miembros de la aristocracia del dinero pueden tomar la carretera más corta que atraviesa todos los barrios de trabajadores sin ni siquiera ver que se hallan en medio de la mugrienta miseria que se oculta a derecha e izquierda, ya que las vías principales que conducen desde el Exchange hacia todas las direcciones fuera del centro de la ciudad tienen, a ambos lados, una serie ininterrumpida de tiendas, que se hallan en manos de la mediana y pequeña burguesía... ocultando a los ojos de los hombres y mujeres adinerados de fuertes estómagos y nervios débiles la miseria y la porquería que forman el complemento de su riqueza... (Apud HARVEY, 1976, p. 15 - 17)

Ainda dentre os principais estudos realizados no início do século XX, destaca-se a Escola de Ecologia Humana de Chicago, nos Estados Unidos. Os estudiosos dessa escola basearam suas análises urbanas através de modelos metodológicos fornecidos pelo Darwinismo Social, tendo uma perspectiva positivista da realidade. Essa escola pesquisava, sobretudo, os efeitos da imigração através da formação de guetos.

Para estes especialistas a cidade funcionava como um organismo vivo na qual havia uma história de vida e aquele que melhor se adaptasse ao estilo de vida urbano conseguiria habitar as melhores áreas deste espaço. Embora tratassem de classes sociais os teóricos insistiam em usar o termo “pessoa” ou, ainda, “indivíduo”, para distinguir as ações desprendidas por estes no espaço, apesar de trabalharem com o termo segregação.

Nesse caso, diziam que havia dois modelos de segregação, a “voluntária” e a “involuntária”, e as distinguiam. Para eles, a voluntária se dava quando o indivíduo iria habitar um determinado local da cidade por sua própria iniciativa e involuntária quando por forças externas ele era obrigado a habitar ou deslocar-se de determinados espaços.

Nesse sentido, então, como relata Villaça (2001), a segregação nas periferias das cidades brasileiras seria involuntária. E ainda, que não existiriam dois processos, mas apenas um, ou seja, quando há um vitorioso, existe um derrotado. A segregação de um se reflete na segregação do outro, dialeticamente no mesmo processo e ao mesmo tempo.

Robert Erza Park é tido como principal expoente dessa Escola de Ecologia Humana, que em sua trajetória inicial, se preocupou em estudar as formas de comportamento social e a sua distribuição espacial elaboradas pelas populações urbanas.

Isso fica evidenciado nos estudos que eram realizados em cidades americanas como em Nova York e Chicago, através das pesquisas realizadas em bairros de imigrantes, onde se formavam os chamados guetos no início do século XX. Park apud Bueno (2001, p. 30) afirma que:

Gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e, por conseguinte, a classificar as populações das grandes cidades (...) os processos de segregação estabelecem distâncias morais que se tocam, mas não se interpenetram.

Fica evidente que, em certas situações, o imigrante prefere morar próximo aos seus semelhantes, parentes ou amigos, por diversas razões de ordem cultural, moral, étnica, entre outras. Mas essa falsa noção de autosegregação de alguns grupos sociais, na realidade encobrem as diferenças sociais entre os vários grupos que habitam a cidade.

Segundo Vasconcelos (2004), Park, em texto publicado em 1916 no livro clássico *The City*, define segregação como sendo a repartição das populações nas grandes cidades. Park considera que o processo de segregação se daria num primeiro momento, com base na língua e na cultura e, posteriormente, com base na raça.

Em alguns estudos sobre a cidade de Toronto no Canadá, Mohammad A. Qadeer (2004) chega à conclusão de que a localização de um determinado grupo étnico num determinado local é resultado cumulativo de escolhas familiares ou de proximidade cultural, limitada pelos fatores de renda e classe social. E ainda, que esses agrupamentos étnicos não são planejados, mas surgem de acordo com a possibilidade de pagamento pela moradia em determinada área da cidade. Esses enclaves se baseiam mais em vínculos sociais e culturais do que em raça, mas um risco é proeminente: o da falta de

aculturação no país, se a segregação étnica for combinada com a segregação por renda e pobreza - nesse caso, a classe social se sobrepõe à étnica.

Em outro sentido, mas com o mesmo enredo, Park apud Cardoso (2007, p. 06), afirma que o crescimento urbano não pode ser controlado, ficando a mercê do mercado imobiliário e da aquisição da propriedade privada. Assim, afirma que “... A cidade não pode fixar o valor da terra, e deixamos ao empreendimento privado a maior parte desta tarefa de delimitar os limites da cidade e a localização de suas zonas industrial e residencial...”.

Dessa forma, o autor coloca a questão da segregação socioespacial como algo “natural” que se assemelha em muito ao processo de “seleção natural das espécies”, encontrado em Charles Darwin, baseando-se em Durkheim, que o adaptou para a sociedade humana. Além disso, não diz como seria essa regulação do valor da terra urbana pelo empreendimento privado e como isso seria feito, quais os critérios para taxaço do preço do solo urbano.

Neste mesmo sentido, encontramos a definição de Mckenzie apud Bueno (2001, p. 30) para a segregação, que a definiu como sendo “a concentração de tipos de população dentro de uma comunidade”. Este conceito nos dá a conotação de homogeneização e heterogeneização do espaço, em que estaria ligada a raça, cultura, cor, entre outros. Apesar de fundamentada na ecologia humana, certas condições sociais podem ser impostas aos indivíduos de uma determinada cidade, fazendo estes se distinguirem por diferenças de renda.

Ainda fazendo uma analogia com o “mundo natural” a Escola de Chicago criou os conceitos de competição e dominância para analisar as várias atividades urbanas (comercial, industrial e residencial),

... explicando o alto valor da terra em determinadas áreas pela grande competição entre os gêneros de atividades por localizações vantajosas, ou seja, nas palavras de hoje, o valor da terra seria dado única e exclusivamente pelo “mercado”. Desta forma, as áreas centrais das cidades, que representam a menor “distância ecológica” para várias atividades, têm um terreno de alto valor e são passíveis de alterações e da atuação de processos como o de “invasão-sucessão” que é a substituição da ocupação de uma área por outra atividade ou grupo social diferente do que a ocupava anteriormente. É o conceito deste processo junto com o de “centralidade” que permitiu o desenvolvimento daquela teoria de segregação que ficou mais conhecida pelo nome de “modelo de Burgess...” (CARDOSO, 2007, p. 08)

Este modelo como já citado anteriormente, definia as zonas da cidade de acordo com suas funções exercidas no espaço urbano. Engels escreveu quase um século antes que Park e Burgess, mas já havia descrito o sistema concêntrico de divisão das classes sociais no espaço urbano de acordo com as

funções que cada um exerce na cidade e identificou as forças e os mecanismos que atuam através das instituições capitalistas como forças geradoras da estrutura urbana (HARVEY, 1976). Modelo este que pode ser exemplificado através da ilustração de John S. Campbell (1976), na figura 01.

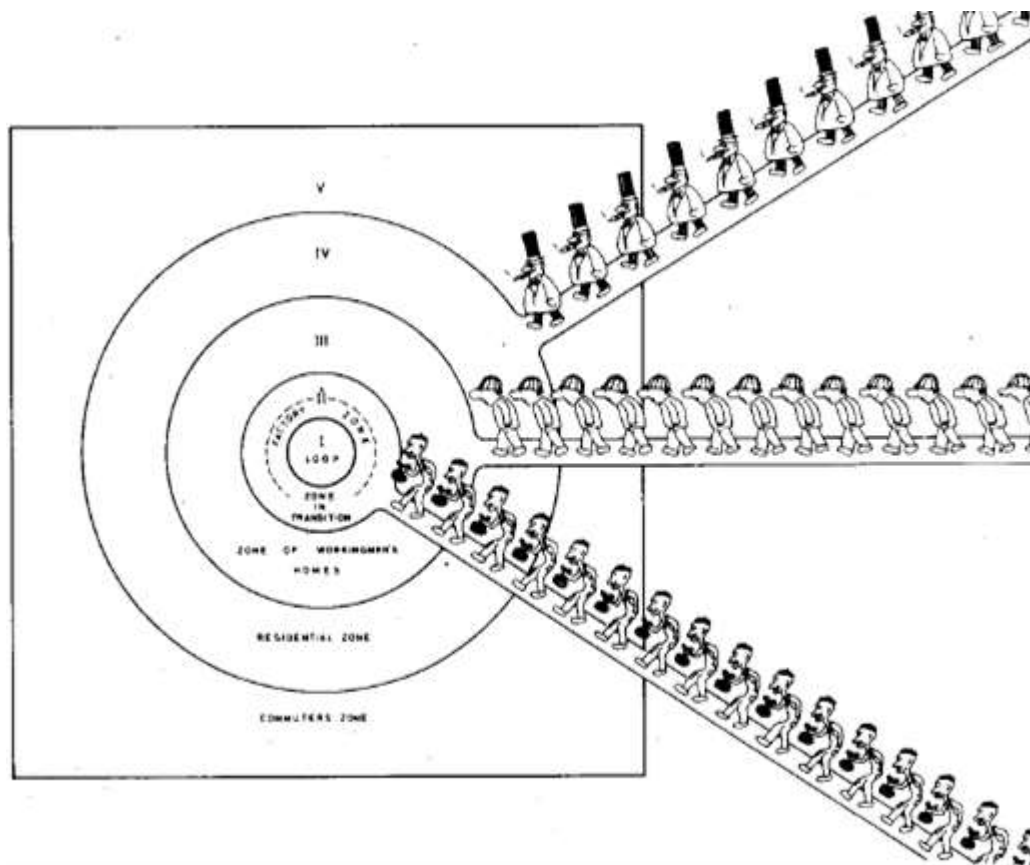


Figura 01 – Modelo Concêntrico de Segregação de Burgess – 1920.

Fonte: CAMPBELL, J. S. (1976).

Campbell (1976) critica a Escola de Chicago no que tange ao que chamou de fascinação pelas áreas sociais resultantes de imigração da Europa nos últimos cem anos e que são, todavia, uma espécie de fetiche de acadêmicos nostálgicos. Explica ainda que, apesar da base principal dos estudos sobre segregação ser a diferenciação na inserção e distribuição da população no espaço urbano através da desigual oferta de moradias, muitos estudiosos de inclinação ecológica preocupam-se em estudar as bases secundárias da segregação. O autor divide essas bases secundárias em três tipos: 1) a segregação resultante de uma imigração recente; 2) segregação racial; e por último a segregação devida a funções diferenciais de utilidade residencial de diversos tipos de pessoas como, por exemplo, velhos, mulheres, solteiros.

Este modelo como já explicitado, se baseia na divisão da cidade através de círculos concêntricos, cada qual, com uma função específica que segundo Burgess apud Cardoso (2007) são as seguintes:

Zona I: é a parte central da cidade, onde se concentram os preços mais elevados dos terrenos, local de escritórios comerciais, lojas, bancos, salas de entretenimento como teatros, cinemas. Recebe no período diurno uma grande concentração de pessoas, mas no noturno fica esvaziado na sua maior parte.

Zona II: é zona de transição, onde os preços dos terrenos ainda são bastante elevados, mas seus prédios encontram-se bastante deteriorados, em função de sua desvalorização imobiliária. Por terem sido abandonados pela classe de maior renda e, ainda, por meio do processo de “invasão-sucessão” passaram a ser local de moradia de trabalhadores mal remunerados e imigrantes que encontram neste local preços de aluguel condizentes com sua renda mensal. Embora possam ser novamente revalorizados se houver um projeto de renovação urbana no local ou expansão horizontal do centro principal.

Zona III: é a área de moradia simples de operários que trabalham em indústrias e que não aceitam mais morar na área decadente, mas precisam habitar próximos aos seus locais de trabalho.

Zona IV: é a zona de moradia que abriga a classe de alta renda, através de prédios de apartamentos e algumas residências de alto padrão arquitetônico, são também locais de moradia da classe média (funcionários públicos, gerentes de firmas, executivos etc).

Zona V: é a zona de “commuters”, situada além dos limites da cidade, localiza-se nos subúrbios elitizados, dotados de amenidade naturais e de toda infraestrutura necessária. É a área onde mais se encontra a classe de renda mais alta da cidade, dotada de amplas residências unifamiliares, essa classe caracteriza-se também por deslocarem-se diariamente para o centro da cidade para trabalhar, através de vias de acesso rápido e fácil.

Este modelo gerou muita polêmica entre os estudiosos da época, muitos diziam que este modelo não poderia ser encontrado na realidade das cidades norte-americanas, encontrando ressalvas até do próprio autor:

Mal se deve acrescentar que nem Chicago nem qualquer outra cidade se adapta perfeitamente a este esquema ideal. Apresentam-se complicações em virtude da frente do lago Michigan, do rio Chicago, das linhas de estradas de ferro, por fatores históricos na localização da indústria, o grau relativo da resistência das comunidades à invasão, etc (BURGESS apud CARDOSO, 2007, p. 09).

O maior equívoco desta escola foi o de ter tomado para a sociedade uma teoria construída para os elementos naturais e ter construído bases para a “naturalização” das relações sociais nas cidades. A segregação socioespacial foi tomada como algo inerente às cidades, através de questões de cunho

racial, étnico e cultural. Como se ser segregado ou não fizesse parte do cotidiano do espaço urbano, das relações “naturais” entre as pessoas, ou seja, somente aquele que se adaptasse mais facilmente e mais rapidamente ao modo de vida urbano poderia sair-se melhor e, conseqüentemente, habitar as melhores áreas e ter as melhores oportunidades de trabalho e renda.

O que se pode afirmar a priori é que essas relações nos dias atuais se dão muito mais em função de fatores econômicos. As maneiras como as classes se distribuem no espaço urbano depende do acúmulo de capital individual que cada um consegue ter. Morar em um bairro popular não depende somente de suas características culturais, étnicas ou raciais, mas da reprodução da força de trabalho que o capital precisa para reproduzir-se. A segregação não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço.

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital.

Mas por que isso acontece? Acontece porque a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros da classe de mais alta renda e, como os bairros da classe de baixa renda localizam-se em sua maioria longe do centro e das classes altas, os investimentos públicos acabam chegando – quando chegam – de maneira bastante precária, isto acaba se refletindo nos índices de instrução, de saúde, entre outros.

Infer-se, portanto, que estas pessoas estão fadadas a perpetuar o ciclo vicioso da pobreza, da miséria, da violência, aliada à falta de um Estado capaz de suprir todas as necessidades dessa população.

A partir da década de 1970, os estudos começaram a também ser realizados através de uma perspectiva marxista. No contexto das discussões mais amplas dessa linha estava a causa dos fenômenos e não mais somente as conseqüências. Para tanto, foram colocadas em evidência as relações das classes sociais, o modo de produção atual e o espaço urbano analisado sob o ângulo de sua produção e controle pelas classes sociais.

Manuel Castells (1983) analisa o processo de segregação socioespacial como reflexo da distribuição espacial das diversas classes sociais, de acordo com o nível social dos indivíduos, sendo que esta tem determinações políticas, econômicas e ideológicas. Para Castells, a segregação residencial tem uma

expressão forte quando há uma tendência à diferenciação social, refletida no espaço de forma muito aguda. Assim, o autor a define como sendo” ... a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (1983, p. 210).

Para um espaço urbano em crescimento acelerado, a homogeneização social de alguns bairros acaba por formar identidades próprias marcadas no espaço pelo nível de renda, através das características das construções e modo como organizam o espaço na qual estão inseridos. Isso acaba por criar uma forte disparidade com relação a outros bairros do espaço intraurbano, tanto social, como cultural e espacialmente.

Indo em direção às cidades norte-americanas, Castells critica o modelo de anéis concêntricos de Burgess, onde as classes de menor renda se concentram no centro e as de maior renda nos subúrbios. Conclui o autor que o modelo não se aplica a várias cidades norte-americanas e, portanto, não pode ser visto como um “modelo clássico” de segregação socioespacial. Assim, o autor vem resgatar a análise de Friedrich Engels, em que a historicidade dos fenômenos adquire uma importância muito grande em relação aos processos e relações sociais engendrados pela segregação.

Outro grande expoente da linha marxista é David Harvey, através de sua obra *A Justiça Social e a Cidade*, de 1980. Embora não tenha realizado nenhum estudo empírico, baseando somente em discussões teóricas, Harvey, ao discutir o significado da segregação argumenta que:

- a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista;
- as áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social, a partir da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, capacidade de se fazer valer (market capacity) e estado de consciência;
- diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos escassos necessários para se adquirir oportunidades para ascensão social. As oportunidades como educação, podem estar estruturadas de modo que um bairro de classe operária seja “reproduzido” em outro bairro na próxima geração. A diferenciação social produz comunidades distintas com valores próprios do grupo, valores estes profundamente ligados aos códigos moral, lingüístico, cognitivo, e que fazem parte do equipamento conceitual com o qual o indivíduo ‘enfrenta’ o mundo. A estabilidade de um bairro e do seu sistema de valores leva à reprodução e permanência de grupos sociais dentro de estruturas residenciais.
- Segregação, quer dizer, diferenciação residencial segundo grupos, significa diferencial de renda real - proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores,

ausência de infra-estrutura etc. Se já existe diferença de renda monetária, a localização residencial implica em diferença maior ainda no que diz respeito à renda real. (HARVEY apud CORREA, 2001, p. 133-134)

As colocações que o autor faz vêm de encontro a algumas idéias já expostas neste trabalho. A diferenciação residencial deve ser interpretada como chances desiguais de se ascender socialmente. Gera-se, assim, acessos diferenciados a infra-estrutura urbana, a serviços educacionais, e, conseqüentemente, a manutenção do *status quo*, o controle e a reprodução do exército de mão-de-obra de reserva nas cidades segregadas.

Com tudo isso, nota-se, ainda, a diminuição da qualidade de vida da população, no que tange a seu acesso a recursos básicos que a cidade oferece. Há também um prejuízo cultural, no que diz respeito ao modo como essas pessoas passam a enxergar o mundo e qual sua consciência objetiva de seu estado de segregado socialmente e espacialmente.

Neste sentido, Lefebvre (1999, p. 89) nos ensina que “a alienação urbana envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo”.

Nos dias atuais, muito tem sido publicado sobre o tema da segregação urbana. Alguns trabalhos enfatizam os aspectos metodológicos das pesquisas, outros somente têm se preocupado em medi-la em cidades de várias partes do mundo, bem como relacionar o tema às políticas públicas, verificar o grau de controle e produção do espaço urbano pelas classes superiores ou, então, as conseqüências da segregação para as classes de menor renda.

Há também trabalhos que realizam comparação entre o mercado de trabalho e a atual fase da globalização, discutindo a segregação a partir de várias escalas de análise: bairro, censo distrital, zona urbana ou até metropolitana, através de reflexos de relações estabelecidas localmente ou mundialmente, e, em menor número, trabalhos sobre questões raciais e étnicas. Alguns, ainda, preocupam-se em estudar o mercado imobiliário e a atuação do Estado através do uso do solo urbano.

Deve-se, então, destacar que a maioria desses trabalhos tem privilegiado estudos sobre uma mesma escala de abordagem, ou seja, a metropolitana.

ALGUNS ESTUDOS RECENTES

Neste contexto, vale a pena ressaltar o trabalho de Edmond Préteceille (2004), na revista *Espaços & Debates*, no qual o autor discute os modelos de segregação baseados na experiência da Escola de Chicago, enquanto modelos para as cidades americanas. O autor pondera que, neste momento, tais modelos estariam travestidos sob o paradigma da cidade global. Desta forma, estaria havendo uma

dualidade nos estudos sobre segregação e uma convergência metodológica e de escala nestes estudos.

Por isso, o autor afirma que:

... poder-se-ia dizer que o tema da dualidade urbana da cidade global atualiza, nas condições da economia capitalista dominada pela globalização financeira neoliberal, os esquemas de segregação na cidade capitalista que a Escola de Chicago tinha evidenciado desde os anos 20, e cujos processos de produção foram analisados pela pesquisa urbana neomarxista dos anos 1960-70. (Castells, 1972; Lojkine, 1972; Harvey, 1973).

Ao percorrer as revistas especializadas, ao ouvir as comunicações em palestras internacionais e congressos, só podemos nos surpreender com a aparente comunhão de teses, das referências, do vocabulário, dos métodos mobilizados para o estudo da segregação das cidades, e com a convergência dos olhares dos pesquisadores que remete aparentemente a convergência dos processos sociais... (2004, p. 11).

As cidades de vários países diferentes possuem especificidades próprias que lhes são inerentes, quanto ao tipo de segregação mais atuante, quanto às políticas públicas implantadas para resolver o problema, entre outros aspectos que dão caráter de individualidade a cada uma. As pesquisas não podem, portanto, ter caráter uniformizador.

Préteceille (2004), a partir dessa constatação, demonstra, com algumas interrogações, que não existe a possibilidade de homogeneização de métodos e recortes espaciais nos estudos das cidades. Pois, quais categorias sociais utilizar? Quais os recortes dos espaços urbanos? Quais métodos estatísticos?

Quanto à primeira questão, o referido autor deixa claro que os estudos feitos nos Estados Unidos sobre segregação enfatizam mais questão racial - a formação de guetos de negros e latinos, principalmente. Enquanto na França os estudos são realizados mais em função de diferenças socioeconômicas. No caso brasileiro, as pesquisas são mais realizadas sobre as diferenças entre as classes sociais, com raras exceções. No caso inglês, enfocam-se aspectos socioeconômicos, embora tenham crescido as pesquisas sobre segregação nas questões étnico-raciais. Finalizando, o autor coloca que não existe uma categoria melhor ou pior, a priori, para ser estudada, mas sim, que se deve levar em conta o problema social e a hipótese levantada pelo pesquisador.

Na segunda questão, Préteceille destaca um duplo problema a ser analisado, qual seja o conjunto a ser analisado e as unidades espaciais elementares a serem comparadas.

Por fim, o mesmo autor analisa qual o melhor método utilizar no estudo da segregação e, para tanto, distingue dois tipos de abordagens que podem ser utilizadas: a primeira trabalha com índices globais de dissimilaridade que comparam duas categorias nas unidades espaciais a serem estudadas. O

segundo é o índice de segregação que compara a distribuição de uma categoria em relação ao restante da população.

Fazendo uma comparação da aplicação da análise fatorial utilizada nas pesquisas nos Estados Unidos e na França, o francês ainda chama a atenção para o perigo de se usar métodos estatísticos que possam “esconder”, ou então, “superficializar” a realidade. Observa-se que, apesar dessas abordagens, Edmond Préteceille não entra na discussão sobre o conceito de segregação.

Também em trabalho recente, Peter Marcuse (2004) analisa o problema da segregação através da análise diferencial em relação ao tipo de segregação socialmente aceitável e o indesejável. Num segundo momento também discute e tenta esclarecer qual é o papel desempenhado pelo Estado na produção das formas de segregação possíveis.

Seu artigo divide-se, então, em quatro partes muito relevantes. Começa pela definição formal do que é a segregação, a seguir passa-se à análise das origens das aglomerações, num terceiro momento analisa o papel do Estado como agente influenciador e produtor da segregação e, por último, sugere como e por qual meio o Estado poderia acabar com a segregação.

Seguindo as idéias de Marcuse, temos a seguinte definição, em termos de processo: “Segregação (segregation) é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto” (2004, p. 24).

Segundo o autor, nenhum padrão urbanístico poderia ser adotado sem a participação do Estado, seja ele segregador ou não. Isto se dá através de leis que garantam o direito à propriedade privada contra invasões e que usem o aparato coercitivo (polícia, tribunais etc) do Estado para controlá-las. Além da implantação de toda infraestrutura mínima, como estradas, ruas, asfaltamento, iluminação pública, cobrança de impostos entre outros. Desta forma:

Está, pois, claramente, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação. Assim, se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado” (MARCUSE, 2004, p. 30).

Na última parte de seu texto, são sugeridas algumas políticas alternativas para a atuação do Estado, como respostas à segregação.

Finalizando, vale ressaltar que o texto ainda chega à conclusão de que o Estado possui um estreito laço de articulação com as classes altas e, para isso, Marcuse destaca o papel do poder público em

algumas cidades americanas. Ele mostra a influência exercida nas formações de guetos de negros e na suburbanização dos brancos de alta renda, na formação de bairros próprios e bem equipados, contando inclusive, com acesso fácil através de vias rápidas de circulação. Este papel do Estado em controlar a segregação a favor da classe de maior renda também é abordada, como veremos mais adiante, em Villaça (2000) e Caldeira (2000).

O BRASIL E A AMÉRICA LATINA

No âmbito dos estudos latino-americanos, a análise do processo de segregação encontra mais campos de discussões e pesquisas na categoria socioeconômica.

É através de trabalhos como de Oscar Yujnovsky apud Correa (1999), que podemos entender objetivamente como ocorreu o processo de “construção” da segregação socioespacial no continente. Segundo o autor, a cidade latino-americana passou por três períodos de padrões de segregação. O primeiro está entre o séc. XVI a 1850, aproximadamente, compreendendo quase todo período colonial e caracteriza-se pela centralidade das moradias da classe alta. Nesta fase, a segregação está legitimada pela Lei das Índias, semelhante ao padrão proposto por Kohl.

O segundo está localizado temporalmente em torno de 1850 a 1930, momento em que a sociedade já alcança um nível de desenvolvimento satisfatório de locomoção, com o aparecimento de bondes e trens. Isto favorece, entre outras coisas, a mudança do padrão de habitação da sociedade, permitindo que a classe alta possa morar mais distante do centro. Ela abandona suas casas nessa região, as quais passam agora a serem ocupadas por pessoas de baixa renda, formando-se cortiços próximos aos locais de trabalho da baixa renda.

E, por fim, o terceiro período, que se inicia mais ou menos em 1930, vê acentuar as preferências da classe alta por determinadas áreas dotadas de amenidades, paralelamente ao grande fluxo migratório que caminha em direção às cidades, composto principalmente de trabalhadores rurais. Estes trabalhadores, na maioria das vezes, expropriados de suas terras, acabam por chegar às periferias, através da formação de loteamentos populares, favelas e conjuntos habitacionais financiados pelo Estado.

Entretanto, atualmente, este modelo centro–periferia (paradigma que sobreviveu dos anos 1940 a 1980) tem sido muito contestado pelo modelo fractal, que apresenta uma aproximação física entre as classes sociais, porém, um grande distanciamento psicológico e social, como afirma Caldeira (2000, p. 211):

Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto.

Ainda no contexto da América Latina, destacam-se os trabalhos de Sabatini (1998); Sabatini, Cáceres e Cerda (2001); Vignoli (2001); Luco e Vignoli (2003), sobre as cidades chilenas, e Roitman (2003) sobre Mendoza, na Argentina.

Segundo Sabatini, Cáceres e Cerda (2001), o padrão da segregação latino-americana, nas últimas décadas, tem se caracterizado por ser de grande escala. Ao longo do séc. XX, as famílias de maior poder aquisitivo foram se concentrando somente em uma área de crescimento em forma de cone, mantendo-se unidas ao centro tradicional, enquanto os grupos mais pobres tenderam a se aglomerar em extensas zonas de pobreza cada vez mais longínqua e mais mal equipada. Trabalhos como o de Villaça (2000) confirmam essa tese. Os autores criticam os trabalhos que são feitos sobre o tema, principalmente porque, segundo eles, padecem de pesquisa empírica e são reducionistas, o que é típico do viés estruturalista, por tratarem quase que exclusivamente de estudos de casos, principalmente de condomínios fechados. No campo conceitual, os estudos supõem que a segregação espacial é um simples reflexo da diferenciação social, ou seja, o espaço funcionaria apenas como um “espelho” das desigualdades sociais.

Concluem, dessa forma, que o espaço cumpre um outro papel, com a segregação espacial: o de funcionar como uma espécie de “curinga” para os segmentos sociais que se sentem ameaçados em relação a sua identidade social.

Ao entrarem na discussão sobre definições e conceitos, a segregação socioespacial é definida como:

grado de proximidad espacial o de aglomeración territorial de las familias pertenecientes a un mismo grupo social, sea que éste se defina en términos étnicos, etarios, de preferencias religiosas o socioeconómicos, entre otras posibilidades. A qual é apresentada em três dimensões principais: (1) la tendencia de los grupos sociales a concentrarse en algunas áreas de la ciudad; (2) la conformación de áreas o barrios socialmente homogéneos; y (3) la percepción subjetiva que los residentes tienen de la segregación ‘objetiva’ (las dos primeras dimensiones) (2001, p. 06).

O padrão de segregação residencial das cidades latino-americanas acompanha a definição de Castells (1983) sobre a tendência de grupos socialmente homogêneos concentrarem-se numa mesma região da cidade. As duas primeiras dimensões parecem bastante próximas, mas a tendência de aglutinação de grupos sociais numa mesma área da cidade não significa que o bairro será completamente homogêneo. Quanto à terceira dimensão, a dimensão subjetiva que a população pobre tem da realidade objetiva da segregação é a da marginalização, da exclusão social, o que acaba causando a desintegração social da família e da vida em comunidade em relação ao bairro em que mora. Assim, a relação de vizinhança vai perdendo o sentido e cada vez mais as pessoas tendem a isolar-se em suas casas, perdendo totalmente os laços de amizade e solidariedade coletiva. O bairro operário torna-se apenas um lugar para descansar e a vida já não se passa mais na casa, mas sim, na cidade.

Em texto da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), Jorge Rodríguez Vignoli (2001) analisa o conceito de segregação, métodos de medição e interpretação; examina os vários procedimentos metodológicos para medi-la; elabora e ilustra um procedimento e sua variação para medir a segregação socioeconômica e, por fim, aplica este procedimento no aglomerado metropolitano da Grande Santiago do Chile.

Caminhando na mesma direção de Sabatini, Cáceres e Cerda (2001), Vignoli define segregação na Sociologia e na Geografia.

En términos **sociológicos**, segregación significa la ausencia de interacción entre grupos sociales. En un sentido **geográfico**, significa desigualdad en la distribución de los grupos sociales en el espacio físico. La presencia de un tipo de segregación no asegura la existencia del otro. (2001, p. 11)

Sonia Roitman (2003, p. 06) num texto intitulado *Barrios Cerrados y Segregación Social Urbana*, chega à seguinte definição: “...La segregación social urbana puede entenderse como la separación espacial de los diferentes grupos sociales en una ciudad o un área geográfica de acuerdo a diferencias étnicas, religiosas, de ingresos, etc”. Roitman pondera que a segregação aumenta as diferenças e divisões sociais, reduz as oportunidades de trabalho e aumenta a vulnerabilidade social. Não se trata somente de separação de outros grupos sociais, mas, também, de recursos e serviços (empregos, serviços sociais, infraestrutura etc) e, neste sentido, a segregação espacial pode conduzir a exclusão social.

No caso brasileiro, ao abordar a questão urbana, percebe-se que o foco de análise recai sobre o estudo do processo de desenvolvimento capitalista periférico, onde as cidades tornam-se um reflexo desse processo.

Os problemas urbanos brasileiros começam principalmente a partir da criação da Lei de Terras de 1850, que criou restrições ao acesso da terra para as camadas de renda mais baixa da população. Houve também a emergência do trabalho livre, a partir de 1888, que manteve o status e o privilégio das elites brasileiras, já muito beneficiadas pelo império. Maricato (1997) afirma que a lei, apesar de ser muito conhecida por criar valor de troca para o solo rural, também o fez em relação ao solo urbano. A autora lembra que esta lei diferencia pela primeira vez na história brasileira o que é solo público e solo privado.

Com a intensificação do modelo agroexportador no século XIX, baseado principalmente na cultura do café e numa industrialização incipiente, começou a predominar a idéia nos grandes centros urbanos de que o Brasil não poderia ter cidades que refletissem o atraso econômico e tecnológico do país, mas sim, fazer frente às cidades mais desenvolvidas da Europa.

As reformas realizadas no final do século XIX e início do século XX lançaram modelos estéticos e paisagísticos de embelezamentos das cidades e de ocultamento da pobreza. Para isso, ocorreu a regulação da atuação de alguns instrumentos urbanísticos, como a legalização de atuação do mercado imobiliário, implantação de projetos de saneamento ambiental e paisagismo, enquanto a população de baixa renda era expulsa para as áreas mais afastadas da cidade. Era a conjugação do modelo de embelezamento das cidades e segregação socioespacial das camadas mais pobres da sociedade (Ibidem, 1997).

No início da década de 30, o país passou por um significativo processo de industrialização e urbanização, sobretudo, causado pela crise econômica mundial e, conseqüentemente, pela Revolução Política imposta por Getúlio Vargas (SCHMIDT e FARRET, 1986). Esses processos tiveram um papel muito importante na implementação da produção de mercadorias e na alteração da relação capitalista da reprodução da força de trabalho assalariado no país, o que ajudou no processo de crescimento urbano desigual e segregado.

Assim, com o final da Segunda Grande Guerra, o aumento do assalariamento, o acesso fornecido pelo Estado à terra longínqua e barata da periferia (transporte, água, luz...), a industrialização, somados à crise do aluguel de 1940 e às frágeis políticas habitacionais do Estado, tornaram o trinômio loteamento popular/casa própria/auto-construção a forma predominante de aquisição da casa própria pela classe trabalhadora (MAUTNER, 1991).

Os estudos sobre a política habitacional implementada pelo Estado desde então nos mostra uma participação apenas simbólica deste, dado o resultado limitado de construções de unidades habitacionais, sobretudo para a classe de menor renda da população.

Segundo Maricato (2000), o Brasil como a maioria dos países da América Latina, apresentou um alto índice de crescimento de sua população urbana, a partir principalmente da segunda metade do século XX. Segundo a autora, a população urbana que, em 1940, era de 26,3% do total, ou seja, 18,8 milhões de habitantes, passou, no ano de 2000, para 81,2%, em números absolutos para 138 milhões. Em apenas sessenta anos a população urbana cresceu 54,9% (120 milhões de pessoas).

O crescimento urbano, portanto, aconteceu por meio da exclusão social e segregação socioespacial. Desde o aparecimento do trabalhador livre para servir como força de trabalho nas nascentes indústrias brasileiras, as cidades ganham nova dimensão e tem início o problema da habitação e da segregação residencial no país.

O fenômeno de periferização e segregação socioespacial neste período são marcados pela divisão social do espaço, que, segundo Lipietz (1988), na cidade capitalista é caracterizada:

- Pela localização de lugares específicos para produções manufatureiras, determinadas pela proximidade das matérias-primas e dos meios de comunicação. A cidade torna-se o terreno das externalidades. Ao mesmo tempo em que se constituem locais de comando dos negócios econômicos, financeiros e políticos.
- Uma enorme concentração de proletários, que se deslocam em função da oportunidade da continuação da reprodução de sua força de trabalho. Sua habitação é um “custo social da exploração” de seu trabalho, o que, ainda segundo o autor, gera duas conseqüências:

1. A divisão técnico-econômica do trabalho que se desdobra posteriormente em divisão técnico-econômica do espaço (D.T.E.). Lugares distintos para a fábrica, o escritório, o depósito, entre outros.

2. A divisão social do trabalho que se desdobra em divisão social do espaço. Também com locais distintos para habitação de empresários, engenheiros, patrões, trabalhadores, etc.

A divisão social do espaço (D.S.E.) se torna possível graças à evolução do sistema de transportes coletivos, de automóveis, do elevador, entre outros instrumentos que permitem a existência de imóveis em localizações diferenciadas para a classe alta em relação aos mais pobres. Desta forma, o binômio que existia entre segregação/distância pode ser substituído por segregação/D.S.E.

A segregação socioespacial age diretamente nas possibilidades de exercício da cidadania, com efeito, as desigualdades existentes refletem-se no acesso às políticas públicas, em razão de sua localização espacial, da renda monetária e o bem-estar-social. Por isso:

Desde o célebre trabalho de Harvey (1973) sobre a cidade e a justiça social, entendemos que a dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, como também se constitui em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades das oportunidades de participar na distribuição da riqueza gerada na sociedade. Para os países da América Latina, esta concepção da segregação sócio-espacial fundou o conceito de “espoliação urbana” (Kowarick, 1980) pelo qual colocava-se em evidência a existência nestas sociedades de particulares processos político-territoriais e sócio-territoriais de distribuição perversa da riqueza, cujo fundamento era justamente a baixa efetividade da democracia ou mesmo a sua inexistência (RIBEIRO e SANTOS JUNIOR, 2003, p. 84).

As contradições verificadas nas cidades ao longo do processo de urbanização baseados na autoconstrução, em favelas e loteamentos sem infraestruturas adequadas, alicerçadas na prevalência da especulação imobiliária sobre o direito à cidade foram denominadas de espoliação urbana, a qual se intensificou diante da política econômica recessiva dos anos 1980 e 1990 no Brasil (HUGHES, 2004).

Ainda segundo o autor:

A rigor, os processos de segregação socioespacial na cidade estão estreitamente relacionados com a precarização do mercado de trabalho e o desemprego, que afetam mais que proporcionalmente as camadas mais pobres, menos escolarizadas e que tiveram menos meios de resistir àquilo que se pode denominar de diáspora da classe trabalhadora. Este processo, associado à dinâmica especulativa de valorização do solo urbano e aos sentidos do investimento do capital imobiliário, incide sobre as condições e opções de moradia da população, o que, desde os anos 80, leva à expansão demográfica crescente das periferias em contraposição com o esvaziamento populacional nas áreas centrais (bem servidas por infra-estrutura) e à redistribuição das camadas mais ricas da população para novas fronteiras de ocupação delineadas pelos sentidos do investimento do mercado imobiliário (HUGHES, 2004, p. 94).

A segregação socioespacial tornou-se corrente no espaço urbano, consolidando as diferenças e contradições no investimento do Estado nos bairros das diferentes classes sociais que os disputam, relegando a um segundo plano as classes mais pobres da sociedade e aumentando a precariedade da forma como vivem, sem que o Estado consiga de alguma maneira intervir.

Estudando pesquisas realizadas a partir de 1980, em uma importante resenha intitulada *Avaliação Crítica dos Trabalhos sobre Segregação Residencial Urbana – São Paulo e Rio de Janeiro*, Luciana Corrêa Lago (s/d) analisa e discute através de diversas obras o conceito de segregação, as dimensões em que este é utilizado, traça um paralelo entre teoria e pesquisa empírica e aponta algumas dificuldades de aplicações metodológicas encontradas.

No caso da noção de segregação, uma primeira evidência encontrada é a ausência da discussão do conceito de segregação espacial urbana. Na qual aponta dois pressupostos teóricos de extrema relevância que deixaram de serem explorados. A primeira é se o processo de segregação está sendo legitimado pelo Estado ou pelo mercado imobiliário. Alguns autores em seus trabalhos comungam da idéia de que é o mercado que controla o padrão da segregação através do uso do solo urbano. O Estado – ordem institucional – estaria subordinado a este (Cardoso e Ribeiro, 1996; Abramo e Faria, 1998; Smolka, 1992; Lago, 2000; Vêras, 1992). A visão institucional trabalha com a idéia de que existe um novo padrão de segregação legitimado pelas normas legais, o qual se caracterizaria, por exemplo, pela implantação de condomínios fechados e formação de guetos (Caldeira, 2000). A segunda questão levantada pela autora é a falta de delimitação na diferenciação entre “segregação” e “autossegregação” nos estudos analisados, o que poderia remeter a uma melhor compreensão da dinâmica imobiliária entre oferta e demanda.

A seguir, Lago (s/d) analisa diferentes dimensões que são dadas à definição do termo “segregação”. E constata que todos os trabalhos discutem a segregação através de uma perspectiva objetiva do fenômeno, como algo dado e não relativo. Também é verificado que a maioria dos trabalhos utilizou o termo segregação de forma imprecisa, sem uma definição clara, exceção feita a Villaça (1997) que expôs de forma explícita o conceito.

No balanço feito entre a teoria e a pesquisa empírica, a maioria utilizou em seus estudos a visão “panorâmica”, a totalidade da cidade e o enfoque quantitativo, através, principalmente, de dados censitários. Outra característica destes estudos é a predominância dada ao enfoque das causas da segregação e não os efeitos produzidos por ela na sociedade. Uma parte dos textos usou a perspectiva dos efeitos da globalização e do neoliberalismo sobre estrutura social, o que criou uma relação de dualidade entre segregação e exclusão social, sem, no entanto, definir o conceito desta última.

Dos trabalhos avaliados (Abramo e Faria, 1998; Caldeira, 2000; Cardoso e Ribeiro, 1996; Ferreira, 1987; Lago, 2000; Preteceille e Valladares, 2000; Ribeiro, 2000; Rolnik, 1990, Silva, 2000; Smolka, 1992; Sposati, 1996; Taschner, 2000; Telles, 1994; Vêras, 1992; Villaça, 1997), a maioria utilizou dados censitários do IBGE e a renda para definir grupos através da divisão intraurbana “oficial” de grandes áreas. Lago, no entanto, coloca restrições ao uso da renda como indicador socioeconômico face às instabilidades econômicas que incidem sobre os salários e a renda dos assalariados, definindo como melhor opção a utilização da categoria ocupacional, que, segundo ela, seria mais “estável” para a definição de grupos.

Sobre este último aspecto, conclui-se que o melhor é utilizar três índices de forma conjunta, a renda, a ocupação e o nível de instrução. Separados eles podem exprimir um resultado pouco confiável, mas analisados conjuntamente podem fornecer resultados mais bem elaborados (PASTERNAK, 2004).

No tocante à definição do conceito de segregação, embora este esteja longe de ser consensual, Manuel Castells (1980) é bastante esclarecedor. Assim, para fins de conceitualização, considera-se segregação como a tendência à separação das classes sociais no espaço, com uma forte homogeneidade interna e uma grande diferença externa entre ambas (CALDEIRA, 2000; VILLAÇA, 2001; PASTERNAK, 2004; TORRES, 2004). Considera-se, ainda, como um fenômeno essencialmente espacial, e não como um mero reflexo das diferenças sociais, mas um espaço que é produzido e organizado de acordo com os interesses das diferentes classes. Parte-se do pressuposto que é a desigual distribuição espacial das classes sociais que causa o aumento das diferenças sociais e, a partir do momento que esta distância social adquire uma expressão espacial através da estruturação do espaço urbano, acontece a segregação socioespacial. Portanto, concorda-se com Sabatini (2001, p. 03) quando diz que “... debemos distinguir segregación residencial, un fenómeno espacial, de desigualdades sociales, un fenómeno social. (...) Cuando hay movilidad social, las diferencias entre grupos sociales, lo mismo que sus identidades, son poco claras”.

Na visão de Peter Marcuse (2004), existem dois tipos de segregação, a “voluntária” e a “involuntária”. A “involuntária” acontece quando uma determinada pessoa ou parcela da população se vê obrigado pelas mais diversas razões (impostos, especulação imobiliária, preço do aluguel e de moradias etc) a habitar um determinado espaço, como por exemplo, as favelas existentes nas metrópoles brasileiras e latino-americanas. E, não como na visão de Robert Park (1916), como já citado, que via nisso um processo “natural” de distribuição da sociedade no espaço. A voluntária se dá através da ratificação social, econômica e cultural de uma determinada classe social quando esta se vê “ameaçada” por outras camadas sociais em relação a sua identidade, enquanto classe dirigente social e política. Portanto, para ratificar tal situação, a saída encontrada tem sido a autosegregação que, para fins de pesquisa, no presente trabalho será entendida como auto-segregação das classes altas, através dos chamados “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000).

Desse modo, então, tanto a segregação involuntária das classes de renda mais baixa, quanto a autosegregação da classe de renda mais elevada, acaba por determinar certa deterioração nas relações sociais entre ambas, principalmente no que concerne aos espaços de utilização pública, acirrando ainda mais o distanciamento social e de interação.

Tereza Pires Caldeira (2000), em livro intitulado *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, analisa este novo padrão de organização espacial nas metrópoles brasileiras – que também está presente nas cidades médias – baseado na autosegregação da classe alta, a qual, cada vez mais, tem se dirigido para as periferias em busca de segurança, qualidade de vida, lazer, conforto e status.

Caldeira (2000) destaca três padrões de segregação na cidade de São Paulo. O primeiro que se estende desde fins do século XIX até 1940, caracterizado pela cidade mais concentrada em torno de seu núcleo central, com uma maior proximidade entre ricos e pobres, apesar de já existir segregação entre ambos. O segundo estende-se de 1940 a 1980, assinala um novo padrão de segregação baseado no aumento das distâncias físicas e sociais entre as classes, com maior dispersão entre si, onde os mais pobres cada vez mais são “expulsos” para a periferia subequipada. Este modelo, baseado na relação centro-periferia, seria resumido pelo modelo radial-concêntrico.

Por último, o período compreendido após a década de 1980, seria caracterizado pela maior proximidade espacial entre as classes sociais, através de uma maior dispersão da classe alta pela periferia e da difusão da classe pobre pelas áreas mais nobres da cidade, principalmente com a criação de favelas, mas que não significa proximidade social entre ambas. É neste contexto que se acentua a autosegregação da classe de renda mais alta nos “enclaves fortificados” (BICHIR, 2006).

Vale destacar na obra de Caldeira (2000) a dimensão espacial que a segregação adquire através da maior proximidade entre os grupos sociais. A decisão de se isolar pela construção de muros, cercas eletrificadas, segurança, fechando bairros inteiros e, também, construindo condomínios fechados vai além do medo da violência.

Isso acontece quando a classe mais alta começa ir para a periferia, contudo, isso não significa a inexistência ou a diminuição da segregação, ao contrário, pode inclusive causar um aumento do acirramento das relações sociais e espaciais entre as diferentes classes (VILLAÇA, 2001). Neste contexto, o Estado adquire um papel crucial, porque acentua a segregação através de legalizações para instalação de condomínios fechados, cercamento de bairros, suburbanização da classe alta, facilitação de transporte, entre outros mecanismos que facilitam a segregação.

O papel do Estado, sua articulação e sua relação de subordinação com a classe dominante são estudadas por Villaça (1997, 2000), que destaca três esferas de controle da produção e consumo do espaço urbano por esta classe:

1. Esfera Econômica: através do controle do mercado imobiliário, que atende os desejos de localização espacial da classe dominante.
2. Esfera Política: ocorre pelo controle do Estado, que se manifesta de três maneiras:
 - Controle sobre a localização da infraestrutura urbana.
 - Controle da localização dos aparelhos do Estado.
 - Controle da legislação de uso e ocupação do solo urbano.
3. Esfera Ideológica: através do desenvolvimento de idéias dominantes que visam auxiliar, em determinados momentos, a dominação da sociedade e aceitação por parte desta de seus ideais.

Na esfera econômica, pode ser citado o exemplo que o autor dá ao direcionamento do crescimento do centro tradicional da cidade, que sempre está voltado para a mesma direção de crescimento da classe alta. Podendo formar, inclusive um novo centro, deixando o antigo para a classe de menor renda. Na esfera política, os aparelhos estatais estão, na maioria das vezes, localizados próximos dos bairros abastados, facilitando sua atração por esta classe, que usa a infraestrutura e a legislação urbana para controlar o uso do solo urbano e construir todo aparato necessário para se localizar nas melhores áreas da cidade e para tornar mais fácil a acessibilidade a todas as regiões do espaço urbano.

Por fim, na esfera ideológica, a classe alta “vende” suas idéias e seus ideais de vida urbana para o restante da população, ao usar de duas premissas básicas: *naturalização dos processos* e a *universalização do particular*. A naturalização dos processos pode ser exemplificada com a deterioração do centro tradicional, ou seja, isto quer dizer que o centro envelhece de acordo com um processo natural e não pelo seu abandono pela classe dominante, por isso, a necessidade de surgimento de um novo centro. A segunda pode ser caracterizada ideologização do particular, para a área que é ocupada pela classe dominante, a qual, por sua vez, constitui a minoria da população da cidade.

Entretanto, para entender o processo de segregação deve ser compreendido o seu papel de estruturação do espaço urbano e, portanto, deve ser analisada não a escala de bairros, mas, de maneira mais abrangente. Tal estruturação resulta dos conflitos entre classes em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano, em torno da própria apropriação do espaço enquanto produto do trabalho. Assim, sem o processo de segregação socioespacial, o controle do espaço urbano, no tocante a sua produção e o seu consumo, não poderia acontecer pela classe dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate contemporâneo sobre segregação socioespacial nas cidades tem demonstrado que este é um fenômeno de múltiplas facetas e que depende da realidade socioeconômica, política e cultural de cada país. Assim, de acordo com as leituras realizadas, é possível encontrar vários tipos de segregação como, por raça, religião, idade, sexo, etnia, situação civil, por classes, socioeconômico entre outros.

No caso do Brasil, a maioria das pesquisas demonstra que o principal tipo de segregação encontrada é socioeconômica, onde as classes sociais se distribuem de forma desigual no espaço urbano das grandes e médias cidades. Desta forma, surge uma estrutura urbana dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, onde as elites podem controlar a produção e o consumo da cidade, através de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário, excluindo e abandonando a população de baixa renda a própria sorte.

Em suma, como já demonstrado o espaço é utilizado não como um mero reflexo das condições sociais, mas como um condicionador dessas. Parte-se do fato que é a desigual distribuição espacial dos segmentos sociais que causam o aumento das diferenças sociais, isso acontece quando as desigualdades sociais são estruturadas no espaço e adquirem uma feição espacial.

Sendo assim, a estrutura urbana também revela e reproduz as desigualdades no que concerne à distribuição do poder social na sociedade, entendido aqui como a capacidade diferenciada de cada grupo da sociedade possui em se localizar em determinados espaços.

BIBLIOGRAFIA

BICHIR, Renata Mirandola. Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 2006. (Dissertação de Mestrado).

BUENO, Edir de Paiva. A Segregação Sócio-Espacial: A (Re) Produção de Espaços em Catalão – GO. Rio Claro: DGE/UNESP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000.

CAMPBELL, John S. Reacciones Libertarias ante los puntos de vistas marxistas: comentário a David Harvey. In: GEO CRÍTICA: Geografia Y Teoria Revolucionária II. Barcelona, ano I, n. 05, 26 p., Sep. 1976. Universidad De Barcelona.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart. A Segregação Residencial e a Cidade do Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XX. In

<http://scholar.google.com.br/scholar?q=CARDOSO%2C+Elizabeth+Dezouart&hl=pt-BR&lr=&btnG=Pesquisar&lr=> Acesso em 23 Jan. 2007.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORREIA, R. L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. O Espaço Urbano. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Editora Global. São Paulo, 1985.

HARVEY, David. Teoría Revolucionaria Y Contrarrevolucionaria Em Geografia Y El Problema De La Formación Del Ghetto. Revista Geo Crítica. Barcelona, ano I, N. 04, 26 p., Jul. 1976.

_____. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

HUGHES, Pedro Javier Aguerre. Segregação Socioespacial e Violência Na Cidade De São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, 18(4):93-102, 2004.

LAGO, Luciana Correa do (s/d). Avaliação Critica dos Trabalhos Sobre Segregação Residencial Urbana. São Paulo e Rio de Janeiro. In: <www.ippur.ufrj.br/observatorio/textos.htm>

LEFEBVRE, Henry. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIPIETZ, Alain. O Capital e seu Espaço. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1988.

LUCO, Camilo Arriagada; VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política. Santiago: CEPAL, n. 47, outubro 2003. (Serie Población y Desarrollo)

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 24 – 33, jan./jul. 2004.

MARICATO, Ermínia. Habitação e Cidade. In: Espaço e Debate. São Paulo: Atual, 1997.

_____. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, n. 14 (4), pp. 21 – 33, 2000.

MAUTNER, Yvone. A Periferia Como Fronteira de Expansão do Capital. Bartlett School of Architecture and Plannig, UCL. 1991(tese de doutorado).

PASTERNAK, Suzana et al. A Pesquisa sobre Segregação: conceitos, métodos e medições. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 87 – 109, jan./jul. 2004.

PRÉTRECEILLE, Edmond. A Construção Social da Segregação Urbana: convergências e divergências. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 11 – 23, jan./jul. 2004.

QADEER, Mohammad A. Segregação Étnica em uma Cidade Multicultural, Toronto, Canadá. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 34 – 46, jan./jul. 2004.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. Revista eure (Vol. XXIX, Nº 88), pp. 79-95, Santiago de Chile, dezembro, 2003.

ROITMAN, S. Barrios cerrados y segregación social urbana. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(118). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(118\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(118).htm)> [ISSN: 1138-9788]

SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. In: Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 17 de setembro de 2001, vol. VIII, num. 146(123). [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(123\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(123).htm).

SCHMIDT, Benício V; FARRET, Ricardo L. A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.

TORRES, Haroldo da Gama, MARQUES, Eduardo, FERREIRA, Maria Paula et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Estud. av., 2003, vol.17, no.47, p.97-128. ISSN 0103-4014.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A Aplicação do Conceito de Segregação Residencial ao Contexto Brasileiro na Longa Duração. In: Revista Cidades. 2004, v. 1, n. 2, p.259 – 274. ISSN 1679-3625.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa? Santiago: CEPAL, n. 16, agosto 2001. (Serie Población y Desarrollo)

VILLAÇA, Flávio. O Espaço Intra-Urbano no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2000.

_____. A Segregação e a Estruturação do Espaço Intra-Urbano; o caso do Recife (2001). In: www.flaviovillaca.arq.br. Acesso em: 15 fev. 2007.

_____. Efeitos do Espaço Sobre o Social na Metrópole Brasileira. VII Encontro Nacional da ANPUR (1997). In: www.flaviovillaca.arq.br. Acesso em: 15 fev. 2007.

Capítulo 8



10.37423/231008272

O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM MILTON SANTOS: DE UMA GEOGRAFIA VIÚVA DO ESPAÇO A UMA CIÊNCIA ESPACIAL.

Marcel Ribeiro PADINHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



1 – INTRODUÇÃO

A Geografia Brasileira, e em especial, sua epistemologia devem muito há certo geógrafo baiano. Suas teorizações, sejam as desenvolvidas pelo autor e seus colaboradores, sejam as que foram somente lançadas como propostas de investigações possuem um nível de importância analítica primoroso, não somente a Geografia Brasileira, mas a Geografia Sulamericana e até mesmo mundial. Este pensador da ciência geográfica em particular e das ciências da humanidade de modo geral, ainda estar por ser mais bem estudado, posto que muitas de suas ideias careçam de revisão, reformulação ou mesmo, aprimoramento.

Milton Santos é natural de Brotas de Macaúbas-BA, município aonde veio ao mundo no ano de 1926. Quando este era criança ainda, sua família migrou para diferentes cidades, dentre elas: Ubaitaba, Alcobaca e, posteriormente, Salvador. Conta-se que já aos 13 anos, Milton dava aulas de matemática no colégio em que estudava, e que aos 15, passou a lecionar Geografia. Prestou vestibular para o curso de Direito aos seus 18 anos e o fez na cidade de Salvador. Nesta cidade, desenvolveu atividade jornalística, estreitando sua amizade com políticos de esquerda. Quando, ainda, de sua condição de estudante secundário e universitário foi militante político com forte tendência “de esquerda”, como se chamavam pessoas voltadas à defesa do socialismo e do comunismo a época.

Em função de suas atividades políticas junto à esquerda, Milton foi perseguido pelos órgãos de repressão da ditadura militar e condenado a cumprir prisão domiciliar de 06 meses. Após cumprir esta pena, Santos continuou a ser perseguido, isto fez com que ele tivesse que deixar o Brasil buscando refúgio em vários países, retornando ao Brasil somente após 13 anos de exílio.

O conjunto da obra de Milton Santos caracteriza-se por apresentar um posicionamento crítico ao sistema capitalista e aos pressupostos teóricos predominantes na Geografia de seu tempo. O geógrafo baiano conquistou, em 1994, o Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Ciência Geográfica, sendo o único brasileiro a conquistar esse prêmio e o primeiro geógrafo fora do mundo Anglo-Saxão a realizar tal feito. Além dessa premiação, destaca-se também o prêmio Jabuti de 1997 para o melhor livro de ciências humanas, com “A Natureza do Espaço”. Foi professor da Universidade de São Paulo, mas lecionou também em inúmeros países, com destaque para a França.

Como ponto pacífico, afirmamos que não se trata de tarefa fácil percorrer o pensamento do autor, mas aqui nos imporemos este desafio. Para tanto, ciente das limitações deste trabalho, focalizaremos nossa atenção sobre o debate realizado pelo autor no que concerne *ao conceito de Espaço*. Pretende-

se com este artigo, demonstrar como fora se processando o amadurecimento teórico-reflexivo de Milton Santos em relação à proposição do conceito de espaço geográfico. Buscaremos demonstrar aqui os passos percorridos pelo geógrafo Milton Santos, no processo de elaboração e proposição de seu conceito de espaço.

Ou seja, pretende-se aqui, a partir da análise de algumas obras do autor em destaque, averiguar como se deu o processo de proposição e amadurecimento, teórico e conceitual, no que concerne ao conceito de espaço geográfico, ou simplesmente espaço. Para tanto, três obras do autor foram escolhidas como forma de subsidiar nossa análise, são elas: “Por uma Geografia Nova”, “Pensando o Espaço do Homem” e “Espaço e Método”. As leituras obedeceram a uma ordem cronológica e se focaram nas discussões sobre o espaço. Não entramos no mérito de realizar aqui, uma reflexão mais aprimorada no que se refere ao percurso metodológico adotado por Santos, mas, a tão somente, apresentar como em suas obras, o autor foi concebendo e conceituando o espaço.

Entendemos que a síntese, ou o núcleo duro, de suas elucubrações sobre o espaço estão reunidos nessas obras além das não menos importantes, “Metamorfose do Espaço Habitado” e “A Natureza do Espaço”. E que, é possível acompanhar, de maneira cuidadosa e paulatina, o amadurecimento das reflexões do geógrafo em destaque. É notório, a partir da análise das obras escolhidas, que Milton sofre influência de muitos teóricos importantes em sua formação, tais como: Karl Marx, Jean Paul Sartre, Lucien Goldman, Jean Bhunhes, Henri Lefebvre, Maximilien Sorre dentre outros. Não temos dúvida que as reflexões destes auxiliaram Santos no desenvolvimento de seus postulados sobre o espaço geográfico e o papel do homem, ou dos homens, neste.

Porém, tendo vista as limitações deste trabalho, não nos prenderemos a análises mais pormenorizadas destes autores e de suas influências, faremos sim, um recorte bem definido acerca da categoria escolhida como mestra por Santos, o Espaço. A fim de identificar, o elo que o autor estabelece entre Espaço, Técnica e Tempo. Promovendo a partir daí, uma verdadeira revolução, em nossas teorizações sobre a relação, cada vez mais complexas entre sociedade-natureza e os desdobramentos que este debate, levantado e posto a discussão por Santos nos rendeu. Antes de prosseguirmos, entretanto, é importante, mesmo que de maneira objetiva e breve, distinguir conceito de categoria.

Para Sposito (2004) a partir das contribuições de Japiassu e Marcondes (1990 *apud* Sposito, 2004), o **conceito**, de maneira geral, pode ser entendido como sendo uma noção abstrata ou ideia geral, designando, seja um objeto tido como único, seja uma classe de objetos, e do ponto de vista lógico, o conceito é caracterizado por suas extensões e por sua compreensão. Os conceitos são superados ou

transformados por conta das alterações que ocorrem de maneira contínua na forma de pensar da sociedade, por várias razões: desenvolvimento tecnológico, aculturações, conflitos de interesses, novos conhecimentos elaborados etc.

Já o termo **categoria**, segundo os mesmo autores mencionados no parágrafo anterior, é frequentemente tomado como sinônimo de noção ou de conceito e designa, mais adequadamente, a unidade de significação de um discurso epistemológico. Para Aristóteles, as categorias são as diversas maneiras de se afirmar algo acerca de um sujeito. Para Kant, a categoria refere-se a como o ser humano busca conhecer-compreender o mundo a sua volta. Kant busca assim designar os conceitos do entendimento puro. Já para Hegel as categorias representam essências ideais, capazes de exprimir os momentos correspondentes da ideia absoluta, assim como os graus de seu desenvolvimento dialético (Japiassu e Marcondes, 1990, p. 45 *apud* Sposito, 2004, p. 62).

Na Dialética, as categorias, são tratadas ora como pares contraditórios ora como elementos de uma tríade. São, portanto, elementos que fazem parte de sua estrutura e que compõe seu movimento. As principais categorias dentro de uma proposição dialética são: matéria e consciência; singular, particular e universal; particular, movimento e relação; qualidade e quantidade; causa e efeito; necessário e contingente; conteúdo e forma; essência e fenômeno; possibilidade e realidade. A esse conjunto de categorias, quando do trato sobre a Geografia, é importante acrescentar e dá evidência ao espaço e ao tempo (para vê mais sobre o assunto consultar “Sposito 2004”). Dito isto, vamos aos livros. O primeiro a ser analisado será “Por uma Geografia Nova”.

2 – DA GEOGRAFIA VIÚVA DO ESPAÇO, AO ESPAÇO COMO INSTÂNCIA SOCIAL

As discussões que Milton Santos manteve junto a alunos e colegas entre os anos de 1974 e 1977 foram decisivas no processo de amadurecimento da maior parte das ideias expostas pelo autor em seu livro “Por uma Geografia Nova” (publicado originalmente no ano de 1978). Os objetivos maiores deste livro, que está organizado em três partes são: a) fazer uma crítica ao papel que cumprem a Geografia e os geógrafos até o momento tratado (fins dos anos 1970). Momento este, que para Santos é de pouca validade teórica, de análise e contribuição política transformadora por parte da Geografia que se praticava; b) colocar como centro de discussão, no processo de elaboração de uma geografia renovada e com valor social expressivo, um debate sobre a categoria Espaço e, pensar este como sendo o objeto da ciência geográfica. Segundo Santos

“quando propugnamos uma nova geografia, isso pode, à primeira vista, parecer uma enorme pretensão, como se nos dispuséssemos a inventar o novo, A verdade, porém, é que tudo está sujeito à lei do movimento e da renovação, inclusive as ciências. O novo não se inventa, descobre-se (p.18)”.

Para Santos (2002), quando há mudanças nas condições gerais de realização da vida social e/ou, quando se alteram a interpretação de fatos particulares concernentes à existência do homem e das coisas, todas as disciplinas científicas são obrigadas a realizar atualizações, ou mesmo, novas leituras do mundo, para que desta feita, o presente e não mais o passado, sirva como uma explicação coerente àquela parcela da realidade que se pretende analisar. Ou seja, ou as ciências (inclusive a geografia) se atualizam mediante atualização das condições de existência, ou ficam pra trás. Milton dispara,

“[...] se a geografia não foi capaz de ultrapassar esta deficiência, é porque esteve sempre muito mais preocupada com uma discussão narcísea em torno da geografia como disciplina ao invés de preocupar-se com a geografia como objeto. Sempre, e ainda hoje, se discute muito mais sobre a *geografia* do que o *espaço*, que é o objeto da ciência geográfica. Desse modo, o esforço de conceitualização era feito, sobretudo, de fora do objeto da ciência e não de dentro [...]” (p.18).

Prepotência e sono intelectual este que Santos tenta superar em “Por uma Geografia Nova”. Obra dedicada dentre outras coisas a debater *O Espaço Humano*. A tese sustentada por Milton Santos na referida obra “é a de que, ao se tornar produtor, isto é, um utilizador consciente dos instrumentos de trabalho, o homem se torna ao mesmo tempo um ser social e um criador de espaço” (p. 21). Para o autor, a construção do espaço é dada a partir de um cenário de contradições entre os fatores e as relações de produção, cujos marcos, no tempo, são as diversas etapas da Divisão Internacional (e interna: nacional, regional e local) do Trabalho. A expansão da divisão do trabalho corresponde ao apartamento, à fragmentação, no espaço, das diversas instâncias do processo produtivo, com a valorização diferente, segundo distintos períodos, dessas mesmas instâncias. Pode-se depreender a partir de suas arguições, a forte influência do marxismo em suas reflexões.

As noções de tempo (tempos), periodização e totalidade (social e espacial) se fazem presente como estruturas basilares de suas reflexões. Afirma Santos (2002) que,

“A noção de tempo social leva a noção de periodização da história e essa necessidade epistemológica provém do fato que a História é, a um só tempo, contínua e descontínua. A categoria modos de produção permite essa periodização. Ela é, todavia, insuficiente, porque dentro de um tempo existem tempos. O tempo do modo de produção é universal; daí impõe-se igualmente considerar o tempo do Estado-Nação, que permite analisar a articulação entre a divisão internacional do trabalho e a divisão interna do trabalho e assegura o estudo do jogo entre as forças internas e as forças externas de modelagem da sociedade e do espaço. A noção

de um tempo empírico é a única capaz de ser compatibilizada com a noção de um espaço objetivo. Ela deve permitir que se trabalhe, finalmente, em termos de sistemas espaço-temporais [...]”. (p. 22)

No que se refere à totalidade espacial, esta é vista como um ser cuja existência, em última instância, é garantida por meio do espaço total. O estudo da totalidade social é associado, assim, à análise de um espaço em processo de constante modificação. Às alterações da sociedade obedecem a cisões que transformam a organização espacial de maneira intensa. “Esses dois movimentos conjugados somente podem ser analisados através de categorias que sejam ao mesmo tempo, categorias da realidade. Forma, função, processo e estrutura serão, pois, tratados como categorias de análise e categorias do real, imbricadas e interdependentes [...]” (Santos, 2002, p. 23). Nota-se que já se fazem presentes aqui (na obra *Por uma Geografia Nova*), proposições analíticas só posteriormente (na obra “*Espaço e Método*”) desenvolvidas pelo autor.

Milton enfatiza ainda, que

“A preocupação que nos guia neste livro, que é apenas uma etapa da tarefa que nos impomos, é retomar, pela raiz, a problemática do espaço, começando pela análise do trabalho feito até hoje por diferentes escolas do pensamento geográfico, para propor, finalmente, uma linha de estudo baseada nas realidades atuais e que seja, ao mesmo tempo, uma teoria e uma epistemologia.

Nossa ambição é fornecer, ao mesmo tempo, a explicação da realidade espacial e os instrumentos para a análise. Acreditamos que uma teoria que não gera, ao mesmo tempo, a sua própria epistemologia, é inútil porque não é operacional, do mesmo modo que uma epistemologia que não seja baseada numa teoria é maléfica, porque oferece instrumentos de análise que desconhecem ou deformam a realidade. A coerência científica, que deve ser o objetivo final da reflexão, não pode ser obtida de outra forma. (p. 23-24)”

Um dos grandes problemas para Milton Santos está, portanto, relacionado ao entendimento do espaço. O espaço geográfico, segundo Santos (2002) é estudado como se não fosse um produto de uma dinâmica onde a humanidade, a produção e o tempo desempenham o papel essencial. Se aceita-se isso como verdade, a humanidade se confrontaria com um espaço parcelado, desumanizado, reificado. A intitulada geografia quantitativa expressa esta noção desespacializante do espaço, onde este é reduzido a uma teia de coordenadas sem relação com o real. E pior, além de não enfocarem o espaço como sendo central em suas análises, os geógrafos silenciam sobre o espaço.

A geografia torna-se, portanto, viúva do espaço (Santos, 1976 *apud* Santos 2002). Ao posto que, sua base de ensino e de pesquisa é a história dos historiadores, é a natureza “natural” e é a economia neoclássica. Todos esses paradigmas substituíram o espaço real, o das sociedades em seu

desenvolvimento, por qualquer coisa de estático ou simplesmente de não existente, de ideológico. É por isso que surgem tantos geógrafos e tantas geografias. Há um esvaziamento de conteúdo desta palavra, geografia, onde, quase nunca o espaço apresenta-se como relevante, como sendo o objeto, o conteúdo da disciplina geográfica. “Consequentemente, a definição deste objeto, o espaço, tornou-se difícil e a da geografia, impossível” (Santos, p.119).

Como pensar e propor uma nova geografia? E como mostrar que o espaço é importante neste processo de proposição de uma renovação da ciência geográfica? A resposta dada por Santos passa pela construção de uma interdisciplinaridade renovada também. A geografia deveria levar em consideração o papel das formações sociais, posto que, no interior destas, surgem questões relacionadas à diferenciação do espaço social. Fato este que implica na necessidade de pensar a geografia historicamente e, não mais, como um produto da história. Isto supõe que se reconheça um objeto à geografia e que se hajam identificado suas categorias fundamentais (Santos, 2002).

“Quando se está mais preocupado com a geografia em si mesma como ciência formalizada e pouco ou nada com aquilo que é, na realidade, seu objeto de estudo, ou seja, o espaço corre-se o grande risco de cair no erro condenado por Durkheim (1898, 1962, p. 18 *apud* Santos, 2002) em relação aos sociólogos do seu tempo, o erro de trabalhar mais ou menos exclusivamente com conceitos do que com coisas” (p. 143).

Porém, o que deve fazer a Geografia e os geógrafos? Para Santos a Geografia deveria centralizar suas preocupações em torno da categoria – espaço – entendendo-o tal qual ele se apresenta, como um produto histórico. “São os fatos referentes à gênese, ao funcionamento e à evolução do espaço que nos interessam em primeiro lugar (Santos, 2002, p. 147)”. Podemos afirmar então, que o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através de seu trabalho, conforme os preceitos de Marx, onde a transformação permanente da natureza, e sua hominização, torna-a sinônimo de espaço humano.

2.1 – MAS AFINAL O QUE É O ESPAÇO? O QUE DEVEMOS ENTENDER POR ESPAÇO?

Não é tarefa das mais fáceis definir o que é o espaço. Objeto da preocupação dos filósofos da antiguidade, desde Plantão e Aristóteles, a noção de espaço, ao longo do tempo, cobre uma variedade extensa de objetos e acepções. Não obstante, qual espaço interessaria a Geografia? Segundo Milton Santos, o espaço que interessa a ciência geográfica é o espaço humano ou espaço social, tendo em vista que, este espaço conteria ao mesmo tempo em que seria contido, por todos esses múltiplos de espaço. O espaço é a morada do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho. Por possui formas

distintas provenientes de distintos conteúdos, o espaço possui múltiplas acepções. Estas são correspondentes aos outros tipos de espaço conformadores do espaço geográfico.

Mas, o que vem a ser o espaço do homem, o espaço humano?

Podemos responder que se trata do espaço geográfico. Mas esta resposta nos levaria a outra questão, o que é esse espaço geográfico? Segundo Santos, sua definição é penosa, devido a sua tendência de mudar acompanhando o processo histórico. E por que muda? Porque o espaço geográfico é também o espaço social. Como Milton resolve esta querela? Levantando duas novas questões, quais sejam: a) podemos encontrar uma definição única dessa categoria espaço? Ou b) temos a nossa frente duas coisas diferentes a definir, isto é, o espaço como categoria permanente, ou seja, o espaço – o espaço de todos os tempos – e o espaço tal como hoje se apresenta diante de nós: nosso espaço, o espaço de nosso tempo?

Segundo Santos (2002)

“O espaço como categoria permanente seria uma categoria universal preenchida por relações permanentes entre elementos lógicos encontrados através da pesquisa do que é imanente, isto é, do que atravessa o tempo e não daquilo que pertence a um tempo dado e a um dado lugar, quer dizer, o propriamente histórico, o transitório, fruto de uma combinação topograficamente delimitada, específica de cada lugar. A noção de sistema social atravessa a noção desse tempo e desse lugar e é o fundamento da Definição desse nosso espaço, o segundo tipo de espaço a definir. De qualquer maneira, tanto num caso como no outro, as definições não podem ser imutáveis, fixas, eternas” (p. 152).

Para o geógrafo baiano, portanto, o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Ou seja, podemos definir o espaço como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que são contemporâneas a nós e que despontam através de processos e funções atuais. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Está sendo a explicação, para a evolução desigual dos espaços, quando da comparação entre lugares diferentes.

Buscando um entendimento mais preciso, seria possível conceber o espaço como um reflexo da sociedade?

“As respostas se alinham essencialmente em dois campos: a) o espaço Kantiano, ‘uma representação *a priori*, fundamento necessário dos fenômenos externos’; b) o espaço como reflexo da sociedade. No primeiro grupo, temos a noção de

espaço-contidente (*space-container*). No segundo grupo, a ideia de um espaço que apenas espelha a fenomenologia social. Em ambas as hipóteses, o espaço não é considerado como uma estrutura ou instância dotada de autonomia relativa, mas como um nível da sociedade, pelo fato de ser um reflexo das outras estruturas ou subsistemas ou instâncias, cujos dados ele, espaço, sintetiza igualmente os dados correspondentes às demais, isto é, a sociedade tomada em seu conjunto.” (p. 159)

Seria, então, o espaço um fato social? Aos moldes do que teorizara Durkheim? Para Milton,

“Segundo a acepção durkheimiana, o espaço é, pois, uma coisa; ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo. Assim, o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas, uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é a sua objetividade. O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro. Se, como para qualquer outro objeto social, ele pode ser apreendido sob múltiplas pseudoconcreções, isto de nenhuma forma o esvazia de sua realidade objetiva.” (p. 161)

Podemos perceber, portanto, que para Milton Santos, a base do conhecimento e da interpretação da realidade espacial não pode ser encontrada nas sensações ou na percepção, aspectos subjetivos. Só através de sua própria produção é que o conhecimento do espaço é alcançado, tendo em vista a carga objetiva que dele emana e sobre ele incide.

“O espaço é um fato social no sentido com o qual K. Kosik (1967, p. 61 *apud* Santos, 2002) define os fenômenos sociais: um fato histórico, na medida em que o reconhecemos como um elemento de um conjunto e realiza assim uma dupla função que lhe assegura, efetivamente, a condição de fato histórico: de um lado, ele se define pelo conjunto mas também o define; ele é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas. Segundo essa acepção, o espaço é um fato social, um fator social e uma instância social.” (p. 163)

O espaço é, por conseguinte uma testemunha ocular; testemunha ocular esta de um momento dado e herdado de um modo de produção que se faz notar por suas marcas deixadas na paisagem, expressas em forma de memorial do espaço construído outrora, mas que se mantêm durável. O espaço é uma forma, portanto, e uma forma durável. Forma que não se desfaz em virtude da atualização dos processos, mas que, ao contrário, faz com que alguns processos se adaptem às formas provenientes de outro tempo. Ou que, tendo em vista a força dos processos, se adequem a novas ordens. Daí a afirmação de Santos (2002) de que o homem trabalha sobre herança.

2.2 – NEM REFLEXO, NEM FATO SOCIAL: O ESPAÇO COMO INSTÂNCIA SOCIAL.

Teóricos sociais, filósofos dentre outros pensadores, quando de suas considerações sobre a sociedade, seja esta tida como um sistema ou uma estrutura (ou mesmo como uma totalidade), quando de suas definições das instâncias, costumam excluir o espaço. E, dentro deste universo que exclui o espaço de suas reflexões fundantes, encontram-se tradicionais pensadores burgueses bem como, teóricos marxistas. Talvez, uma explicação plausível para isso seja o fato de que, o espaço muda mais lentamente quando comparado às demais instâncias da sociedade. Sobre isso afirma Milton,

“Se a cada transformação no conjunto das relações sociais o espaço acompanhasse as mudanças que conhecem as outras estruturas sociais e se adaptasse imediatamente às suas necessidades de funcionamento *optimum*, ele não teria se não um papel passivo. Mas aquela inércia dinâmica de que o espaço é dotado lhe assegura, antes do mais, a tendência a reproduzir a estrutura global que lhe deu origem, ao mesmo tempo em que se impõe a essa reprodução social como uma mediação indispensável que às vezes altera o objetivo inicial ou lhe imprime uma orientação particular.” (p. 186)

Segundo Santos é através do espaço que a história se torna, ela própria, estrutura. Assim como, esta, a sociedade, busca se estruturar sob determinadas formas. A tal ponto de estas formas se constituírem em verdadeiras formas-conteúdo, ganhando expressão a tal ponto de influenciarem o próprio curso da história, posto que essas sejam partícipes da dialética global da sociedade. Estrutura social como as demais instâncias da sociedade, o espaço, no entanto, possui caracteres que o diferenciam no/do conjunto das instâncias sociais. O espaço possui uma espécie de autonomia relativa, “isto é, aquilo que, de um lado, lhe dá uma situação particular dentro do sistema social e assegura a autonomia (relativa) de seu próprio desenvolvimento e, de outro lado, ajuda a reconhecer em um momento dado à especificidade de sua própria existência histórica (...)”. (p. 190)

Para Milton Santos,

“O *Ser* é a sociedade total; o tempo são os processos, e as funções, assim como as formas são a *existência*. As categorias fundamentais do estudo do espaço são, pois, a totalidade e o tempo; mas, como o acontecer sobre o espaço não é homogêneo, a noção de lugar e de área se impõem, impondo ao mesmo tempo a categoria de escala, isto é, a noção de fração de espaço dentro do espaço total. Apenas o acontecer próprio a um lugar não é indiferente ao acontecer próprio a um outro lugar, exatamente pelo fato de que qualquer que seja o acontecer é um produto do movimento da sociedade total (...)”. (p. 218)

A noção de totalidade, para ele, é inseparável da noção de estrutura. Se o trato analítico for feito em separado, no concernente a estas noções, estaremos falando acerca de uma totalidade cega e confusa, quando não de um *tipo ideal* de ligação entre totalidade e estrutura. A partir do que foi aqui

apresentado, o que se deve propor como objeto dessa geografia renovada? Ora, o estudo das sociedades humanas em sua ação contínua de construção e reconstrução do espaço geográfico. Tendo como certeza a reunião neste, de aspectos herdados de gerações precedentes, por meio de distintas instâncias da produção, como proposto e defendido alhures.

Dito isto, a análise da produção do espaço, só pode ser feita, na medida em que duas premissas essenciais forem estabelecidas, são elas: a) o tempo não deve ser visto como conceito absoluto, mas relativo, ou seja, como o resultado concreto de diferentes tempos sociais; e b) as relações entre os períodos históricos e a organização espacial precisam ser objeto de análise; tendo em vista que, o acompanhamento de seu histórico e da análise de seus diferentes momentos históricos, irá proporcionar uma sucessão de sistemas espaciais, nos quais, o valor relativo de cada espaço escolhido para análise, possibilite constatar as transformações permanentes, em distintas escalas espaciais.

“Desse modo, o problema das superposições se apresenta em toda sua inteireza. Não se trata apenas de uma superposição no tempo, pois a cada momento os elementos que entram na combinação têm diferentes idades. Há, também, superposição, a um mesmo tempo, de influências originárias de múltiplos pontos ou múltiplos espaços. Todas essas superposições atribuem a cada lugar uma combinação específica, uma significação particular que é, ao mesmo tempo, temporal e espacial. Poderíamos falar de um *tempo espacial* próprio a cada lugar.” (p. 257)

Para Milton Santos, portanto, o novo saber dos espaços deve cumprir um objetivo básico, qual seja, o de denunciar todas as mistificações que as ciências do espaço puderem criar e difundir acerca do “espaço”. Trata-se de entender o espaço como uma estrutura social, pois é isso que ele é e, junto com as outras estruturas sociais, entendê-lo como sendo constituído de autonomia no interior do todo que representa e onde está representado, de maneira a promover um desenvolvimento interdependente, combinado e desigual.

Por fim, para Santos (2002), para desmistificar o espaço, é preciso levar em conta dois dados essenciais: de um lado a paisagem, posto que esta represente a funcionalização da estrutura tecnoprodutiva da sociedade, sendo ainda o lugar de sua reificação; de outro lado, a sociedade total, a sociedade enquanto formação social total que dinamiza o espaço. Se, enquanto geógrafos e espaciólogos escolhermos este caminho que é, reflexivo, teórico, metódico, paradigmático alcançaremos a desmistificação do espaço e do homem. Devemos nos preparar, segundo o professor Milton, quando de suas palavras finais do livro “Por uma Geografia Nova”, para uma ação no sentido oposto, que, nas condições atuais, exige coragem, tanto no estudo quanto na ação, a fim de tentar fornecer as bases de reconstrução de um espaço geográfico que seja realmente um espaço voltado

para o homem, o espaço de toda a humanidade, de todas as pessoas, e não o espaço a serviço do capital e do interesse estreito e mesquinho de alguns.

3 – PENSANDO O ESPAÇO DO HOMEM PARA O HOMEM

Santos (2002), em seu livro “Pensando o Espaço do Homem” (publicado originalmente no ano de 1982), afirmara que o passado passou, visto que só o presente é real, entretanto, ressaltava ainda, que o espaço atual, é formado por momentos de outrora, mas sobre o qual, no entanto, permanecem cristalizados determinados momentos-ações pretéritos em nossos dias, sob a forma de objetos geográficos as ações passadas que, sobre ele infringiram outros homens. Essas formas-objetos possibilitam ao momento passado, que está morto em relação ao tempo, permanecer atual enquanto materialização no espaço. Nas palavras de Milton, temos que “o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (...).” (p. 14)

O que vemos aqui? Uma sequência dos debates propostos e das reflexões levantadas em “Por uma Geografia Nova”. Há aqui a tarefa de buscar, mesmo que sem o mesmo esforço dispensado na obra anterior, uma continuidade no desenvolvimento do pensamento, cujo foco principal é o debate sobre *o espaço, a totalidade e a formação social*. É esta tríade analítica que possibilita ao geógrafo baiano avançar em sua proposta epistemológica. Sempre teorizando a partir de uma base territorial empírica e sempre empiricizando a partir de um construto teórico bem definido. Por quê? Porque, segundo Santos (2002), é por meio “de uma existência histórica, componente de uma dada estrutura social, que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise (p. 15)”. Só assim, o investigador não cometerá “o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é” (p. 15).

Falar de espaço, segundo Milton (e sempre segundo ele) é falar de uma multiplicidade de influências superpostas: mundiais, nacionais, regionais, locais; no entanto, diz ele, o espaço é maciço, contínuo, indivisível. Tão indivisível quanto à sociedade total, de que ele é o território e com a qual sua relação é igualmente indivisível. Santos, afirma assim que

“O espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa. Segundo Sartre (1960, pp. 427-428 *apud* Santos, 2002), ‘o objeto reúne os esforços dos homens em sua unidade desumana’. Ora, o espaço é a matéria trabalhada por excelência: a mais representativa das objetivações da sociedade, pois acumula, no decurso do tempo, as marcas das práxis acumuladas.

O que une, no espaço, é a sua função de mercadoria ou de dado fundamental na produção de mercadorias. O espaço, portanto, reúne homens tão

fetichizados quanto a mercadoria que eles vêm produzir nele. Mercadorias eles próprios, sua alienação faz de cada homem um outro homem. O espaço, como esse ponto de encontro de que fala Lefebvre (1974, p. 121 *apud* Santos, 2002), é uma reunião de sombras ou, quando muito, um encontro de símbolos.” (p. 33-34)

Depois desta passagem, onde transpira em demasia elementos da teoria marxista, alerta-nos sobre a necessidade de nos prepararmos para estabelecer os alicerces, de um espaço legitimamente humano, de um espaço que una a humanidade para, e por, seu trabalho, sem a pretensão de dividi-los posteriormente em classes, ou frações de classe. Um espaço, segundo seu pensamento, matéria-inerte (temos aqui, mais uma vez aparecendo de maneira incisiva, o militante Milton Santos). Espaço este capaz de ser trabalhado pelo homem, sem se voltar contra este. “Um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado” (p. 41). Mas, de qual espaço estaria Milton Santos tratando agora? Do espaço social. E, o que está a chamar, ou mesmo, a tentar definir por espaço social?

“O espaço social, como toda a realidade social, é definido metodológica e teoricamente por três conceitos gerais: a forma, a estrutura e a função. Isto significa que todo o espaço social pode ser objeto de uma análise formal, estrutural e funcional (Lefebvre, 1974, p. 172 *apud* Santos, 2002). Entretanto, seria um erro conduzir cada uma dessas análises em separado. A interpretação de um espaço ou de sua evolução só é possível através de uma análise global que possa combinar simultaneamente estas três categorias analíticas – forma, estrutura e função – por que a relação é não só funcional como estrutural. Lefebvre (1961, p. 161 *apud* Santos, 2002) por sua vez, considera que forma, estrutura e função ‘consegue identificar-se completamente e são considerados mais ou menos equivalentes aos termos de um ‘todo’ existente ou uma ‘totalidade’”. (p. 55)

Nesta passagem, Milton retoma algo já lançado em “Por uma Geografia Nova”, mas, todavia ainda não desenvolvido por este, qual seja, o desenvolvimento de uma interpretação do espaço que se atente para observação, descrição, comparação e análise da forma, estrutura e função da/na totalidade espacial. Aqui o estruturalismo fala mais forte do que o marxismo. Colocamos isso só a título de constatação posto que, como já assinalamos não temos como abordar questões ligadas ao método neste trabalho. Por duas razões principais: a) o objetivo do trabalho não é este; e b) por reconhecer que não temos espaço neste trabalho para fazer este debate, de maneira bem fundamentada, e, sobretudo didática, podendo garantir assim o entendimento do leitor.

No entanto, o que estamos a querer demonstrar é o processo de amadurecimento reflexivo do autor acerca do espaço geográfico. Sua maneira de concebê-lo se complexifica a partir do entendimento

deste, enquanto uma síntese destas três categorias eleitas (forma, estrutura e função). Em realidade, adverte Santos (2002), nenhuma dessas três categorias existe separadamente e somente seu emprego combinado pode restituir-nos a totalidade em seu movimento. Contudo, é necessário não deslembrar que tanto funcionalistas quanto estruturalistas almejam entender a realidade por meio da categoria da Totalidade.

Como resolver mais esta querela não obstante. Dizendo o que se concebe teoricamente por “estrutura”. Esta, afirma Santos, não é a dos funcionalistas e nem a dos estruturalistas mecânicos. E, prosseguindo afirma que, mesmo entre

“os marxistas, uma concepção de estrutura como essa (*refere-se às concepções dos funcionalistas e dos estruturalistas, grifo nosso*) conduz a um economicismo quase mecânico, a uma espécie de positivismo marxista onde a economia é declarada estrutura dominante, não importa qual seja o período ou o momento histórico. Isto, em realidade, equivale a uma negação da ideia de totalidade.” (2002, p. 57)

A *totalidade*, que representa efetivamente o movimento comum da estrutura, da função e da forma, é dialética e concreta. Para compreender seu dinamismo é imperativo considerar todas as estruturas que a compõem e que, de forma isolada ou em conjunto, a reproduz. As estruturas e a totalidade, não são fixa, posto que evoluem no tempo. O desenvolvimento dessas estruturas e dos seus elementos ou variáveis se diferencia de maneira qualitativa e quantitativa. Trata-se de uma evolução diacrônica, que tem como produto(s) a atribuição de um valor novo a dada variável, tornando-a, desta feita, mutante. Não obstante, essa mudança de valor, deve ser relativa, tendo em vista que, seu processo de entendimento nesta linha só poder se alcançado, quando de sua relação com o todo. Para Milton Santos, portanto,

“É preciso fazer claramente a diferença entre aqueles que apenas dão importância às formas, estudando assim o espaço em si mesmo – são só ‘espacialistas’ – e aqueles que procuram analisar o espaço nas suas relações com a sociedade (isto é, através dos processos sociais, das funções e das formas) – são os ‘espaciólogos’”. (p. 58)

Aqui Milton Santos passa a definir e diferenciar os sujeitos que teriam competência para ler o espaço a partir de perspectivas distintas. O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que o formam – e que se expressam por meio da paisagem –, já tivessem embutidos em si, os elementos capazes de possibilitar seu entendimento. Os processos, geradores das formas e delegadores de funções, devem ser considerados quando da busca do entendimento das formas enquanto produto de um dado tempo social. Como analisar, entretanto, a relação estabelecida entre estrutura, forma, sociedade e paisagem? Percebe-se aqui (na obra “Pensando o Espaço do Homem”), que, mais

importante do que definir “o que é o espaço”, passa a ser compreender os complexos mecanismos de encadeamentos, presentes e conformadores, da dinâmica espacial.

E, esta compreensão deve considerar o espaço enquanto uma estrutura distinta das demais, posto que este é objeto de mudanças lentas. Se uma dada estrutura possui um ritmo próprio de mudança, o mesmo não se pode dizer do espaço. A *estrutura do espaço* é a própria instância social e, como tal, vive lento e diferenciado grau de metamorfose e adaptações. Por conseguinte, conforme Santos (2002), ela poderá continuar, por muito tempo a reproduzir o todo anterior, justamente a situação (ou o conjunto de situações) que se deseja eliminar.

“nosso problema teórico e prático é o de reconstruir o espaço para que não seja o veículo de desigualdades sociais e ao mesmo tempo, reconstruir a sociedade para que não crie ou preserve desigualdades sociais. Em outras palavras, trata-se de reestruturar a sociedade e dar uma outra função aos objetos geográficos concebidos com um fim capitalista, ao mesmo tempo em que os novos objetos espaciais já devem nascer com uma finalidade social.” (p. 82)

Neste casamento de elementos conformadores do materialismo histórico e dialético e, do estruturalismo, Santos na obra “Pensando o Espaço do Homem” conclui que, O espaço é, pois o lugar das relações de produção, todavia ele não é apenas um resultado destas relações. Ele constitui-se enquanto um colaborador ativo do/no processo de produção, reprodução, e transformação dos modos de produção, sendo assim uma dimensão ativa do processo criativo-destrutivo das sociedades.

4 – A NECESSIDADE DE TEORIZAR O ESPAÇO A PARTIR DO MÉTODO

Passemos agora a abordar e eleger os pontos principais, dentro de nossa perspectiva e, a partir de nossos propósitos, da obra “Espaço e Método” de Milton Santos, publicada originalmente no ano de 1985. O mencionado livro contém um conjunto de ensaios, pensados e elaborados na década de 1980 do século XX, a exceção de um que trata sobre a “Dimensão Temporal e Sistemas Espaciais no Terceiro Mundo”, que data do início dos anos 1970 do século passado. Segundo o autor, os referidos ensaios, guardam unidade entre si. A temática comum aqui é a mesma dos outros livros já apresentados por nós, qual seja a do espaço humano. Espaço este, tratado sob uma luz analítica diferenciada e, nesta obra, sobretudo, tendo uma ambição metodológica como propósito maior. Segundo Santos (2008), as ideias anteriores desenvolvidas por ele, acerca do espaço, foram recuperadas neste livro com o objetivo de melhor serem desenvolvidas e aprimoradas.

O autor inicia o texto reafirmando algo já conhecido, posto que, tenha já sido apresentado por este em obras anteriores, em especial as já tratadas aqui: “Por uma Geografia Nova” (1978) e “Pensando o

Espaço do Homem” (1982). Diz ele, “o espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (SANTOS, 2008). No entanto, considerá-lo desta maneira representa assumir como regra de método, a possibilidade de dividi-lo em partes em nossas análises.

Tendo em vista que este procedimento analítico representa uma forma de fragmentação do todo capaz de possibilitar, ao seu término, a reconstituição desse todo. Segundo Milton, o espaço, quando de sua divisão em partes ou frações deve poder ser investigado e inquerido, a partir de uma variedade de critérios. Estes, não obstante, deveriam, segundo o autor, privilegiar, o que este chama de “os elementos do espaço”, como forma de melhor entender sua dinâmica de funcionamento e sua expressão fenomênica.

Mas, o que seria ou quais seriam os tais “elementos do espaço”? Para Milton Santos estes eram: os homens, as firmas, as instituições, as infraestruturas e o chamado meio ecológico.

“Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso (...). Esses diversos tipos de trabalho e de demanda são à base de uma classificação do elemento homem na caracterização de um dado espaço [...] A demanda de cada indivíduo como membro da sociedade total é respondida em parte pelas firmas e em partes pelas instituições. As firmas tem como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. As instituições, por seu turno, produzem normas, ordens e legitimações [...] O meio ecológico é o conjunto de complexo territoriais que constituem a base física do trabalho humano [...] As infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos etc.” (SANTOS, 2008, p. 16-17) (grifo nosso)

Santos, nesta obra, tenta pormenorizar a análise do espaço geográfico. E, esta análise minuciosa é proposta a partir do que chama de “elementos do espaço”. Para o autor, a simples enumeração das funções exercidas por cada um dos elementos do espaço demonstra que eles são, em certa medida, intercambiáveis e redutíveis uns aos outros. Essa intercambialidade e redutibilidade aumentam, ao longo do processo de desenvolvimento histórico; sendo um produto da complexidade crescente em todos os níveis da vida (SANTOS, 2008).

Para tanto, cada vez que os elementos do espaço se tornam mais intercambiáveis, as relações entre estes, são dotadas de maior intensidade e amplitude. Sendo assim, a noção do espaço como uma totalidade aparece de forma mais concreta, já que mais presente em termos de materialidade espacial e relações sociais, o que torna a análise do espaço mais complexa. Complexidade essa apreendida somente por meio da abstração. Quando falamos que elementos do espaço são os homens, as firmas, as instituições, o suporte ecológico, as infraestruturas, estamos considerando cada elemento como um conceito. Conceitos que devem ser pensados de maneira articulada.

Por exemplo,

“O estudo das instituições entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise. Na medida em que a função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social.” (p. 18)

Para Milton Santos,

“A expressão conceito é geralmente traduzida como significando uma abstração extraída da observação de fatos particulares. Mas, pela razão de que cada fato particular ou cada coisa particular só tem significado a partir do conjunto em que estão incluídos, essa coisa ou esse fato é que terminam sendo o abstrato, enquanto o real passa a ser o conceito. Mas o conceito só é real na medida em que é atual.” (p. 19)

Complexidades a parte, no que se refere ao entendimento de algumas de suas passagens em “Espaço e Método” – como a citada acima, Milton deixa claro que o importante é o fato de que, a cada etapa do desenvolvimento histórico cada elemento redefine sua função e a seu lugar no “sistema temporal e no sistema espacial” e, a cada instante, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos em relação com a totalidade (2008).

“Desse ponto de vista, podemos repetir a expressão de Kuhn (1962 *apud* Santos, 2008) quando diz que os elementos ou variáveis ‘são estados ou condições de coisas, mas não coisas por elas próprias’. Ele acrescenta: ‘em sistema que envolve pessoas, não é a pessoa que é um elemento, mas os seus estados de fome, de desejo, de companheirismo, de informação ou outro traço de qualidade relevante para o sistema.’ (p. 20)

Aqui, o geógrafo torna mais palpável seu raciocínio, posto que, para Santos, a análise que envolve os elementos do espaço, deva pensá-los de forma contextualizada, averiguando desta feita se estes estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas. Sendo assim, os elementos do espaço precisam ser apreciados enquanto variáveis. Ou seja, enquanto elementos que variam e mudam de valor conforme a dinâmica dada pela História. Cabe ainda uma ressalva, se esse “valor” vem das qualidades novas que adquirem os elementos, ele igualmente concebe uma quantidade. E mais... Cada elemento do espaço possui um valor distinto conforme o lugar em que esteja situado. Estas ponderações são na verdade, uma regra de método basilar (SANTOS, 2008).

“[...] o valor da variável não é função dela própria, mas do seu papel no interior de um conjunto. Quando este muda de significação, de conteúdo, de regras ou leis, também muda o valor de cada variável [...] A questão não é, pois, levar em conta causalidades, mas contextos. A causalidade poria em jogo as relações entre os elementos, ainda que essas relações fossem multilaterais. O contexto leva em conta o movimento do todo [...]” (p. 22)

Não obstante, poderíamos nos perguntar, o(s) porquê(s) desta(s) mudança(s) pontual(ais) e total(ais) de maneira concomitante. A resposta dada por Milton leva em conta o aprimoramento em ritmos diferentes e desiguais das técnicas e do capital em um dado espaço. Por quê? Porque cada lugar, a partir das reflexões do autor, é a expressão de uma combinação de variáveis de tempos históricos diversos. Cada lugar expressa assim uma combinação técnica diferente e uma combinação diferenciada também dos componentes do capital, o que confere a diferentes lugares, sua própria estrutura de capital.

Ou seja, por tudo que foi exposto acima, podemos concluir que, cada lugar é a expressão de uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes, em virtude de serem individualmente dotadas de um tempo específico – essa é a explicação para as diferenças entre lugares. A presença de combinações particulares de capital e de trabalho é uma maneira de repartição da sociedade globalizada pelo espaço. Lembremo-nos, igualmente,

(...) de que as variáveis ou elementos estão ligados entre si por uma *organização*. Tal organização é, às vezes, puramente local, mas pode funcionar a diferentes escalas, segundo os seus diversos elementos ou suas frações [...] A organização se definiria *como um conjunto de normas que regem as relações de cada variável com as demais, dentro e fora de uma área*. Em sua qualidade de normas, isto é, de regulamento, externa, pois, ao movimento espontâneo, sua duração efetiva não é a mesma que a da sua potencialidade funcional.” (p. 24) (grifo nosso)

Tudo está interligado, sendo o presente a expressão acabada e, ao mesmo tempo, em transformação de forças do passado que, ora se constituíram enquanto comportamento e enquanto materialidade ora representam a negação, mas não o rompimento (posto que existam heranças) com o espaço-tempo anterior. Estando os diversos elementos do espaço em relação uns com os outros, quais sejam: homens e instituições, homens e infraestrutura etc. Por isso, e ainda pelo fato de que essas relações não são entre as coisas em si ou por si próprias, mas entre suas qualidades e atributos, se pode afirmar que eles constituem um Verdadeiro Sistema.

Se isto é verdade, podemos afirmar que, se “as relações entre as partes são mediadas pelo todo, assim também o são as relações entre os elementos do espaço” (2008). Há aqui, em nosso entendimento um estranhamento entre as obras até aqui apresentadas. Se as duas anteriores tinham um viés marxista muito claro, em “Espaço e Método”, surge um Milton Santos estruturalista em demasia com pitadas de funcionalismo. A afirmação pode ser constatada na seguinte passagem,

“Buscamos até agora uma definição do espaço como sendo um sistema. Todavia, esse modelo de espaço como sistema vem sendo rudemente criticado pelo fato de que a definição tradicional de sistema se tornou inadequada [...]

Na verdade, se os elementos do espaço são sistemas (tanto quanto o espaço), eles são também verdadeiras estruturas. Nesse caso, o espaço é sistema complexo, um sistema de estruturas, submetidos em sua evolução à evolução das suas próprias estruturas.” (p. 28)

E segue o autor,

“As estruturas do espaço são formadas de elementos homólogos e de elementos não homólogos. Entre as principais estão as estruturas demográficas, econômicas, financeiras, isto é, estruturas da mesma classe e que, de um ponto de vista analítico, podem-se considerar como estruturas simples. As estruturas não homólogas, isto é, formada de diferentes classes, interagem para formar estruturas complexas. A estrutura espacial é algo assim: uma combinação localizada de estruturas demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes.” (p. 29)

Para o geógrafo baiano, portanto, a realidade social, tanto quanto o espaço, é fruto da interação entre todas essas estruturas. Afirma ainda, que as *estruturas de elementos homólogos* mantêm entre elas *laços hierárquicos*, enquanto as *estruturas de elementos heterogêneos* mantêm *laços relacionais*. Sendo a totalidade social constituída por meio da união contraditória e dinâmica entre estas *estruturas de elementos* e seus respectivos *laços* (SANTOS, 2008). Sendo assim, o espaço

[...] o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de significado, como o é fora do sistema ao qual pertence. Quando ela passa pelo inevitável processo de interação localizada, perde seus atributos específicos para criar algo novo. A elaboração e reelaboração dos subespaços – sua formação e evolução – se dão como num processo químico. O espaço que é formado extrai sua especificidade exatamente de um certo tipo de combinação. A sua própria continuidade é a uma consequência da dependência de cada combinação em relação às precedentes (SANTOS, 1971, 1978, 2008, p. 37).

Muito bem, pensamos ter conseguido passar os pontos principais, do que vamos chamar de “inovações metodológicas” propostas por Santos em “Espaço e Método”, onde tivemos que acompanhar o aumento do nível de abstração e fundamentação do geógrafo, no que concerne ao debate proposto tendo em vista o alcance de uma compreensão sólida do espaço humano. Mas, não obstante, como Milton pensa o espaço aqui? Como o espaço em si é apresentado, concebido e conceituado nesta obra?

4.1 – O ESPAÇO ENQUANTO REALIDADE OBJETIVA: FORMA, FUNÇÃO, ESTRUTURA E PROCESSO

O espaço, para Milton, se apresenta enquanto uma realidade objetiva e, é concebido como um produto social que está em constante processo de mudança. O espaço inflige sua própria realidade;

por isso a sociedade não pode atuar fora dele. Por conseguinte, para estudar o espaço, cumpre entender sua relação com a sociedade, tendo em vista ser esta quem dita à compreensão dos resultados dos processos, especificando desta feita as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais, segundo Santos, para a nossa compreensão da produção de espaço.

Depois de apresentar, o que ele chamou de os “elementos do espaço”, o autor de “Espaço e Método” lança-nos a ideia de “elementos fundamentais”. Não se trata mais do que possui existência material, concreta (os homens, as firmas etc.), mas sim, do que possui existência ontológica e epistemológica (a forma, a função, a estrutura e o processo) para a compreensão do espaço. Trata-se agora, de tornar mais sensível o mundo inteligível proposto antes, a partir da referência a uma teoria, fruto de um esforço metodológico expressivo, por meio de uma metodologia diferenciada de análise da realidade.

Como forma de expressar, em termos mais concretos, sua proposta epistemológica de discussão e entendimento do espaço, Milton afirma que a sociedade, enquanto totalidade social passa por alterações cotidianas e contínuas, impondo desta feita às formas ou objetos geográficos (sendo estes atuais ou não), nova função e nova dinâmica. Estas transformações vividas pela totalidade social, de maneira mais ou menos intensa, desencadeadas pela produção, cria uma nova organização espacial. Se se aceita isso como verdade, deve-se aceitar também ser a sociedade definida por meio do espaço, tendo em vista ser este decorrência da produção, decorrência esta fruto da história dos processos produtivos que foram e são impostos ao espaço pela sociedade. Mas, qual o significado de cada um desses “elementos fundamentais”? Deixemos aqui o próprio autor explicar.

“Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ademais ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função, (...) sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempos (continuidade) e mudança.” (p. 69)

Eis os elementos que devem ser utilizados quando se tiver por meta desvendar o espaço em sua totalidade. Aliás, a totalidade por ser um conceito amplo, deve ser fragmentada, como forma de melhor ser apreendido cada um de seus elementos constituintes. Sobre isso, Santos comenta:

“Num dado tempo, num momento discreto esses ingredientes analíticos podem ser vistos em termos de forma, função e estrutura. Mas, ao longo do tempo, deve-se acrescentar a ideia de processo, agindo e reagindo sobre os conteúdos desse espaço. A dimensão do tempo histórico, quando variados fatores têm uma maior ou menor duração ou efeito sobre a área considerada, proporciona uma compreensão evolutiva da organização espacial. As inter-

relações entre todos esses fatores não raro tornam extremamente difícil separar as suas partes constituintes não expressam adequadamente o todo, é imprescindível dissecá-las, porque as generalizações precisam ser feitas com uma especificidade que possibilite sua aplicação geral.” (2008, p. 70)

“Num dado tempo, num momento discreto esses ingredientes analíticos podem ser vistos em termos de forma, função e estrutura. Mas, ao longo do tempo, deve-se acrescentar a ideia de processo, agindo e reagindo sobre os conteúdos desse espaço. A dimensão do tempo histórico, quando variados fatores têm uma maior ou menor duração ou efeito sobre a área considerada, proporciona uma compreensão evolutiva da organização espacial. As inter-relações entre todos esses fatores não raro tornam extremamente difícil separar as suas partes constituintes não expressam adequadamente o todo, é imprescindível dissecá-las, porque as generalizações precisam ser feitas com uma especificidade que possibilite sua aplicação geral.” (2008, p. 70)

“Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.” (p. 71)

Ou seja, forma, função, processo e estrutura precisam ser estudados ao mesmo tempo e vistos na maneira como interagem para criar e amoldar o espaço ao longo da história. Constituindo o percurso do homem no planeta algo fundamentalmente dinâmico. Compete, portanto, apreender-lhe a totalidade no seio de uma estrutura teórica dinâmica, tal qual na realidade. As categorias de estrutura, função e forma nos oferecem, quiçá, um modelo mais plausível de análise.

Portanto, quando se estuda uma dada organização espacial, esses conceitos são imprescindíveis para esclarecer como o espaço social está estruturado, como os homens arranjam seu corpo social no espaço e como o entendimento e o uso que homem faz do espaço passa por transformações. “A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial.” (SANTOS, 2008, p. 72)

Conforme ficou subentendido na passagem acima,

“o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente. O tempo vai passando, mas a forma continua a existir. Consequentemente, o passado técnico da forma é uma realidade a ser levada em consideração quando se tenta analisar o espaço. As mudanças estruturais não podem recriar todas as formas, e assim somos obrigados a usar as formas do passado. A flexibilidade na construção de novas formas, quando a sociedade

está passando por mudanças estruturais, decresce com o tempo, em decorrência da imobilidade inerente que por vezes caracteriza a forma preexistente. Por isso, um certo grau de adaptação à paisagem preexistente deve prevalecer em cada período.” (p. 73)

Por conseguinte, podemos concluir que para Santos em “Espaço e Método”, o investigador precisa entender de maneira totalizante a estrutura social, em cada diferente momento histórico para poder assim acompanhar de forma inteligível, tanto a modificação dos elementos naturais e sua transformação em recursos sociais, quanto à mutação que esses novos recursos (formas) impõe a distintos objetos geográficos, promovendo assim, a variação dos valores em uma estrutura socioeconômica qualquer dessa sociedade espacializada e espacializante.

5 – PARA (NÃO) CONCLUIR

Colocamo-nos aqui, desde o início, a árdua tarefa de mergulhar no pensamento do geógrafo Milton Santos. A intenção foi de acompanhar a partir de algumas de suas obras, o processo de amadurecimento intelectual-reflexivo do autor acerca do conceito de espaço. Pensamos que, conseguimos cumprir em parte nossa tarefa. Conseguimos expor os aspectos mais relevantes sobre o espaço, contidos nas obras eleitas para apreciação.

Mas, há a necessidade de aprofundar não só nas obras, aqui apresentadas, como em pelo menos mais duas, quais sejam “Metamorfose do Espaço Habitado” e a “Natureza do Espaço”, leituras mais pormenorizadas sobre o conceito de espaço geográfico proposto por Milton. Tarefa que nós iremos dá continuidade certamente para que assim, possamos mergulhar mais fundo, teórica e metodologicamente, nos textos Miltonsantianos e quiçá avançarmos sobre sua concepção de espaço.

Muitas mensagens foram deixadas no presente artigo, dentre outras a de que para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é importante analisarmos de maneira associada a forma, a função e a estrutura. Tendo-as como um conceito único mesmo. Tendo em vista que já destacamos que não se deva analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo a partir da combinação de dois deles.

Pois, se examinamos apenas a forma e a estrutura, suprimindo a função, perdemos a história da totalidade espacial, já que a função não se repete. E, se separamos analiticamente estrutura e função, estaremos extinguindo o passado e o presente, além de inviabilizar o futuro. Examinar forma e função, sem a estrutura, deixar-nos-ia a braços com uma sociedade inerte, posto que destituída de qualquer

impulso dominante. Como a estrutura dita a função, seria absurdo tentar uma análise sem esse elemento.

Por fim, poderíamos dizer que, quando de suas elucubrações sobre o espaço, Milton levou em conta muitos aspectos da realidade. E que, até aqui, ou seja, até as obras aqui tratadas, para este autor a formação socioeconômica constituía-se no conceito mais apropriado ao estudo da sociedade e do espaço já que expressaria a totalidade espacial em seu dinamismo, como uma potencialidade e uma realidade.

“A totalidade do real, implicando um movimento (processo) comum de estrutura, função e forma, é uma totalidade concreta e dialética”, afirmava Santos. E, portanto, o estudo de uma determinada formação socioeconômica demanda o conhecimento das estruturas componentes que a reproduzem, quer concomitantemente, quer fragmentariamente. Visto que para o geógrafo baiano, tais estruturas, a exemplo da totalidade, não serem congeladas; pelo contrário, elas alteram ao longo do passar dos anos.

Seu desenvolvimento é qualitativa e quantitativamente diferente, variando de acordo com a escala e a realidade objetiva. Trata-se de uma evolução diacrônica onde cada variável ou elemento passa por uma mudança de valor relativo em cada mutação. A mudança de valor é relativa no sentido de que só pode ser apreendida como relacionada com o total. Por tudo isso, resta-nos dizer que o espaço sendo muitas coisas não deixa nunca de ser Herança, uma acumulação desigual de tempos que está sempre em processo de devir. Daí sua riqueza indelével.

6 – REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo - Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem. São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo - Edusp, 5 ed, 2004.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo - Edusp, 5 ed, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

 conhecimentolive.org/home
 contato@conhecimentolive.org
 [editoraconhecimentolive](https://www.instagram.com/editoraconhecimentolive)

RYDE

Scale of 1/4 Mile

EAST SANDS

THE ISLE OF WIGHT

English Miles

Copyright

GEOGRAFIA: ENSINO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

VOLUME VI

PLAN OF
VENTNOR
AND
BONCHURCH
Scale of 1/4 Mile